

**ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO  
DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA,  
REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE  
MAIO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO /  
NONAGÉSIMA SEXTA REUNIÃO DE  
CÂMARA DO MANDATO 2021/2025.**

Aos vinte e oito dias do mês de maio de dois mil e vinte e cinco, pelas quinze horas, na sala de reuniões do Edifício Alexandre Herculano, reuniu a Câmara Municipal de Évora.

Estiveram presentes:

Presidente: Carlos Manuel Rodrigues Pinto de Sá  
Vereadores: Bárbara Cristina Lopes Morais da Cruz Tita  
Henrique Eva Ferreira Carvalho Sim-Sim  
Alexandre Manuel Rosa Varela  
Lurdes Judite Dionísio Pratas Nico  
Florbela da Luz Descalço Fernandes  
Patrícia José Correia Raposinho.

A reunião foi presidida por Carlos Manuel Rodrigues Pinto de Sá, Presidente da Câmara Municipal de Évora, e secretariada por Elisabete Matos Neves, Coordenadora de Unidade de Administração Geral.

**I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

Ao iniciar a reunião, **o senhor Presidente** cumprimentou os senhores Vereadores, funcionários e público presente.

Relativamente à ordem de trabalhos, questionou se havia alguma questão a colocar. Não tendo sido levantada nenhuma, deixou desde logo uma nota prévia relativamente aos pontos 1.2 e 1.3, ambos relacionados com o saldo de gerência. Recordou que, inicialmente, estavam previstos dois pontos distintos: um referente à transferência e integração do saldo de gerência, e outro respeitante à alteração orçamental.

Entretanto, surgiu a possibilidade de avançar com vários projetos candidatados ao PRR, no âmbito das áreas da Capital Europeia da Cultura. Indicou que, embora ainda não exista uma informação formal sobre o assunto, já foi elaborada uma nota técnica onde se apontam os valores em causa. Assim, com o objetivo de agilizar o avanço dos processos, admitindo que possam vir a concretizar-se, foi proposta a inclusão das respetivas alterações neste ponto, com vista ao lançamento dos concursos.

Neste contexto, o ponto 1.3 é retirado, passando o ponto 1.2 a integrar ambas as matérias, ou seja, o saldo de gerência e as alterações decorrentes do PRR.

Prosseguindo, **o senhor Presidente** propôs que, tendo em conta a complexidade da Ordem do Dia da presente reunião, fosse agendada uma reunião extraordinária para o próximo dia 4 de junho, pelas 15.00 horas, no sentido de serem agendados todos os assuntos que não sejam tratados na presente reunião.

Neste sentido, todos os senhores Vereadores concordaram com a proposta do senhor Presidente, e ficaram desde logo convocados para a reunião extraordinária de 4 de junho.

**A). – Proposta de aprovação das atas número 24 de 13/11/2024, número 2 de 05/02/2025, número 3 de 19/02/2025 e número 8 (extraordinária) de 22/04/2025.**

Tendo o texto das atas números **24, 2, 3 e 8** sido previamente distribuído entre todos os membros do Executivo foi deliberada a dispensa da sua leitura, nos termos do disposto no Artigo quarto do Decreto-Lei número quarenta e cinco mil trezentos e sessenta e dois, de vinte e um de novembro de mil novecentos e sessenta e três. As referidas atas foram aprovadas por unanimidade, não tendo participado na deliberação das **atas números 2 e 3 a senhora Vereadora Lurdes Nico**, por não ter estado presente nas reuniões a que elas respeitam, nos termos do nº 3 do artigo 34º do Novo Código Procedimento Administrativo (NCPA) aprovado em anexo ao Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro.

**B). – Eleições Legislativas.**

**O senhor Presidente** referiu-se às eleições Legislativas realizadas no passado dia 18 de maio, sublinhando que, do ponto de vista do seu funcionamento, decorreram com toda a normalidade, tendo agradecido o empenhamento dos funcionários do Município envolvidos. No entanto, expressou a sua preocupação pessoal relativamente aos resultados, em particular pela subida da extrema-direita, o que considerou motivo de apreensão. Ainda assim, reiterou que todo o processo eleitoral decorreu dentro da normalidade, sem situações anómalas a registar.

**C). – Assembleia Geral da Associação Évora 2027.**

**O senhor Presidente** deixou uma nota sobre a realização da Assembleia Geral da Associação Évora 2027, onde foi abordada, nomeadamente, a alteração da sede da Associação, que passa da Torre do Salvador para o Convento de São Bento de Cástris. Foram também tratadas questões relacionadas com as contas da Associação, do ano anterior, havendo ainda que esclarecer algumas situações que, apesar de aprovadas, carecem de esclarecimento do ponto de vista formal. Abordaram-se igualmente as questões do financiamento da iniciativa. Esta Assembleia Geral contou já com a participação do senhor Diretor Executivo e do senhor Diretor Artístico. Deixou, ainda, a informação que a direção da Associação está concluída e em funcionamento.

**D). – Mayors For Peace.**

**O senhor Presidente** aludiu referiu que, nos passados dias 20 e 21, teve lugar uma iniciativa resultante da convergência de duas áreas, nomeadamente a participação do município na Associação “Mayors for Peace – Presidentes de Câmara pela Paz”. Explicou que esta organização foi criada a partir das cidades de Hiroshima e Nagasaki, no Japão, que foram alvo de bombardeamentos atômicos, pelos Estados Unidos da América, há 80 anos, sendo precisamente este ano o 80.º aniversário desses acontecimentos. A partir daí, foi constituída uma associação com o objetivo de apelar ao desarmamento geral, em especial ao desarmamento nuclear e à não utilização de armas nucleares.

Indicou que esta organização conta atualmente com mais de 8 mil cidades de todo o mundo e recordou que Évora lidera a organização em Portugal. Neste contexto, e ainda no âmbito de Évora\_2027, realizou-se no dia 20 um encontro de jovens, que culminou na conferência “Então e a Paz?”, no dia 21, no Palácio D. Manuel, na qual participou.

**E). – 10ª Edição do ÉvoraWine.**



**O senhor Presidente** fez também uma referência à realização da 10ª Edição do ÉvoraWine, saudando os organizadores e a parceria estabelecida com a Câmara Municipal. Considerou tratar-se de uma grande iniciativa, um evento de destaque que já marca de forma muito positiva a cidade de Évora e o sector vitivinícola, contando com projeção a nível nacional e até internacional. Referiu que o evento tem vindo a ganhar novas expressões, como se verificou na edição deste ano, que classifica como um sucesso.

Deixou, assim, uma nota de reconhecimento à importância deste evento, que promove Évora e o Alentejo, bem como um dos produtos fundamentais da economia regional: o vinho. Sublinhou ainda a valorização e promoção deste produto de qualidade, produzido em Évora e no Alentejo.

#### **F). – Feira do Livro em Évora.**

**O senhor Presidente** referiu-se à realização da Feira do Livro de Évora, organizada pelo Município com diversos parceiros, que está a decorrer desde o passado dia 24 e que se prolongará até ao dia 1 de junho. Destacou tratar-se de um evento com um programa extenso e diversificado, onde, para além do livro estar no centro das atenções, existe igualmente um conjunto de iniciativas de animação sociocultural.

Referiu ainda que o programa inclui várias apresentações de livros e outras atividades, sublinhando que se trata de uma iniciativa que conta com a colaboração da Biblioteca Pública, da Fundação Eugénio de Almeida e de vários outros parceiros relevantes, cuja contribuição considera importante. Enfatizou que esta feira tem vindo a afirmar-se de forma significativa no panorama cultural e na dinamização da vida social da cidade.

#### **G). – Embaixador do Paquistão.**

**O senhor Presidente** deixou, por fim, uma nota para informar que, a seu pedido, recebeu o senhor Embaixador do Paquistão, numa visita de apresentação de cumprimentos. Durante o encontro, foram trocadas algumas impressões e análises sobre o relacionamento entre o Paquistão e Portugal, destacando-se o facto de um número significativo de cidadãos paquistaneses ter escolhido Portugal como destino para trabalhar.

Foram igualmente abordadas questões de cooperação, nomeadamente com instituições de ensino, tendo sido salientada a possibilidade de estabelecer parcerias entre universidades do Paquistão e a Universidade de Évora.

**O senhor Presidente** referiu, ainda, ter abordado com preocupação, o conflito que, nas últimas semanas, tem oposto o Paquistão à Índia, incluindo alguns atos de natureza militar. Recordou que se trata de duas potências nucleares, o que torna o risco de escalada particularmente grave.

Transmitiu, por isso, ao senhor Embaixador o desejo e o interesse de que o conflito possa ser resolvido através do diálogo, apelando à paz na região.

#### **H). Processo de Transferência de Competências na Área da Educação.**

**O senhor Vereador Alexandre Varela** começou a sua intervenção por cumprimentar o senhor Presidente, os senhores Vereadores, funcionários, público presente e todos os Munícipes que assistem à reunião.

Dando continuidade, **o senhor Vereador Alexandre Varela** referiu-se ao processo de transferência de competências na área da educação, com destaque para as questões relacionadas com o défice acumulado, que se cifra atualmente em cerca de 2 milhões de euros.





Informou que, a pedido da Câmara Municipal, foi realizada uma reunião com a delegada da DGEstE, durante a qual foram apresentados os números e os valores em causa, bem como explicada a metodologia utilizada, que está alinhada com o que era esperado. Referiu que, da parte da DGEstE, foi manifestada solidariedade face aos dados apresentados, assim como disponibilidade para apoiar a resolução da situação junto do Governo, nomeadamente através do acionamento do mecanismo de compensação previsto, o qual foi considerado fundamental, tendo em conta a gravidade do défice.

Destacou que este défice tem particular incidência ao nível do pessoal não docente, sendo esta uma área onde não devia existir qualquer insuficiência, dado que o rácio foi integralmente cumprido. Acrescentou que, ao contrário da falta de informação demonstrada pela DGAL na reunião realizada em Lisboa, foi-lhe dito que a contabilização dos funcionários é feita de forma nominal, com base numa lista concreta, e não com recurso a médias ou valores de referência, tratando-se de cálculos contabilísticos simples e diretos.

Concluiu, referindo que esta situação tem de ser tratada a outro nível, e que todos os dados apresentados, além de terem já sido partilhados em sede de Câmara, serão igualmente apresentados no Conselho Municipal de Educação.

#### **I). 1ª Jornadas da Saúde.**

**O senhor Vereador Alexandre Varela** disse que, no passado dia 26, teve início um evento que se prolonga até à data presente, e que é considerado de grande relevância na área da saúde. Trata-se das 1ª Jornadas de Saúde, desenvolvidas e organizadas pela Universidade de Évora.

Na sua opinião, e na opinião do executivo, estas jornadas são determinantes para o posicionamento da Universidade de Évora não só ao nível da investigação científica nesta área, que já vem sendo desenvolvida, mas também no reforço da sua oferta formativa, nomeadamente nas áreas das ciências biomédicas e da enfermagem, manifestando ainda a expectativa de que, no futuro, possa incluir também o curso de medicina.

#### **J) . Saudações da CDU**

**O senhor Vereador Alexandre Varela**, em nome dos eleitos da CDU, apresentou as seguintes Saudações:

##### **SAUDAÇÃO ao LUSITANO GINÁSIO CLUBE**

A Câmara Municipal de Évora saúda o Lusitano Ginásio Clube, pelo histórico desempenho na Fase de Subida do Campeonato de Portugal.

Quatro vitórias nos quatro primeiros jogos, foram suficientes para garantir, não só o mais importante, a inédita subida à Liga 3 de futebol, mas também a presença na final do Campeonato de Portugal, que se disputará no dia 14 de junho, no Estádio do Jamor, diante do Vitória de Guimarães “B”.

O desempenho do clube durante toda a temporada, incluindo a presença nos oitavos de final da Taça de Portugal, permite a equipa partir para a final do Jamor com confiança para dar mais uma alegria a todos os Lusitanistas.

##### **SAUDAÇÃO ao JUVENTUDE SPORT CLUBE**

A Câmara Municipal de Évora saúda o Juventude Sport Clube pela conquista da Taça Dinis Vital, da Associação de Futebol de Évora.

Num jogo contra a equipa do SC Viana, o Juventude teve de sofrer, após um empate 3-3 no final do prolongamento, para se superiorizar, já na marcação de grandes penalidades, com um resultado final de 4-3.



Com este resultado, após a conquista do campeonato distrital da Liga Elite, e de garantir a subida ao Campeonato de Portugal, o Juventude faz a “dobradinha”, selando uma época de grande êxito desportivo.

### **SAUDAÇÃO ao ATLETA GUILHERME ROSEIRO**

Na semifinal do World Skate Artistic International Series, que decorreu em Trieste, entre 8 e 19 de maio, o eborense Guilherme Roseiro, do GDR Canaviais, conseguiu um brilhante 5º lugar, o que lhe permitiu alcançar a final mundial desta competição na categoria de Cadetes Masculinos em Patinagem Livre.

Este feito ganha especial relevo devido ao facto do jovem atleta, de apenas 13 anos, se encontrar no seu primeiro ano no escalão de Cadetes Masculinos. Desta forma, está e parabéns o Guilherme e toda a equipa técnica GDR Canaviais.

### **SAUDAÇÃO à ATLETA ANA ALEXANDRINO**

Numa prova realizada na Maia e em Leça da Palmeira, no âmbito dos Campeonatos Nacionais de atletismo Anddi Portugal, a atleta eborense Ana Alexandrino, que representa o Clube Raquel Cabaço, alcançou o 1º lugar no lançamento do peso (3 Kg) síndrome de Down.

Esta é mais uma conquista de relevo desta multipremiada atleta, pele que a Câmara Municipal de Évora saúda a atleta, o seu clube e os seus treinadores.

### **SAUDAÇÃO à UNIDADE de SAÚDE MILITAR de ÉVORA, à UNIÃO DESPORTIVA MACHEDENSE, ao GRUPO DESPORTIVO e RECREATIVO de TORRE de COELHOIS e à CASA do BENFICA de ÉVORA**

Reflexo da riqueza e diversidade do movimento associativo, desportivo e social Eborense, a Câmara Municipal de Évora endereça uma saudação a várias entidades pelo seu aniversário, nomeadamente, à Unidade de Saúde Militar de Évora (136º Aniversário), à União Desportiva Machedense (48º Aniversário), ao Grupo Desportivo Cultural e Recreativo de Torre de Coelhois (35º Aniversário) e à Casa do Benfica (32º Aniversário). Obrigado, a cidade muito vos deve!

**As saudações apresentadas foram aprovadas por unanimidade.**

### **K). -Vereadora Lurdes Nico / Vários Assuntos.**

A **senhora Vereadora Lurdes Nico**, começou por cumprimentar o senhor Presidente, os senhores Vereadores, funcionários, público presente e todos os Municípios que assistem à reunião.

Dando continuidade, a **senhora Vereadora Lurdes Nico** afirmou que se associam, naturalmente, aos votos que foram apresentados na reunião. Reconheceu que, apesar de não os terem conseguido apresentar desta vez, acompanham integralmente o que foi referido.

Considerou que estes votos demonstram bem a vitalidade da vida associativa existente no concelho, destacando a sua riqueza e os feitos alcançados em várias áreas, nomeadamente nas vertentes cultural, desportiva e social.

Fez referência à sua presença, juntamente com os demais vereadores, na 10ª Edição do ÉvoraWine, felicitando a organização do evento e salientando o apoio da Câmara Municipal, enquanto coorganizadora, conforme indicado nos materiais promocionais.





Mencionou ainda a realização da Feira do Livro de Évora, felicitando, em particular, o Departamento Sociocultural da Câmara Municipal pelo trabalho desenvolvido, destacando o papel do Dr. José Conde. Reconheceu que há aspetos a melhorar, mas sublinhou a importância de saudar o trabalho feito, mencionando que essa reflexão foi também abordada durante a inauguração da feira.

Abordou novamente o tema do Conservatório Regional de Évora Eborae Música, retomando preocupações já expressas em reuniões anteriores. Recordou a visita feita no início do mandato às instalações do conservatório e referiu as carências existentes, nomeadamente ao nível do conforto térmico, segurança e condições físicas, que se agravam pela antiguidade das instalações. Informou que foi cedida uma nova sala ao Conservatório, situada junto ao convento onde funcionam serviços da Câmara, mas salientou que a mesma apresenta problemas de acústica, dada a especificidade da atividade de ensino da música. Perguntou, nesse sentido, ao senhor Presidente quais as soluções que estão a ser consideradas para mitigar este problema.

Relativamente à questão do Altar-Mor e da segurança do edifício, referiu que, segundo foi informado, o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) realizou uma vistoria e concluiu que não existem problemas de maior. No entanto, alertou para a urgência de intervenção no telhado do edifício, dado o seu estado de degradação, que poderá comprometer também as instalações elétricas e agravar a humidade. Questionou o senhor Presidente sobre o que está a ser feito nesse âmbito e referiu que existem projetos elaborados pela Câmara, nomeadamente ao nível da eletricidade, que importa aproveitar através da apresentação de candidaturas a financiamento. Salientou que, embora os recursos sejam limitados, é fundamental potenciar a captação de fundos para responder às necessidades identificadas. Concluiu que é necessária uma intervenção de maior escala e com uma visão integrada, mas insistiu na urgência de resolver a questão do telhado como prioridade imediata.

Por fim, referiu-se à reunião alargada do NPISA (Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo), realizada no dia anterior no aeródromo municipal, onde foi apresentada a nova estratégia nacional para o período 25-30 e o plano de ação do NPISA de Évora, coordenado pelo Dr. Luís Gamito e sob responsabilidade da Santa Casa da Misericórdia. Sublinhou que a Câmara Municipal integra o NPISA, através da unidade dedicada à temática das pessoas em situação de sem-abrigo, que funciona no âmbito do CLASE. Solicitou informação sobre o ponto de situação desta unidade e questionou se existem relatórios disponíveis que possam ser partilhados com os Vereadores. Referiu que foi noticiado que existem atualmente 80 pessoas sem-abrigo no concelho de Évora, algumas das quais estão a dormir na rua e outras em alojamentos temporários, sendo que parte desses alojamentos são apoiados financeiramente pela Câmara Municipal ou pela Segurança Social. Solicitou informação sobre que tipo de apoios estão a ser prestados, quantas pessoas estão abrangidas, e quais as medidas previstas.

**O senhor Presidente**, relativamente ao Conservatório Regional de Évora – Eborae Música, informou que tem sido mantido um diálogo regular com a direção do Conservatório, em alguns casos também com representantes dos encarregados de educação, com vista à identificação e resolução dos diversos problemas apresentados. Explicou que a cedência da nova sala resultou diretamente de uma dessas reuniões, tendo sido reconhecida a importância da sua disponibilização. Acrescentou que foi ainda possível assegurar a utilização do Salão Central Eborense e de outras instalações municipais por parte do Conservatório, conforme necessidades identificadas, sendo que essas utilizações já ocorreram no ano anterior e, eventualmente, também no presente ano.

Quanto às questões da acústica, disse que de facto é um problema mais alargado, porque estamos num edifício histórico, não se limitando à nova sala, embora esta, pelas especificidades do tipo



de música aí praticada, apresente particular exigência. Manifestou a expectativa de que, do ponto de vista técnico, seja encontrada uma solução adequada.

No que respeita ao Altar-Mor, reiterou a informação anteriormente prestada de que foi solicitada uma inspeção ao LNEC, que concluiu não existirem problemas estruturais no altar, tendo emitido um relatório nesse sentido.

Sobre o telhado do convento, informou que foi elaborado um primeiro projeto, tendo-se verificado que o telhado está dividido em várias zonas. Referiu que uma dessas zonas já foi intervencionada e não apresenta, neste momento, problemas de maior. Identificou como mais preocupante a zona da igreja, cujo telhado principal se encontra rodeado por outras áreas às quais não é possível aceder sem proceder previamente ao seu destelhamento. Explicou que, no momento do levantamento para a elaboração do projeto, não foi possível aceder a estas zonas e que, por essa razão, está a ser ponderada a solução mais viável, ou seja, ou proceder a uma contratação própria e dispendiosa apenas para possibilitar esse acesso, ou avançar com a obra no telhado principal e, no decurso dessa intervenção, aceder às zonas adjacentes para posterior análise e eventual intervenção.

Informou que esta obra está sinalizada como potencialmente enquadrável numa candidatura ao PRR e que está em curso a preparação da candidatura, estando o município a aguardar a comunicação dos termos de aceitação. Esclareceu que o orçamento previsto poderá vir a ser ajustado, por força da necessidade de intervir nas áreas ainda por avaliar.

Quanto ao projeto de eletricidade, referiu que já existia um projeto anterior, mas que foi necessário proceder à sua atualização, por se tratar de um projeto com alguma antiguidade. Informou que essa atualização está em curso e que se espera, num futuro próximo, dispor de um projeto finalizado. Indicou que esta intervenção também está sinalizada como passível de candidatura ao PRR, tendo essa possibilidade já sido transmitida ao Património Cultural.

**O senhor Vereador Alexandre Varela**, relativamente à questão do NPISA, informou que teve lugar, no dia anterior, uma reunião sobre esta matéria, à qual, por motivos de agenda, não pôde estar presente. Explicou que a reunião teve essencialmente um cariz técnico e que, em representação da Câmara Municipal, participou a Dra. Helena Ferro, chefe da Divisão de Educação e Intervenção Social. Esclareceu que o NPISA foi criado por iniciativa governamental há cerca de quatro ou cinco anos e que, antes da sua criação formal, já existia uma unidade de rede no município dedicada à temática das pessoas em situação de sem-abrigo.

Referiu que, com a constituição oficial dos núcleos locais, foi decidido não duplicar estruturas, custos e recursos humanos, optando-se por integrar essa unidade existente no NPISA. Assim, afirmou que não existem atualmente duas unidades distintas, mas sim uma única estrutura, com a participação da Câmara Municipal enquanto membro do NPISA, a par de outras entidades parceiras.

Sublinhou a importância do trabalho conjunto que tem vindo a ser desenvolvido, distinguindo entre o trabalho de retaguarda e o trabalho de terreno, no qual participam elementos da Divisão de Educação e Intervenção Social, da Proteção Civil e de outras entidades envolvidas. Indicou que existem escalas partilhadas para garantir a operacionalização deste trabalho no terreno.

Destacou ainda que uma das expressões concretas deste apoio reside nos apoios pecuniários aprovados regularmente em reunião de Câmara, os quais, anteriormente sob a responsabilidade da Segurança Social, passaram para a alçada do município com a transferência de competências. Referiu que os apoios relacionados com alojamentos de emergência, definidos tecnicamente no seio do NPISA, são financiados pela Câmara Municipal e apresentados sistematicamente para deliberação em sede de reunião camarária.





A **senhora Vereadora Lurdes Nico** referiu que pretendia deixar em ata uma nota relativa ao processo n.º 1.15174, cujo requerente é a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia do Bacelo e Senhora da Saúde dos Álamos. Informou que o assunto ficou resolvido, tendo a entidade sido contactada pela Arq. Elsa Carvalho. Salientou que, uma vez que já havia mencionado esta situação por duas vezes em reuniões anteriores, entendeu ser importante assinalar que a mesma se encontra, nesta fase, resolvida.

O **senhor Presidente** acrescentou que a demora na resolução do processo se deveu ao facto de estarem envolvidas duas entidades, sendo que apenas uma delas tinha legitimidade para formalizar o pedido. Indicou que esta questão foi, entretanto, esclarecida e ultrapassada, permitindo assim a resolução do assunto.

#### **L). -Vereador Henrique Sim-Sim / Vários Assuntos.**

O **senhor Vereador Henrique Sim-Sim**, começou a sua intervenção por cumprimentar o senhor Presidente, os senhores Vereadores, funcionários, público presente e todos os Munícipes que assistem à reunião.

Dando continuidade, o **senhor Vereador Henrique Sim-Sim** relativamente ao Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo (NPISA), referiu que, embora estejam apenas 80 pessoas registadas na plataforma, o número real de pessoas em situação de sem-abrigo no concelho de Évora, em dezembro de 2024, era de 173, sendo que a discrepância se deve sobretudo à população cigana, mas também a outras situações não formalmente registadas. Sublinhou a forte participação de instituições e juntas de freguesia nas reuniões do NPISA e o empenho do coordenador nacional, Henrique Joaquim, frisando que o problema está a agravar-se e exige intervenção contínua. Chamou ainda a atenção para um edifício abandonado junto à rotunda do Manuel da Gaita, ocupado há cerca de dois anos, alertando para riscos de saúde e segurança pública, além de relatos de práticas ilícitas. Considerou urgente que o município intervenha, substituindo-se ao proprietário para vedar o espaço, e que impute os custos da operação.

Referiu-se às eleições legislativas, felicitando os cidadãos envolvidos na organização do ato eleitoral, incluindo as equipas do município, juntas de freguesia, escolas e forças de segurança, com destaque para a coordenadora municipal, Dra. Elisabete Neves.

Assinalou a sua participação no evento *Mayors for Peace*, que considerou interessante e com bons oradores, embora tenha lamentado a fraca participação, sublinhando que esse é um aspeto que importa continuar a promover no futuro.

Mencionou igualmente a sua presença nas jornadas da Escola de Saúde e Desenvolvimento Humano, associando-se às palavras do senhor Vereador Alexandre Varela e reforçando a importância de toda a cidade apoiar estas iniciativas. Destacou que é essencial que Évora, o seu concelho e o Alentejo possam contar com a Escola de Saúde e Desenvolvimento Humano plenamente consolidada, incluindo os cursos de medicina há muito desejados. Terminou felicitando a organização do evento, na pessoa do Dr. Armando Raimundo.

Quanto à transferência de competências na área da educação, voltou a pedir esclarecimentos sobre o défice acumulado, apontando para a necessidade de mais transparência nos relatórios recebidos, nomeadamente quanto à origem dos 2 milhões de euros de saldo negativo, alegadamente acumulado desde 2022. Pediu que essa informação fosse partilhada de forma a permitir o seu envio à ANMP e à Secretaria de Estado.



Assinalou ainda a comemoração do Dia de África, saudando as iniciativas realizadas em Évora e os cidadãos africanos que escolheram viver na região. No que respeita ao desporto, associou-se aos votos de felicitação ao Lusitano Ginásio Clube e ao Juventude Sport Clube, pelas recentes conquistas, incluindo o voleibol.

Solicitou, novamente, o ponto de situação dos pagamentos aos clubes, alertando para a situação preocupante de entidades como a Aminata, o Lusitano, o Juventude e o Clube de Ténis. Pediu que lhe fosse enviado por escrito o plano de pagamentos, sublinhando que os clubes não têm acesso a essa informação e que os dirigentes continuam a contactar os Vereadores para pressionar o município.

Sobre a sede do Clube de Rugby de Évora, confirmou que já têm as chaves, mas que falta formalizar o protocolo. Lamentou que o Conselho Municipal do Desporto, aprovado em 2021, não tenha ainda sido criado, e apelou à sua concretização até ao final do mandato. Saudou o exercício recente de Proteção Civil, pedindo uma súmula do relatório, bem como do relatório do apagão que ocorreu há cerca de um mês.

Sobre a Associação Humanitária de Évora, questionou os pagamentos em atraso às equipas de intervenção permanente e por que razão não foi candidata uma terceira equipa, conforme previsto no plano municipal. Perguntou, ainda, o ponto de situação da escada de salvamento dos bombeiros, cuja concretização dependeria de apoio financeiro do município.

Assinalou o avanço da obra de abastecimento de água à Garraia, que já terá cerca de 20% de execução, mas questionou como será feita a pavimentação da estrada após os trabalhos, alertando para o risco de degradação se a intervenção for apenas com meios próprios. Pediu esclarecimentos sobre a estrada de Santo Antonico e sobre a estrada dos Cromeleques dos Almendres, afirmando que se encontra praticamente intransitável, o que é grave tendo em conta a sua relevância turística.

Relativamente ao bairro do Cabeça do Arraial, referiu diversas queixas sobre a falta de limpeza, semelhantes a queixas já recebidas há cerca de oito meses.

Solicitou ainda o ponto de situação da obra na conduta da Malagueira, da cedência do terreno à Ajasul para o novo parque de leilões e do concurso de empreitada do novo canil municipal. Mencionou novamente o talude junto ao Largo dos Colegiais, junto à rampa da Porta da Traição, alertando para risco iminente de derrocada, impedimento de circulação e perigo para pessoas e viaturas.

Por fim, pediu o ponto de situação da Feira de São João, em particular quanto ao fornecimento de serviços, conclusão das obras do interface modal e organização geral do evento. Pediu também atualização do ponto de situação do PEDU, alertando para a informação que indicava uma execução muito baixa.

**O senhor Vereador Henrique Sim-Sim** em nome dos eleitos da Coligação Mudar Com Confiança, apresentou os seguintes votos de saudação:

**À 10.ª Edição do ÉvoraWine** – O Évora Wine, tem-se afirmado como uma referência nacional na promoção dos vinhos de excelência produzidos na região do Alentejo, assim como da cultura enogastronómica portuguesa.

Ao longo da última década, o Évora Wine, pelas mãos de Reto Jorg e os Irmãos Prazeres, com o apoio da Turismo do Alentejo e da Câmara Municipal, tem contribuído decisivamente para valorizar o património vitivinícola local, dinamizar a economia regional, atrair visitantes e reforçar a marca Évora enquanto destino turístico de qualidade, ancorado na tradição, inovação e hospitalidade.





Esta 10.<sup>a</sup> edição representa não apenas a consolidação de um evento de sucesso, mas também a celebração do trabalho de produtores, enólogos, entidades públicas e privadas, técnicos, artistas e demais intervenientes que, com dedicação e paixão, têm construído este projeto coletivo.

**Às Atletas Ana Raquel Peixoto (Grupo Desportivo de Pavia) e Ana Alexandrino (Clube Raquel Cabaço)** - Uma vez mais, as atletas de Évora Ana Raquel Peixoto (Grupo Desportivo de Pavia) e Ana Alexandrino (Clube Raquel Cabaço), ambas com Síndrome de Down, foram exemplo de superação ao alcançarem o título de Vice-Campeã Nacional de Lançamento do Disco e de Tri-Campeã Nacional Lançamento do Peso, respetivamente, nos Campeonatos Nacionais de Atletismo da Associação Nacional de Desporto para Desenvolvimento Intelectual. Ambas atletas têm, como saberá, ganho diversos títulos desportivos nacionais e mesmo em competições europeias, somando-se agora estas duas novas e excelentes classificações alcançadas nos Campeonatos Nacionais.

**À União Desportiva Machedense, pelo seu 48º Aniversário** - A União Desportiva Machedense foi fundada a 14 de maio de 1977, sendo a sua constituição a 11 de dezembro de 1979. Tendo por finalidade a promoção cultural, desportiva e recreativa dos seus associados e de toda a população em geral.

Fundado por, entre outros, o saudoso Professor Ribeiro, a UDM tem desenvolvido atividade na área do futebol, futsal e também no badminton, onde se destacou com vários atletas de âmbito nacional, como seja o Paulo Fitas, o Almerindo Cardador, o Piteira, entre outros,

Pela sua história, mas também pelo seu futuro, congratulamos todos os que ao longo dos anos fizeram a UDM uma presença constante na vida desportiva, social e recreativa dos Machedenses.

**Dia Nacional da Emergência Médica** –Celebrado a 27 de maio, fazendo homenagem a todos os profissionais que, diariamente, se dedicam ao socorro e salvaguarda da vida humana em situações de urgência e emergência.

Neste dia, destaca-se o trabalho meritório do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM), bem como de todos os operacionais dos Bombeiros de Évora, Cruz Vermelha, Forças de Segurança, profissionais de saúde e demais agentes da Proteção Civil, cuja prontidão, competência e espírito de missão são fundamentais para garantir uma resposta eficaz e solidária em momentos críticos.

Este é também o momento para continuar a reivindicar melhores meios para o nosso concelho, designadamente na substituição de viaturas de Emergência médica e na operacionalização total do helicóptero 24/24h.

Saudamos todos os profissionais da emergência médica, agradecendo o seu inestimável contributo à sociedade e expressando um reconhecimento pelo trabalho de grande exigência e, muitas vezes, invisível que desempenham.

**O senhor Presidente** explicou que a questão dos edifícios privados ocupados é um problema legalmente complexo, tendo referido que a autarquia tem procurado soluções, no limitado âmbito das suas competências, embora considere que o proprietário deve ter um papel fundamental. Informou que já reuniu com o proprietário, pelo menos, duas vezes e que a polícia já interveio no local, mas a situação voltou a repetir-se. Reconheceu o esforço do município para encontrar soluções adequadas, apesar das dificuldades legais e da necessidade de cooperação entre várias entidades.

Sobre a informação dos pagamentos aos clubes, pediu desculpa pelo atraso, atribuindo-o ao elevado volume de trabalho dos serviços municipais, nomeadamente na Prestação de Contas. Indicou que já foram iniciados pagamentos da segunda tranche de 2024 do contrato-programa e



da medida 3, mas algumas faturas precisam ainda de ser verificadas para que os pagamentos possam continuar.

Relativamente à sede do Clube de Rugby de Évora (CRE), confirmou que o processo está em andamento, sendo necessário resolver questões burocráticas, dado que as instalações são geridas pela Câmara, mas pertencem ao Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ). Referiu que parece ter sido encontrada uma solução através do contrato-programa.

Sobre o Conselho Municipal do Desporto, reconheceu que está parado e que será necessário dialogar com os serviços para ultrapassar dificuldades que existem.

No que concerne aos bombeiros voluntários, **o senhor Presidente** admitiu que houve um atraso de dois meses nos pagamentos, mas assegurou que um mês já foi regularizado e que falta apenas um mês. Explicou que a terceira equipa não foi candidata porque não cumpria os requisitos. Quanto à autoescada, explicou que se trata de um equipamento dispendioso (mais de um milhão de euros) destinado ao distrito inteiro e que a decisão sobre a aquisição cabe à Autoridade Nacional de Proteção Civil. O comandante regional levou a questão a nível nacional por haver várias corporações com necessidades semelhantes.

Sobre a obra da água à Garraia, garantiu que a estrada será reposta em condições após a conclusão dos trabalhos, embora não se trate de uma nova pavimentação.

Referiu que reuniu com a empresa ACCIONA, responsável pela obra do novo Hospital e pela reparação da estrada de Santo Antonico, que se comprometeu a realizar intervenções para resolver vários problemas, incluindo em áreas não previstas inicialmente.

Quanto à estrada dos Cromeleques, indicou que a intervenção está provavelmente adjudicada, apesar de algumas dificuldades com empreiteiros.

Sobre as queixas de limpeza no bairro Cabeço do Arraial, notou que normalmente provêm de um mesmo cidadão, mas comprometeu-se a verificar a situação, dado que até ao momento não tinha recebido essa informação para o ano em curso.

Relativamente à conduta da Malagueira, informou que houve uma reunião com o projetista, que está a concluir o projeto após a resolução de questões técnicas relacionadas com degradações em estruturas, estimando um prazo de um a dois meses.

Quanto ao terreno para a AJASUL, **o senhor Presidente** disse que não tinha conhecimento recente de negociações. Recordou que, inicialmente, e por intervenção da Câmara Municipal, havia a possibilidade da instalação do Parque de Leilões no MARÉ, que não avançou por opção da AJASUL, e que posteriormente a AJASUL considerou uma alternativa numa propriedade privada. Referiu ainda que o Município propôs a instalação do Parque de leilões junto à zona do ETAR, uma solução que considerou boa por afastar a atividade da cidade e evitar cheiros.

Sobre o canil municipal, reiterou dificuldades em encontrar empreiteiros interessados em avançar com o projeto, assim como com outros projetos municipais, como a Escola Conde de Vilalva, celeiros da EPAC e coberturas do Convento dos Remédios e do Arquivo Fotográfico.

No que toca ao talude junto à Porta da Traição, afirmou que os técnicos já visitaram o local e comprometeu-se a informar sobre as conclusões.



Relativamente à Feira de São João, explicou que as dificuldades derivam da tesouraria, mas garantiu que nada impede a realização do evento com qualidade.

Informou que as obras no Rossio e nos Paços do Concelho estão praticamente concluídas, contrariando a informação de execução baixa, e que o PEDU estará totalmente finalizado em breve, incluindo o aumento da comparticipação dos fundos europeus. Referiu ainda a recente reunião da CIMAC, destacando que Évora é dos municípios com maior avanço e valor investido na concretização destes projetos com financiamento via CIMAC.

Por fim, sobre os sem-abrigo, **o senhor Presidente** referiu que os números que possui relativamente às pessoas que são acolhidas são inferiores aos indicados anteriormente, admitindo que poderá existir alguma divergência nos dados. Explicou que, de memória, os seus valores rondam os 80 indivíduos, mais cerca de 30 da comunidade cigana, mas poderá haver alguma diferença na informação que tem, provavelmente porque os dados foram atualizados desde então.

#### **M). -Vereadora Florbela Fernandes / Vários Assuntos.**

**A senhora Vereadora Florbela Fernandes** começou por cumprimentar o senhor Presidente, os senhores Vereadores, funcionários, público presente e todos os Municípes que assistem à reunião.

Dando continuidade, **a senhora Vereadora Florbela Fernandes** manifestou uma preocupação, generalizada, sobre a situação da limpeza e manutenção na cidade, referindo que a problemática não se limita a um bairro específico, mas é transversal a várias zonas, incluindo azinhagas e estradas municipais. Reconheceu o esforço das equipas municipais, ainda que considerasse que, dadas as condições e os meios disponíveis, é muito difícil responderem adequadamente à situação. Criticou o estado de abandono e degradação dos bairros, sublinhando que, apesar da chuva ser um fator comum a todas as cidades, Évora se destaca negativamente nesta matéria. Considerou que a Câmara não conseguiu responder eficazmente a este problema estrutural, que se agrava com a proximidade da época de incêndios, em que as ervas altas representam um risco significativo.

Apontou que o município está a falhar na sua missão básica de garantir a higiene e a limpeza, dando como exemplo os contentores de lixo, muitos dos quais se encontram imundos, com condições que afastam as pessoas de os utilizar. Questionou também a operacionalidade dos veículos de recolha do lixo, dado que, segundo informação que tem, menos de metade estarão em funcionamento, e sugeriu que a Câmara deveria esclarecer oficialmente esta situação, tanto em termos de equipamentos como de recursos humanos, pois a resposta não está a chegar aos municípes.

Relativamente a outras questões, informou que a pintura das passadeiras na Rua da Horta das Figueiras já foi resolvida, mas alertou para a necessidade de intervenção no Bairro São José da Ponte. Referiu ainda várias queixas de cortes de água, nomeadamente na Rua da Paz, pedindo que se averigue a situação. Sobre as obras no Rossio, manifestou dúvidas quanto ao seu estado final, devido a limitações de acessibilidade, e sugeriu que a Câmara esclareça a população sobre o âmbito real da intervenção, explicando que não corresponde à totalidade do Rossio e que futuras intervenções poderão ser necessárias.

No que respeita ao PEDU, pediu ao senhor Presidente que concretize quais os projetos que serão executados a 100%, questionando também a previsão para a conclusão da reabilitação dos Paços do Concelho e a sua posterior reabertura.



Solicitou um ponto de situação detalhado sobre candidaturas, em particular ao ciclo urbano da água, às ITIs e a projetos como o Bairro do Moinho e o Escurinho, para que haja clareza sobre quais os investimentos que contam com financiamento assegurado, quais estão em preparação e quais ainda aguardam avisos de abertura. Enfatizou a importância de se transmitir informação concreta à população, evitando desinformação.

Questionou sobre o projeto da conduta da Malagueira, nomeadamente sobre a forma prevista para o seu financiamento - se através do orçamento municipal ou de candidaturas externas - e pediu uma atualização sobre os custos estimados, reconhecendo que a situação poderá passar para o próximo executivo dada a complexidade técnica e orçamental envolvida.

Colocou uma questão sobre a Associação Comercial do Distrito de Évora (ACDE), questionando se a Câmara foi contactada relativamente ao estado de insolvência daquela instituição e se existe uma estratégia para intervir no sentido de preservar tanto a Associação como o edifício situado na Praça do Giraldo. Sublinhou a importância de manter uma instituição centenária na cidade e sugeriu que a Câmara poderia considerar exercer o direito de preferência, mesmo que fosse necessário recorrer a algum empréstimo, deixando o assunto em aberto para reflexão do Executivo.

Abordou o tema do concurso de apoios à área social, questionando sobre a previsão para a abertura do aviso de candidaturas. Relembrou que algumas organizações já foram contactadas para atualizar os seus dados, sobretudo em função da obrigatoriedade do registo legal, e quis perceber se o aviso será realmente aberto em setembro, como previsto no regulamento, ou se haverá alguma antecipação. Manifestou preocupação para que, caso a abertura ocorra em setembro, o novo executivo seja responsável pela gestão dessa matéria, já que as candidaturas e os apoios que daí resultarem serão atribuídos depois da passagem de mandato.

Seguidamente, solicitou informação sobre o protocolo do CRE, afirmando que aguarda a data de assinatura, reconhecendo o esforço que tem sido feito e a importância de finalizar este processo ainda neste mandato.

No que toca aos pagamentos ao desporto, insistiu na necessidade de o senhor Presidente apresentar ao executivo o acordo de pagamento das dívidas das associações, condição indispensável para que a Câmara possa continuar a financiar as que têm dívidas. Referiu que as associações que não possuem dívidas não devem ser penalizadas por aquelas que aguardam acordo, e recordou que esta matéria é séria porque envolve recursos dos municípios, pelo que a transparência e o rigor são fundamentais. Alertou para a ausência de atualizações públicas e pediu que o assunto fosse clarificado e que os acordos fossem cumpridos.

De igual modo, voltou a questionar sobre o pagamento às bandas filarmónicas, que ainda apresenta atrasos, e pediu especial atenção ao pagamento das marchas de Nossa Senhora de Machede, sugerindo que o município assumia pelo menos um ou dois compromissos formais relativamente ao transporte das marchas, para permitir que estas possam planear adequadamente as suas atividades.

No âmbito das Juntas de Freguesia, mencionou ter recebido informações sobre atrasos no pagamento do acordo de transferência de competências, solicitando esclarecimentos sobre a sua causa: se por excesso de trabalho, falta de tesouraria ou outro motivo. Frisou a importância de garantir a pontualidade desses pagamentos, que são fundamentais para a organização das freguesias.





Relativamente à terceira equipa de intervenção rápida para os bombeiros, questionou se o município tem os meios financeiros para suportar os custos, alertando para a necessidade de transparência quanto à disponibilidade orçamental, para que as expectativas da população e das próprias instituições sejam ajustadas à realidade.

Pedi ainda uma clarificação concreta sobre o orçamento previsto para a Feira de São João, referindo que embora já tenha sido mencionado que o custo deverá ser semelhante ao da edição anterior, gostaria de valores mais precisos para poder informar os munícipes com rigor.

Referiu duas preocupações relativamente ao protocolo do novo hospital. Em primeiro lugar, destacou que, caso a nova equipa do Ministério da Saúde pretenda introduzir alterações ao protocolo, o movimento cívico que acompanha a obra irá exigir que essas duas preocupações fiquem expressamente contempladas no documento. A primeira diz respeito à necessidade de o protocolo assegurar de forma clara que os 2,5 milhões de euros que a Câmara irá adiantar, retirando da sua dotação da ITI – Investimento Territorial Integrado – dedicada ao ciclo urbano da água, venham a ser devolvidos pelo Estado. Sublinhou que, embora a Resolução do Conselho de Ministros indique que esse valor será financiado pelo PT2030, tal não garante que a verba regresse ao município, já que é considerada comparticipação municipal. Frisou que não aceitará que verbas destinadas à rede de abastecimento em baixa – quer na cidade, quer nas freguesias rurais, como São Manços – sejam desviadas para financiar uma obra da responsabilidade do Estado, relembrando o incumprimento verificado no caso das infraestruturas associadas à Embraer, cujo reembolso prometido nunca se concretizou, permanecendo o encargo nos orçamentos municipais.

A segunda preocupação relaciona-se com a estrada de Santo Antonico. Afirmou ter inicialmente admitido que a situação se resolveria, mas constatou que o protocolo atual transfere para o município a responsabilidade pela manutenção da estrada enquanto decorrerem as obras do hospital. Referiu que esta passagem de responsabilidade se encontra escrita de forma subtil, "nas entrelinhas", e considerou inaceitável que o município assumira encargos decorrentes de uma obra alheia. Reivindicou que o protocolo assegure o reembolso municipal caso seja necessário intervir na estrada, tal como sucede com qualquer empreitada em que o dono da obra deve garantir a reposição das infraestruturas afetadas. Deu como exemplo positivo a obra em curso no recinto do Juventude Sport Clube, onde a empreitada está a ser conduzida de forma exemplar, com reposição célere e cuidada da via pública sempre que há intervenções. Concluiu defendendo que os empreiteiros devem ser responsabilizados pela reposição das infraestruturas públicas afetadas pelas suas obras.

**O senhor Presidente** começou por abordar a questão da limpeza urbana, salientando que em 2024 a atuação foi sobretudo reativa, em 2025 foi feito um planeamento, tendo em conta a limitação de recursos disponíveis. Explicou que não era possível intervir simultaneamente em todas as zonas da cidade, especialmente no que diz respeito ao controlo das ervas. Esclareceu que o plano de atuação está a ser executado por áreas: na Malagueira e Hortas das Figueiras, os trabalhos decorrem de norte para sul, iniciando-se no Bairro da Torralva e terminando no Bairro de São José da Ponte. No Bacelo e Senhora da Saúde, a limpeza está a ser realizada de sul para norte, com início na zona do Chafariz d'El-Rei. Referiu que, nesta fase, os trabalhos decorrem nas zonas da Tapada e Vista Alegre e, provavelmente, também na Senhora da Saúde. Sublinhou que, apesar de já terem sido feitas intervenções em algumas zonas, as ervas voltaram a crescer, o que apenas pode ser evitado com o uso de produtos químicos, cuja aplicação o município procura evitar.



Relativamente aos cortes de água na Rua da Paz, referiu que já tinha anteriormente tentado obter esclarecimentos, mas sem sucesso. Comprometeu-se a voltar a averiguar a situação, pedindo ao senhor Vereador responsável que apure se se trata de um problema pontual ou de uma questão de carácter mais geral, uma vez que, aparentemente, não há motivo conhecido para tais cortes.

Abordou também a empreitada do Rossio, esclarecendo que esta obra não corresponde a uma requalificação completa do Rossio, mas sim à concretização da ligação pedonal entre a Estação Ferroviária e o Centro Histórico, a qual atravessa aquela zona. Explicou que se aproveitou a intervenção para qualificar a área central e algumas zonas adjacentes do Rossio, ficando outras áreas de fora. Garantiu que a obra se encontra praticamente concluída, prevendo-se a sua finalização nas próximas semanas, e assegurou que não estão previstas novas intervenções no âmbito desta empreitada. Informou, no entanto, que está a ser estudada a possibilidade de financiamento para resolver o problema do abastecimento de energia elétrica no Rossio, nomeadamente para eventos de grande dimensão. Para tal, será necessária a instalação de um novo posto de transformação, com potência adequada. Relativamente ao pavimento, admitiu que essa será uma questão mais complexa, que apenas poderá ser resolvida depois de executadas as infraestruturas necessárias.

**O senhor Presidente** referiu-se aos programas de financiamento disponíveis, em particular no âmbito do ciclo urbano da água, explicando que o município tem várias intervenções preparadas, nomeadamente no Centro Histórico, como as realizadas na Rua do Muro, que poderão ser candidatas a financiamento. No entanto, afirmou que persistem várias dúvidas quanto à elegibilidade dos projetos, o que tem dificultado o avanço das candidaturas. Indicou que, apesar de muitas vezes se falar do PT2030, o período relevante para estas intervenções é o PT2027. Face à lentidão na obtenção de esclarecimentos por parte das entidades gestoras, informou que deu instruções para que as candidaturas sejam submetidas, mesmo sem resposta definitiva, permitindo que, caso sejam consideradas não elegíveis, as entidades responsáveis o indiquem formalmente. Referiu ainda que a CIMAC é a entidade que gere o programa a nível intermunicipal, estando acima desta a autoridade de gestão nacional para o ciclo urbano da água.

Informou que, relativamente à conduta da Malagueira, neste momento não existe qualquer perspetiva de financiamento disponível.

Sobre a ACDE – Associação Comercial do Distrito de Évora, referiu ter reunido recentemente com a direção da entidade, tendo-lhe sido comunicado que a associação se encontra insolvente e que foi decidido avançar com a sua extinção. Indicou que não houve qualquer candidatura aos órgãos sociais, o que demonstra falta de interesse e, sobretudo, a inexistência de condições económicas e financeiras para garantir a continuidade da associação. Acrescentou que o prédio pertencente à ACDE, está hipotecado e a sua gestão está atualmente a ser conduzida pelo banco credor. Sublinhou ainda que o edifício apresenta dificuldades em termos de acessibilidade, não sendo, por isso, uma estrutura fácil de aproveitar.

Relativamente à questão da água, reconheceu que os documentos necessários estão já elaborados e discutidos com dois dos clubes envolvidos. Esclareceu que a única situação ainda sem uma conclusão final diz respeito à Aminata, devido às características específicas desta associação. Acrescentou que, assim que os documentos estiverem devidamente finalizados, os apresentará aos senhores Vereadores antes de os submeter à reunião de Câmara.

No que diz respeito às bandas e marchas, **o senhor Presidente** referiu ter conhecimento de que alguns pagamentos já foram efetuados, admitindo, no entanto, que ainda possam existir valores por liquidar. Sobre os pagamentos às Juntas de Freguesia, esclareceu que existem vários tipos e





fontes de pagamento, sendo um deles feito diretamente a partir do Orçamento de Estado, embora sejam verbas da Câmara, é processado diretamente por essa via. Acrescentou que, no caso dos contratos interadministrativos, estes foram aprovados recentemente, encontrando-se alguns ainda em fase de assinatura, pelo que apenas após essa formalização será possível avançar com os respetivos pagamentos.

Informou, também, que vai prestar dados concretos sobre o orçamento da Feira de São João assim que estiverem concluídos os principais procedimentos, nomeadamente os relativos aos stands, estruturas metálicas e iluminação, por serem os elementos com maior impacto orçamental. Explicou que aguarda esses dados para aferir se existem diferenças significativas em relação a anos anteriores e adiantou que, na próxima reunião, já deverá ser possível apresentar essa informação.

Quanto ao Protocolo do novo hospital, mencionou que não houve qualquer outro contacto, o que considera normal face ao contexto atual. Acrescentou que, no seu entender, não é essencial que o compromisso dos 2,5 milhões de euros fique inscrito especificamente no protocolo com a Câmara Municipal, podendo esse compromisso ser assumido, por exemplo, pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR). Referiu ainda que o senhor Presidente da CCDR já declarou formalmente que esse valor será assegurado e manifestou confiança em que tal compromisso poderá ser formalizado por escrito, sublinhando que o essencial é garantir a concretização do apoio prometido

#### **N). -Vereadora Bárbara Tita / Vários Assuntos.**

A **senhora Vereadora Bárbara Tita**, começou por cumprimentar o senhor Presidente, os senhores Vereadores, funcionários, público presente e todos os Municípios que assistem à reunião.

Dando continuidade, a **senhora Vereadora Bárbara Tita** abordou a questão do protocolo relativo às acessibilidades do novo hospital, tema já respondido anteriormente, mas aproveitou para recordar que, no que respeita à pavimentação e manutenção das estradas afetadas pelas obras, existe uma Declaração de Impacte Ambiental (DIA) publicada em 2022, antes do início da construção do hospital, que tem valor legal e obriga todas as partes envolvidas a cumprir diversas medidas. Uma das medidas fundamentais é a nº 67, que determina a reconstrução dos pavimentos danificados pelas viaturas ligadas à obra, incluindo passeios, ruas e estradas das localidades próximas. A DIA, explicou, não deve ser vista apenas como uma formalidade ou algo meramente simbólico, mas sim como um documento extenso, publicado em Diário da República, que impõe obrigações claras, sobretudo relacionadas com a preservação e manutenção da qualidade da área envolvente ao hospital. Por isso, considerou importante que este documento seja revisitado, uma vez que o acompanhamento ambiental da obra deve garantir o cumprimento dessas medidas, o que, no seu entender, não está a acontecer como deveria.

Referiu-se à situação muito grave da estrada que liga Évora à Torre de Coelheiros, particularmente no troço entre a saída da estrada de Reguengos até à Torre. Esta estrada, estreita e sem bermas na maior parte, apresenta buracos e desníveis que obrigam os condutores a sair da sua faixa para evitar acidentes. Com um tráfego elevado, incluindo pesados que agravam o desgaste do piso, solicitou-se uma intervenção urgente da Câmara Municipal para a manutenção desta via, sublinhando que, apesar de pouco falada, é uma das estradas municipais com maior tráfego.



Foi ainda denunciada uma situação frequente de intervenções incompletas em obras, sobretudo em levantamentos de piso para intervenções nas redes de água e esgotos, em que após o tapamento do buraco não se repõe devidamente o pavimento, apesar da necessidade de compactação e de existirem prazos para essa recuperação, o que se verifica tanto no Centro Histórico como nos bairros.

Relativamente à limpeza, enfatizou-se uma carência grave, que não conseguiu ser resolvida durante o mandato, evidenciando uma grande desarticulação e ausência de planeamento entre os serviços. Na zona da Malagueira, onde reside, observou-se que, por exemplo, após corte das ervas nos passeios, as zonas verdes adjacentes foram deixadas por tratar, e em algumas ruas apenas um lado da berma foi limpo, demonstrando falta de cuidado e controlo local. Esta situação evidencia a ausência de um responsável que coordene e oriente os trabalhos, o que considerou grave.

Outro problema destacado foi o estado degradado dos contentores para separação de resíduos, especialmente na avenida da Malagueira, abaixo da Junta de Freguesia. Um contentor para baterias e pilhas está tão deteriorado que o seu fundo está oxidado e aberto, permitindo o derrame de resíduos perigosos no exterior, colocando em risco a saúde pública, com crianças e animais a circular na zona. Pediu que este problema seja verificado não só nesse contentor, mas em todos os existentes na cidade, pois a maioria tem a mesma idade e condições similares. A zona em redor está também muito suja, com derrames de óleos e lixo, e sem limpeza subsequente, o que é reflexo da mesma desarticulação.

Finalmente, fez uma reflexão sobre a utilização de químicos para controlo de ervas. Explicou que a ausência de aplicação de químicos não é a causa da proliferação de ervas, antes o contrário: as zonas onde não se aplicam químicos mantêm ervas locais que não formam matagal, enquanto nas zonas onde se aplicam químicos crescem ervas infestantes resistentes, agravando o problema num ciclo vicioso de aplicação de mais químicos para combater ervas cada vez mais resistentes. Defendeu a necessidade de um novo enquadramento para a gestão do espaço público, questionando se os serviços responsáveis pela limpeza das ruas são os mesmos que cuidam dos espaços verdes, pois essa separação aparenta provocar a descoordenação visível em diversas zonas onde ou se limpa a rua e não se trata o jardim ao lado, ou vice-versa. Concluiu que, se os serviços estiverem separados, deve haver uma coordenação eficaz para que haja resultados concretos e duradouros.

**O senhor Presidente** agradeceu a referência feita à Declaração de Impacte Ambiental, sublinhando que este é um documento fundamental que impõe exigências a cumprir durante as obras, especialmente no que diz respeito às estradas e caminhos. Referiu, em relação à estrada da Torre de Coelheiros, que este ano e no ano anterior foram realizadas várias intervenções, consistindo essencialmente em tapar buracos. No entanto, reconheceu que as condições meteorológicas dificultam a manutenção duradoura, pois as intempéries provocam o reaparecimento desses buracos com alguma facilidade, pelo que entende que situações como as descritas pela senhora Vereadora Barbara Tita são inevitáveis em determinadas circunstâncias.

Informou que têm sido realizadas várias intervenções, destacando a utilização de uma máquina especializada adquirida há alguns anos, destinada precisamente a intervir em situações como as que surgem na estrada da Torre de Coelheiros, as quais envolvem diferentes componentes de reparação. Referiu que será analisada a situação para definir o momento mais adequado para essa intervenção, incluindo a reposição de outros pavimentos danificados.





Quanto à questão do corte das ervas, explicou que este ano foi planeado um trabalho orientado e segmentado por zonas específicas, porém reconheceu que o serviço responsável pela limpeza, a unidade de higiene e limpeza pública, não é o mesmo que trata das zonas verdes, o que pode resultar em intervenções desarticuladas entre passeios e áreas verdes.

Relativamente aos contentores referidos pela senhora Vereadora, **o senhor Presidente** esclareceu que esses pertencem à GESAMB, que é a entidade responsável pela sua manutenção e substituição. Comprometeu-se a verificar junto da GESAMB a situação atual, admitindo que, apesar de habitualmente existirem inspeções e substituições, é possível que haja contentores com problemas graves que necessitem de resolução urgente.

Sobre a utilização de produtos químicos para controlo das ervas, reconheceu não ser especialista no assunto, mas recordou que, há alguns anos, quando se aplicavam químicos, havia uma menor proliferação de ervas, enquanto que atualmente, com a não aplicação desses produtos, as ervas abundam. Apesar de entender o argumento apresentado sobre a prioridade dada às plantas autóctones e à questão das infestantes, deixou registada a observação para ser tida em consideração na procura de soluções adequadas.

#### **O). -Vereadora Patrícia Raposinho / Vários Assuntos.**

**A senhora Vereadora Patrícia Raposinho**, começou a sua intervenção por cumprimentar o senhor Presidente, os senhores Vereadores, funcionários, público presente e todos os Municípios que assistem à reunião.

Dando continuidade, **a senhora Vereadora Patrícia Raposinho** trouxe, de forma reiterada, várias solicitações relacionadas com processos urbanísticos. Referiu o processo 560, que diz respeito às garagens que se pretendiam construir na Alcárcova de Cima, uma obra impossível, mas em que, posteriormente, terá havido um acordo quanto às unidades funcionais. No entanto, sabe que este processo ainda não avançou nem foi concluído. Destacou que se trata de habitações em pleno Centro Histórico, destinadas à reabilitação e promoção da habitação, uma necessidade reconhecida.

Pediu um ponto de situação sobre a Herdade da Esparragosa, lembrando que já tinha sido informada de algumas evoluções anteriores e que esperava mais informações concretas sobre o estado atual do processo.

Quanto ao processo 1.11929, relativo a pavilhões agrícolas na saída de Évora, explicou que numa última atualização foi-lhe dito que tinham sido pedidos novos elementos ao proponente, embora tenha informação contrária e pediu para se verificar esta situação com rigor.

Questionou ainda sobre um projeto existente junto à estação de Machede, sem ter, no momento, o número do processo, mas comprometendo-se a colocar essa questão na próxima reunião de Câmara para obter esclarecimentos.

Finalmente, lamentou profundamente o facto de ainda não ter recebido os relatórios das Atividades de Enriquecimento Curricular (AECs), que pediu antes do início do ano letivo. Reforçou que esses documentos são fundamentais para poder dar contributos importantes que considera necessários para melhorar o registo das AECs, acompanhar o processo e analisar os feedbacks dos projetos-piloto. Reiterou que desde o final de agosto aguarda esses relatórios e que esta ausência de informação impede uma contribuição ativa e construtiva da sua parte enquanto Vereadora da oposição.



**O senhor Presidente** solicitou à senhora Vereadora que faça chegar à Dra. Elisabete os dados referentes aos processos urbanísticos mencionados, sublinhando que, relativamente a todos aqueles referidos na última reunião, já tinha fornecido uma informação, mas que poderá prestar uma informação mais atualizada. Quanto ao processo 560, confirmou que houve uma reunião técnica onde foi alcançado um acordo, e que agora falta a apresentação dos projetos propriamente ditos, comprometendo-se a apurar a situação exata.

Sobre a Herdade da Esparregosa, indicou que não houve alterações substanciais. Referiu que estavam em causa duas questões: a permanência ou não na zona urbana do PDM, que já foi garantida, e uma proposta de alteração ao tipo de uso do terreno, que tem motivado reuniões para adaptar um primeiro projeto apresentado, com o objetivo de melhorar e adequar o processo. Ainda assim, vai recolher dados concretos, incluindo datas, para fornecer uma resposta mais precisa e atualizada à senhora Vereadora.

Clarificou que, relativamente à Herdade da Esparregosa, existia inicialmente uma proposta que previa a saída daquela zona do perímetro urbano, apesar de se encontrar dentro desse mesmo perímetro. Explicou que essa situação foi corrigida, uma vez que surgiu uma intenção de investimento para o local, o que permitiu manter a zona dentro do perímetro urbano. Acrescentou que a segunda questão em análise diz respeito à alteração do uso do solo, dado que, de acordo com o plano de urbanização, a zona estava destinada exclusivamente a equipamentos. O que tem estado em discussão é a possibilidade de alterar esse uso, permitindo a introdução de uma componente significativa de habitação. Concluiu referindo que irá recolher a informação necessária para poder prestar um esclarecimento mais detalhado e adequado.

**O senhor Vereador Alexandre Varela** relativamente aos relatórios das Atividades de Enriquecimento Curricular (AECs), esclarece que existem duas dimensões distintas. A primeira refere-se ao relatório geral das AECs, integrado no processo de transferência de competências, que não pode ser dissociado desse enquadramento. Informou que essa avaliação está a ser finalizada e que, inclusivamente, foi discutida numa reunião recente com a Delegada da DGEstE. A segunda dimensão diz respeito ao relatório específico sobre o Projeto Piloto, sobre o qual já tinha anteriormente dado algumas informações. Admitiu que tem esse relatório consigo desde abril, mas que, por falha sua, ainda não o analisou, justificando essa situação com a acumulação de tarefas e o facto de o documento não ter sido incluído nas rotinas habituais de despacho com os serviços, uma vez que as indicações recebidas até ao momento, quer do ponto de vista financeiro, quer da aceitação dos projetos, foram sempre positivas. Concluiu comprometendo-se a reencaminhar esse relatório de imediato.

## **II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

### **1. – ASSUNTOS PROPOSTOS PELA PRESIDÊNCIA**

#### **PRESIDENTE DA CÂMARA**

##### **1.1. Prestação de Contas 2024.**

**O senhor Presidente** apresentou a seguinte proposta:

Propõe-se a aprovação dos Documentos de Prestação de Contas de 2024 e a respetiva aplicação do Resultado Líquido do Exercício, bem como o seu envio à Assembleia Municipal de Évora para que esta delibere nos termos da alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.





Nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e tendo em conta o disposto no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, em matéria de documentos de prestação de contas a apresentar pelas autarquias locais, submetem-se, para aprovação e envio à Assembleia Municipal, os Documentos de Prestação de Contas/2024.

Nos documentos são efetuadas análises patrimoniais do ano 2024, com destaque para o Balanço, que apresenta um total do ativo de 223.399.434,22€, um património líquido de 150.049.573,34€ e um passivo de 73.349.860,88€.

No que diz respeito aos rendimentos e gastos, apura-se que os mesmos ascenderam a 61.716.739,89€ e 66.307.778,76€, respetivamente. Nesta sequência apurou-se um resultado líquido do período negativo em 4.591.038,87€.

A variação dos fluxos de caixa é positiva, em 309.618,86€, pelo que existe um reforço da nossa tesouraria para um valor de 2.874.936,38€, sendo que deste valor, apenas 1.997.374,95€ representa saldo da execução orçamental, respeitando a diferença de 877.561,43€ a operações de tesouraria.

Ao nível do desempenho orçamental, conseguiu-se um valor de receita de 64.807.415,08€ (66.509.640,42€ com saldo orçamental da gerência anterior) e uma execução de despesa de 64.512.265,47€.

Em 2024 as Grandes Opções do Plano registam uma execução de 28.007.970,98€, dos quais 10.655.207,32€ são respeitantes ao Plano Plurianual de Investimentos e 17.352.763,66€ referentes ao Plano de Atividades Municipais.

Propõe-se que a Câmara Municipal de Évora delibere:

Aprovar os Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano 2024 (que inclui, como documentos principais, o Relatório de Atividades, o Relatório de Gestão, as Demonstrações Orçamentais e as Demonstrações Financeiras, bem como os Anexos e os restantes documentos de prestação de contas), conforme Instrução do Tribunal de Contas n.º 1/2019-PG, publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 46, de 6 de março, referente à prestação de contas das entidades sujeitas à jurisdição e aos poderes de controlo do Tribunal de Contas e Resolução n.º 4/2024, publicada no Diário da República n.º 248/2024, 2ª série, 23 de dezembro de 2024, respeitante à prestação de contas relativas ao ano 2024;

Que o resultado líquido do exercício de 2024, no valor negativo de 4.591.038,87€, seja transferido para a conta 56 – Resultados Transitados;

Submeter à Assembleia Municipal de Évora, para deliberação nos termos da alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º da lei n.º 75/2013, de 12 setembro.

### **Intervenções:**

**O senhor Presidente** fez a seguinte intervenção:

O **senhor Presidente** começou por dizer que, no espaço de tempo que mediou da anterior reunião de Câmara onde esteve agendado este ponto, se procurou dar resposta às questões colocadas pela Vereação o que entende que foi conseguido. Foi disponibilizado um relatório do Revisor Oficial de Contas, bem como as reconciliações bancárias até final de 2024, ficando apenas algumas a reconciliar na contabilidade de 2025 e de algumas que decorrem do problema de tesouraria detetado há 2 anos e que estão documentalmente referenciadas.

O **senhor Presidente** iniciou a apresentação da Prestação de Contas de 2024 destacando que a atividade municipal assumiu como tema central “Comemorar o 50º Aniversário da Revolução de Abril” que foi amplamente cumprido com uma imensa participação popular, quer de instituições quer da população e sublinhou o notável empenhamento e resposta dos serviços e dos trabalhadores do Município.

Foi criada uma Comissão Organizadora das Comemorações dos 50 Anos do 25 de Abril, aberta à participação de associações e entidades. A Comissão registou a adesão de mais de 30 entidades e



muitas outras desenvolveram atividades comemorativas. Realizaram-se mais de 100 iniciativas ao longo do ano. Destaca-se:

- O espetáculo “Liberdade 25” de Sérgio Godinho e os Assessores, dia 24/4, com a Praça do Giraldo completamente cheia, antecedido pela atuação das Vozes de Abril. À meia-noite, cantou-se a Grândola Vila Morena com os Cantares de Évora e o fogo de artifício;
- No dia 25 de Abril, o almoço comemorativo na Arena de Évora que contou com 700 participantes, organizado pela Associação Povo Alentejano, com o apoio da CME e de um vasto conjunto de instituições, particulares e empresas a que se seguiu a,
- Sessão Solene Comemorativa do 50º Aniversário do 25 de Abril, no Parque Infantil Almeida Margiochi, contou com intervenções de todas as forças políticas representadas na Assembleia e dos Presidentes da Câmara e da Assembleia Municipal;
- O grupo Vozes de Abril, organizado pela Câmara Municipal e dirigido por Mara, reuniu mais de 100 participantes; a iniciativa Vozes de Abril, com 15 grupos de cantares, realizou 30 miniconcertos pela cidade em escolas, locais de trabalho, instituições, praças, jardins, lugares de passagem;
- Iniciativas como o Carnaval das Escolas, o Mês da Juventude, a Feira do Livro ou a Feira de S. João tiveram como tema os 50 Anos do 25 de Abril.

O **senhor Presidente** prosseguiu referindo que a atividade e a gestão municipal no ano de 2024, terceiro ano civil do mandato 2021-2025, ocorreram num contexto internacional marcado por fatores de instabilidade como:

- a guerra na Ucrânia que prosseguiu sem fim à vista e tem ameaçado escalar com enormes perigos para os Povos da Europa; o prosseguimento da guerra Israel / Palestina, com os atos terroristas e a tomada de reféns civis pelo Hamas, com a catástrofe humanitária que atinge 2 milhões de palestinianos e o genocídio – que já ultrapassa os 53.000 mortos entre crianças, jovens, mulheres e homens – em curso na Faixa de Gaza perpetuado pelo Governo israelita; o Município de Évora afirmou a sua solidariedade ativa com os Povos atingidos, principais vítimas das guerras, defendeu a urgência de fazer o caminho da Paz e não da guerra, com base nos acordos, convenções e resoluções da Organização das Nações Unidas;
- a crise global dos refugiados;
- a evolução negativa da economia europeia com destaque para a crise energética, a falta de matérias primas, a falta de trabalhadores, a redução real dos rendimentos do trabalho e do poder de compra de parte da população.

Em Portugal e em Évora, a inflação geral manteve a tendência decrescente, mas muito acima da média geral na habitação, nos produtos alimentares básicos, na energia, na construção civil, em diversas matérias-primas e serviços. Diminuiu ligeiramente a pobreza – situando-se nuns elevados 19,7% estatísticos – e registou-se uma estabilização, num patamar baixo, da situação social de grande parte das famílias.

O Município, disse, continuou a sofrer um significativo impacto negativo nos investimentos e nos custos. Foi travada, sem a pôr em causa, a trajetória positiva de recuperação económica e financeira, tendo surgido dificuldades de tesouraria que já não eram sentidas há alguns anos.

O **senhor Presidente** afirmou que, para além das Comemorações dos 50 Anos da Revolução libertadora de Abril, a atividade municipal em 2024, foi marcada pela prossecução da construção de Évora\_2027, Capital Europeia de Cultura e pela passagem da liderança da Câmara Municipal para a Associação Évora\_2027, pela conclusão do Quadro Financeiro Plurianual da União Europeia conhecido por PT 2020, pela apresentação de candidaturas ao PRR, pelo avanço muito atrasado do PT 2030, por investimentos em áreas carenciadas e sentidas pelas populações como na rede viária, nas escolas, no abastecimento de água e saneamento, na área social, e ainda por





um reforço da intensa e diversificada atividade em áreas que vão do Plano Local de Habitação à alteração do PDM e à revisão do Plano de Urbanização da cidade, da cultura e animação sociocultural ao reforço dos apoios às associações, criadores e agentes culturais, do desporto e apoio aos clubes à dinâmica da juventude, da educação à ação social e à saúde, ao investimento e dinamização da economia local e do emprego à promoção nacional e internacional de Évora e do Alentejo.

O **senhor Presidente** abordou, então, a **força de trabalho** do Município que tem 1357 trabalhadores, um aumento de 19 face ao ano anterior. Cerca de 3%, 40 trabalhadores, estão em funções fora do Município ou com licenças sem vencimento. Notou que, comparando com 2013, e tendo em conta a entrada, em 2022 e 2023, de 319 trabalhadores das áreas da educação e da saúde, pela imposição da transferência de competências, o Município regista menos 26 trabalhadores. Salientou que a Câmara Municipal está, na maioria dos Serviços, a trabalhar acima dos seus recursos e a garantir, globalmente, respostas de serviço público muito positivas e isso se deve ao profissionalismo, ao empenhamento e, até, a alguns sacrifícios da grande maioria dos trabalhadores municipais, aos quais agradeceu o desempenho em prol do serviço público.

O **senhor Presidente** passou, de seguida, à análise dos principais dados financeiros e económicos que considerou globalmente positivos, ainda que com alguns aspetos negativos.

Quanto à **dívida global do Município**, informou que, desde o início do penúltimo mandato, outubro de 2013, até 31/12/2024, se registou uma significativa redução global da dívida: menos € 44,9 milhões de euros, menos 47,2 %, sendo agora o valor da dívida global de € 50,3 milhões de euros. Em 2024 face a 2023, a redução global da dívida foi de **menos 155.957,21€, menos 0,31%**.

Quanto ao **prazo médio de pagamento** a fornecedores era, em 2013, de 755 dias, tendo sido reduzido, até 31/12/2024, em 651 dias, ou seja, menos 86%. Em 2024, face a 2023, houve um aumento de 54 dias, passando de 50 dias para 104 dias, calculado conforme instruções da DGAL. Este aumento reflete o aumento da dívida de curto prazo que foi mais do que compensada pela diminuição da dívida de médio e longo em mais de € 3 milhões de euros.

É, também, aquela a razão porque o Município terminou o ano de 2024 com **pagamentos em atraso**, isto é, dívidas vencidas superiores a 90 dias, em € 2,5 milhões de euros.

O **senhor Presidente** referiu as **dificuldades de tesouraria**, expostas na reunião de CM de 24/7/24, tendo confirmado as expectativas negativas referidas e, apesar das medidas de contenção tomadas, o final do ano confirmou dificuldades de tesouraria cuja resolução não é de curto prazo. Optou-se por cumprir o Plano de Saneamento Financeiro (PSF), implicando a afetação de pagamentos de curto prazo a fornecedores. Esta opção traduziu-se por um aumento da dívida a fornecedores em € 3 milhões de euros e uma redução da dívida de longo prazo em montante semelhante, causando as dificuldades de tesouraria sentidas por fornecedores e pelas associações sem fins lucrativos, às quais se entendeu não reduzir os apoios financeiros.

Quanto à **evolução financeira**, o **equilíbrio orçamental** que em 2013 era negativo em € 9,5 milhões de euros, na verdade um grande desequilíbrio, registou, em 2024, um valor de € 3 milhões de euros positivos, menos € 1,4 milhões do que em 2023. Também o **saldo orçamental** que em 2013 era negativo em € 7,7 milhões de euros, registou, em 2024, um valor positivo de € 5,9 milhões de euros, menos € 1,3 milhões do que em 2023. Ainda que mantendo valores muito positivos, regista-se as reduções de 2022 para 2024, que decorrem dos impactos negativos da evolução da situação económica.



Quanto à **evolução económica**, começou por salientar que o **EBITDA** (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization), ou seja, o “**resultado antes de depreciações e gastos de financiamento**”, é positivo em € 3,6 milhões de euros, ainda que tenha diminuído, de 2023 para 2024, em € 3,9 milhões de euros. Os **resultados operacionais** que, em 2013, eram negativos em € 11,6 milhões de euros, registaram, em 2024, um valor negativo de € 3 milhões de euros, mais € 1 milhão de euros do que em 2023. Os **resultados líquidos do exercício** que em 2013 eram negativos em € 12,7 milhões de euros, registaram, em 2024, um valor negativo de € 4,6 milhões de euros, mais € 1,2 milhões do que em 2023. Os resultados continuam a ser muito negativamente afetados pelos custos pagos ao sistema multimunicipal de águas e saneamento, mas também decorrem dos impactos negativos da evolução da situação económica, atrás referida.

Quanto à **evolução do limite do endividamento** que, em 2013, apresentava um enorme excesso de endividamento de € 32,6 milhões de euros, registou, em 2024, uma capacidade de endividamento de € 27,3 milhões de euros, que cresceu, face a 2023, em € 6,8 milhões de euros.

Referiu que se registou uma receita total de € 66,5 milhões de euros, mais € 2,7 milhões de euros do que em 2023, correspondendo a uma execução de 70%. Esta execução, mais baixa do que o pretendido, decorre, sobretudo, de cerca de € 17 milhões de euros de cabimentos obrigatórios de despesa que passa de ano civil, da quebra de receita fiscal e do défice da transferência de competências ou do adiamento das obras do acesso e rede de água e saneamento por se continuar a aguardar a alteração do Protocolo em vigor e, também, do impacto negativo da evolução da situação económica global.

O **senhor Presidente** abordou, de seguida, alguns dos principais aspetos da gestão municipal em 2024, referindo que a gestão política do Município exigiu o regular confronto de posições, a disponibilidade das diversas forças políticas para negociações de busca dos consensos possíveis, a concertação de posições finais.

O **senhor Presidente** referiu a área da Habitação onde se deu continuidade à concretização da Estratégia Local de Habitação e do Plano Local de Habitação, nomeadamente:

- Regularizações e/ou criação de loteamentos municipais em Graça do Divor, Torre de Coelheiros, Guadalupe e na cidade de Évora;
- Dos € 63 milhões de euros já contratados com o IHRU / Governo, foram apresentadas candidaturas de € 53 milhões de euros, mas apenas foram aprovadas, até final de 2024, € 10 milhões de euros;
- Nos últimos 2 anos, realizados mais de 1.300 atendimentos para o apoio a proprietários para obtenção de benefícios fiscais ou de reabilitação dos prédios; submetidas 91 soluções habitacionais no âmbito do 1º direito | PRR; realizadas 61 fichas de avaliação da conservação; 245 candidaturas elegíveis para a reabilitação da habitação permanente no âmbito do programa de apoio a uma habitação adequada – 1º Direito;
- O papel da Habévora com a aprovação da candidatura para a reabilitação de 62 fogos no Bairro Gen. Humberto Delgado e as obras, em curso, para a reabilitação de 12 fogos degradados e devolutos na Malagueira no valor de € 1,3 milhões de euros, bem como outros fogos dispersos;
- Avançou o concurso publico para a reabilitação do edificio identificado como Lar dos Pinheiros, para Centro de Acolhimento de Urgência Temporário e Transição, com investimento de mais de € 1,7 milhões de euros.

Com a saída do PAEL, foi iniciada uma trajetória de descida do IMI. Em 2024, o IMI foi reduzido de 0,40% para 0,38%.





O **senhor Presidente** disse que a **Rede Social** continuou a desempenhar um papel essencial nas respostas sociais, destacando a aplicação do Plano de Desenvolvimento Social 2024-2027, do **Plano Integrado de Apoio Social e Cartão Município Solidário**, cuja adesão continua abaixo do desejável. Deu-se, também, continuidade ao **Programa de Melhoria das Condições de Habitabilidade**, para apoiar obras de requalificação de outras habitações próprias ou arrendadas, incluídas ou não no 1º Direito. Destacou a **Ação Social Escolar, os transportes e as refeições escolares**, cujos apoios foram muito além da lei.

Referiu, ainda, o funcionamento regular dos Centros de Convívio da CME e de S. Miguel de Machede. Destacou as **inaugurações dos Centros de Convívio do Bairro de Santo António**, um investimento de € 400 mil euros e **da Horta das Figueiras**, um investimento de cerca de € 200 mil euros bem como a **reabilitação em curso do Centro de Convívio da Malagueirinha**, um investimento de cerca de € 100 mil euros.

Abordou a transferência de competências imposta na área social em que o Município se tem empenhado na elevação das respostas sociais, em parcerias com instituições sociais, com atenção especial às respostas de emergência. Salientou, ainda, a aplicação do Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação.

O **senhor Presidente** abordou a área da **educação** com a prossecução do processo de transferência de competências, alertando para o défice, dívida do Governo ao Município, sobretudo por não transferir cerca de 2 meses de salários dos 309 novos trabalhadores recebidos, ascender já a cerca de € 1,7 milhões de euros. Continuaram a ser resolvidos problemas diversos como direitos dos trabalhadores que não eram cumpridos ou a devolução de competências, por delegação, aos diretores dos Agrupamentos.

Referiu que na reabilitação e manutenção das escolas, a Câmara Municipal efetuou 79 intervenções por administração direta, num valor de € 300 mil euros; realizou 2 empreitadas e diversas aquisições de equipamentos e serviços com um investimento de € 153 mil euros. Destacou a Carta Educativa, o Plano Educativo Local, o avanço do projeto da Escola André de Gouveia, a aprovação da candidatura da Escola Conde de Vilalva, cujo investimento ultrapassa os € 3,7 milhões de euros. Salientou a importância dos apoios socioeducativos em cerca de € 1 milhão de euros.

Na área da **Saúde**, o **senhor Presidente** afirmou que a Câmara Municipal assegurou a transição da transferência de competências, resolvendo inúmeras situações pendentes, embora seja um processo complexo de adaptação à gestão municipal de procedimentos ou a sua ausência antes praticados. Quanto ao novo Hospital Central do Alentejo, e após os contactos e negociações com o novo Governo, a Câmara Municipal continua a aguardar a aprovação pelo Governo da necessária alteração, acordada, ao Protocolo em vigor, assinado em Maio de 2023 e que garante o financiamento a 100% do acesso público viário e das redes públicas de abastecimento de água e saneamento.

Na área do **Desporto**, o **senhor Presidente** referiu a continuidade do programa de desporto e do reforço do apoio aos clubes e associações desportivas através da celebração de contratos programa de desenvolvimento desportivo no apoio às atividades que permitiram uma injeção financeira superior a 350 000 €, para além dos diversos apoios logísticos suportados pelo Município de Évora, totalizando aproximadamente 700 000 €. Destacou os programas municipais de promoção da prática desportiva para todos, como a Escola Municipal de Atividades Aquáticas, Jogos Tradicionais, Bikévora, Sêniores Ativos, Inclusão em Movimento, Festa da Malha, Okup@-te (que também passou a integrar crianças com necessidades educativas específicas), Évora Cidade ao Pé, entre outros. Prosseguiram também as atividades destinadas a



crianças em idade pré-escolar e escolar tais como o Programa Educativo de Saúde Alimentar, Jogar +, Serpente Pápa-Léguas, Mini Olimpíadas e Brincar Lá Fora. Finalmente, uma particular referência para a Meia Maratona que continua a crescer e a atrair atletas nacionais e estrangeiros para além da animação cultural e da participação popular.

O **senhor Presidente** sublinhou a prioridade e o reforço de apoio para a **Juventude**, nomeadamente, continuando a aplicar o Plano Municipal para a Juventude, a incentivar a dinâmica e participação do Conselho Municipal de Juventude, o Mês da Juventude, o importante projeto municipal e em parceria que é a Orquestra Juvenil de Sopros. Salientou, ainda, os apoios que atingiram € 163.000 e o apoio às Jornadas Mundiais da Juventude.

De seguida, o **senhor Presidente** referiu a área da **Cultura e Património** onde foi dada continuidade à construção de Évora\_2027, tendo a liderança do processo passado para a Associação Évora\_2027, prosseguiu o Programa de Revitalização do CH e o Programa de Valorização Integrada do Património, o projeto para valorização do Cromeleque dos Almendres e a exigência da salvaguarda da Anta Grande do Zambujeiro.

O crescente prestígio internacional de Évora ficou bem patente nas várias solicitações e participações em instituições internacionais em que se destaca a Organização das Cidades Património Mundial, de que o Presidente da Câmara Municipal foi Vice-Presidente, ou a organização Mayors For Peace, que o Município lidera em Portugal.

O **senhor Presidente** abordou a área do **desenvolvimento económico** afirmando que continuámos a atrair investimento, a aumentar os postos de trabalho, a gerar mais rendimento e riqueza em Évora. Destacou:

- Na última década a atividade económica em Évora quase duplicou passando de € 460 milhões de euros para € 900 milhões de euros; a balança comercial tem um saldo positivo de € 300 milhões de euros; os postos de trabalho aumentaram mais de 30%; no turismo, as dormidas aumentaram 85%, ultrapassando as 700.000/ano;
- A abertura do novo Holiday Inn Express, da cadeia Hilton, um investimento de € 16 milhões de euros com a criação de 35 postos de trabalho;
- A instalação de diversas empresas no PACT e noutras incubadoras;
- A disponibilização de 330 camas para estudantes pela “Ebora Residences”, na Tapada do Matias;
- A 9ª edição do ÉvoraWine que continuou a crescer;
- A disponibilização de lotes na Zona Industrial de S. Sebastião da Giesteira;
- O avanço mais lento do que o esperado, através de parceria, da preparação da infraestruturação da Zona Empresarial de Nª Srª Machede;
- A preparação da criação do Centro de Acolhimento de empresas no Aeródromo Municipal;
- O avanço do processo do futuro Pavilhão Multiusos;
- A parceria com o PACT com a participação do Presidente da Câmara Municipal no Conselho de Administração.

Na área do ordenamento do território e urbanismo, o senhor Presidente referiu os processos de alteração do PDM e de revisão do PUE, ainda que mantendo-se dificuldades e atrasos na modernização da gestão urbanística.

O **senhor Presidente** abordou os problemas de qualificação da rede viária, em que se investiu mais de € 1 milhão de euros, ainda assim, aquém do pretendido. Destacou as intervenções de





reparação, manutenção e qualificação de vários arruamentos, estradas e caminhos, numa área onde as carências são enormes e o financiamento quase inexistente.

Na área do ambiente destacou a prossecução da Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas bem como projetos diversos: a conclusão do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável; a prossecução do POCITYF e do Life Água de Prata; a parceria com a ADENE.

O **senhor Presidente** referiu que na área do abastecimento de água e saneamento, o destaque vai para a atualização dos projetos e proposta de alteração do Protocolo referente ao novo Hospital Central do Alentejo, mas também para o enorme trabalho de pareceres (380), de inspeções (137), de emissão de certificados (103), de respostas a ocorrências, incluindo ruturas (1112), a preparação de novos projetos. Este trabalho tem vindo a melhorar as redes, mas ainda se sentem problemas como em S. Manços.

O **senhor Presidente** referiu as dificuldades que se continuam a sentir na área da higiene e limpeza publicas, mas registou avanços na área da limpeza sendo que o problema das ervas teve ligeiras melhorias, mas continua de difícil solução. Referiu que a Câmara Municipal teve uma enorme atividade nesta área, atestada pelos seguintes números de recolha em 2024:

Unidade: toneladas

| RSU       | Recolha Consignada | Monstros não Ferrosos | Papel Cartão | Orgânicos | Resíduos Verdes | Embalagens Madeira |
|-----------|--------------------|-----------------------|--------------|-----------|-----------------|--------------------|
| 25.294,95 | 942,26             | 1.1718,3              | 118,92       | 282,08    | 362,36          | 45,58              |

Aqueles dados incluem a recolha de cerca de 4.000 depósitos ilegais de lixo, situação que lastimou. Prosseguiram outros programas e medidas como a recolha de resíduos orgânicos em 2 zonas.

Na área da proteção civil e segurança, o **senhor Presidente** salientou o reforço do apoio aos Bombeiros Voluntários, que ultrapassou os € 208 mil euros, mais € 96 mil euros na parceria para o Aeródromo e saudou o trabalho do Serviço de Proteção Civil Municipal. Salientou que a criminalidade em Évora se mantém como uma das mais baixas do país, mas que continuou a exigir acompanhamento e intervenção e saudou a cooperação com a PSP, a GNR e outras forças de segurança.

O **senhor Presidente** referiu, de seguida, o cumprimento, pela Câmara Municipal, dos compromissos financeiros com as Juntas de Freguesias, que registaram um aumento de 14,8% na descentralização do Município para as Freguesias, igual ao recebido pelo Município do Orçamento de Estado/2024, para além de outros aumentos na delegação de competências. Salientou o trabalho conjunto com as Juntas de Freguesia e reconheceu que, a nível de investimento municipal, não foi possível atingir alguns compromissos com as Juntas de Freguesia.

A concluir a sua intervenção, o **senhor Presidente** disse que tendo em conta os impactos globais e no concelho dos fenómenos atípicos referenciados, consideramos que o Município deu as respostas possíveis e à evolução da situação, registou um ligeiro agravamento nos equilíbrios financeiros e económicos, mas assegurando os equilíbrios estruturais antes alcançados, assegurou um elevado nível de atividade bem como de investimento, contribuindo para melhores condições e qualidade de vida da população e para o desenvolvimento sustentável do concelho.

A **senhora Vereadora Lurdes Nico** fez a seguinte intervenção:



As Vereadoras eleitas pelo Partido Socialista começam por reconhecer com apreço e agradecer publicamente todo o trabalho desenvolvido pelos trabalhadores municipais, ao longo de 2024. Relativamente às matérias em deliberação devemos, desde já, recordar a nossa posição política, em momentos anteriores do atual mandato autárquico:

Declaração de voto nas Opções do Plano e Orçamento do Município para 2023, em 15 de fevereiro de 2023; (*voto de abstenção*)

Declaração de voto na Prestação de Contas do Exercício de 2022, em 26 de abril de 2023; (*voto de abstenção*)

Declaração de voto nas Opções do Plano e Orçamento do Município para o ano de 2024, em 6 de dezembro de 2023; (*voto de abstenção*)

Declaração de voto na Prestação de Contas do Exercício de 2023, em 22 de abril de 2024; (*voto contra*)

Declaração de voto nas Opções do Plano e Orçamento do Município para 2025, em 30 de novembro de 2024; (*voto de abstenção*)

Sintetizamos, de seguida, a nossa posição política de VOTO CONTRA A PRESENTE PROPOSTA DE APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2024 E A RESPECTIVA APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO, apresentados pelo Presidente da Câmara Municipal de Évora, aos restantes membros do Executivo Municipal.

#### I-CONSIDERAÇÕES GERAIS

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista têm assumido posições de reiterada responsabilidade política e institucional, bem evidentes nos já referidos documentos. Como resposta política da atual gestão comunista, fomos registando preocupantes sinais de incumprimento de quase todos os compromissos relevantes para o desenvolvimento económico e social do concelho de Évora.

Chegados aqui, no último ano do mandato autárquico, não foi concretizada qualquer reforma significativa na Câmara Municipal de Évora.

Continuamos com problemas na contabilidade de custos a funcionar e com outputs válidos para a gestão municipal, apesar dos enormes esforços, dos poucos recursos técnicos disponíveis nas áreas relacionadas com a gestão financeira, de controlo de gestão, contabilidade e gestão patrimonial. Os recursos humanos que estão disponíveis, técnicos e administrativos, estão exaustos e disso deve ser feita devida nota.

Continuamos a ter uma Autarquia com significativas fragilidades na capacidade para arrecadar receitas, nomeadamente ao nível da captação de cofinanciamento de fundos comunitários e nacionais, com perdas de oportunidades de investimento no concelho de Évora.

Évora é um território pouco amigo de quem nele quer investir.

Évora poderia atrair mais projetos económicos de grande dimensão, faltando, em nossa opinião, uma estratégia nessa área.

#### II. EM MATÉRIA DE COMPROMISSOS POLÍTICOS ASSUMIDOS COM OS ELEITOS PELO PARTIDO SOCIALISTA

Assumimos uma postura construtiva e apresentámos propostas concretas que pudessem prosseguir os dez grandes desígnios que traçámos para o Concelho de Évora, no programa VALORIZAR ÉVORA, embora não tenham sido concretizadas:

1) Valorizar e requalificar o Património do Centro Histórico de Évora e de todo o concelho: criar um gabinete técnico para o Centro Histórico, libertar as muralhas de Évora de construções e outras ocupações que as ocultam há décadas; executar um programa de renovação de infraestruturas no Centro Histórico; recuperar as iluminações cénicas; intervir, de imediato, na valorização do Rossio de São Brás, entre outras medidas previstas;

2) Implementar de forma rápida a Estratégia Local de Habitação, como instrumento estratégico para resolução dos principais problemas habitacionais dotado de mais de 65 milhões de euros de recursos financeiros, a par da promoção de loteamentos para habitação nas freguesias rurais e da





promoção dos processos de recuperação de fogos habitacionais e de serviços no Centro Histórico. É urgente aumentar a capacidade de realização de projetos técnicos para ultrapassar a incapacidade deste Executivo de captar cofinanciamentos comunitários e financiamentos nacionais. A taxa de execução do PLH, nos montantes aprovados, revela-se baixa.

3) Apoiar um forte aumento da competitividade do concelho de Évora, permitindo a captação de novos investimentos, o apoio do tecido económico instalado, a atracção de recursos humanos qualificados e competentes e a criação de um Centro de Acolhimento Empresarial;

4) Melhorar significativamente o Atendimento Municipal;

5) Reforçar o Apoio às Famílias, nomeadamente através do cartão social do Município, de apoios às famílias numerosas, promover programas de atividades de tempos livres para crianças e jovens e incentivar a utilização da rede de transportes públicos e outras formas de mobilidade suave;

6) Valorizar a programação cultural da cidade e do concelho e planear de forma competente a execução de ÉVORA 2027, envolvendo todos os agentes culturais e dinamizando a interação com a Direção Regional de Cultura do Alentejo, a Direção-Geral das Artes e restantes instituições parceiras de “ÉVORA Capital Europeia da Cultura 2027”. Continua a preocupar-nos, nesta área, a existência de alguns agentes culturais que nem condições de espaço têm para desenvolver a sua atividade com a dignidade merecida;

7) Aumentar a participação de todos os munícipes na vida autárquica: criar finalmente o Orçamento Participativo Municipal e o Orçamento Participativo Jovem;

8) Requalificar e modernizar os espaços públicos do concelho para que possam ser vividos pelos munícipes: dar finalmente prioridade à urgente e drástica melhoria da limpeza urbana em todo o concelho, renovar os equipamentos e mobiliário urbano, repor a rede de parques infantis e de parques geriátricos de todo o concelho, prevendo o respetivo plano de manutenção. Todas as crianças do concelho têm direito ao seu parque infantil. Os mais recentes parques infantis da cidade de Évora foram construídos pelas respetivas Juntas de Freguesia

(exemplos da União de Freguesias do Bacelo e Senhora da Saúde e União de Freguesias da Malagueira e Horta das Figueiras).

9) Iniciar, urgentemente, a recuperação estrutural dos pavimentos mais deteriorados de Estradas e Caminhos Municipais, porque o concelho de Évora possui, tristemente, uma das redes de estradas municipais mais deterioradas de Portugal. O investimento feito na rede viária do concelho é, manifestamente, insuficiente e a intervenção realizada decorreu da aprovação de um empréstimo de 3,5 milhões de euros, com uma parte a ser alocada à recuperação da rede viária, que os Vereadores do PS aprovaram devido à urgência da intervenção.

10) Promover a motivação dos trabalhadores municipais, através da valorização das suas competências e adequada coordenação, porque os mesmos são fundamentais para o sucesso da missão da Autarquia.

A prestação de contas não apresenta propostas reformadoras, que ajudem a fazer este caminho de valorização e desenvolvimento económico e social sustentável para todo o Concelho.

### III. ANÁLISE ECONÓMICA-FINANCEIRA E ORÇAMENTAL

#### Análise Orçamental

O Município cumpre a regra do equilíbrio orçamental, apesar de se verificar uma redução no excedente orçamental ao longo do mandato: em 2022 foi de cerca de 8 milhões de euros; 4,4 milhões em 2023 e 3 milhões de euros em 2024.

Relativamente à execução da receita orçamental mantém-se a dificuldade do município em arrecadar receita: em 2024 arrecadou cerca de 66 milhões de euros de receita o que perfaz uma percentagem de 70 % do que estava orçamentado verificando-se, tal como em 2023, o incumprimento (este verifica-se quando, durante dois anos consecutivos, é registada uma taxa de execução da receita prevista inferior a 85 %). Assim, no ano de 2023 já estávamos em incumprimento e, em 2024, continuamos com a agravante da receita executada ser cada vez menor relativamente ao que está orçamentado.



Desde o início do mandato que temos alertado para a sobrevalorização do orçamento da receita que, depois, terá como consequência baixas taxas de execução.

#### Execução orçamental

Na execução orçamental da despesa, a taxa de execução foi relativamente baixa, 68 % do que estava orçamentado, muito por conta das rubricas de aquisição de bens e serviços e transferências correntes, que se deve, também, às dificuldades de tesouraria.

Desde o início do mandato, a despesa total aumentou 12 milhões de euros, em grande parte, devido ao aumento da despesa corrente e não do investimento.

Relativamente ao investimento, tal como aconteceu ao longo do mandato, foi baixo face às necessidades do concelho. O investimento em 2024 foi de 4,7 milhões, estando inicialmente previsto cerca de 17 milhões.

#### Análise Económica-Financeira

A dívida de curto prazo a fornecedores atinge os 10 milhões de euros.

Os indicadores do limite da dívida e da capacidade endividamento encontram-se dentro dos valores expectáveis.

Relativamente ao balanço, muitas das rubricas mantem valores semelhantes ao ano anterior, excetuando as dívidas a fornecedores que aumentaram, substancialmente, situando-se em mais de 6 milhões de euros. O município terminou o ano de 2024 com um passivo de cerca de 73 milhões de euros.

Agravamento dos Resultados Líquidos Negativos: 1,5 milhões em 2022; 3,4 milhões em 2023 e 4,5 milhões em 2024 (+1,1 milhão de euros, 24% face ao ano anterior).

O valor dos recebimentos em atraso, atinge os 6 milhões de euros, dos quais 3,7 milhões dizem respeito a faturas de água, saneamento e resíduos sólidos.

Os pagamentos em atraso dispararam para 2,5 milhões de euros no final do ano e o prazo médio de pagamento aumentou de 22 dias para 104 dias.

#### IV. EM MATÉRIAS DE RESERVAS TÉCNICAS DAS QUAIS AS ELEITAS PELO PARTIDO SOCIALISTA PRETENDEM SINALIZAR E DISTANCIAR-SE

Após a leitura dos documentos apresentados, bem como do respetivo relatório de revisão emitido pela SROC (disponibilizado aos Vereadores no dia 27 de maio/vésperas da reunião pública de câmara), destacamos algumas conclusões que nos preocupam e contribuem, de forma decisiva, para o nosso sentido de voto contra a proposta:

a). A falta de controlo interno, um problema grave que faz com que a gestão da CME se apresente com elevado risco de exposição e responsabilidade. Há um regulamento interno, contudo são identificadas algumas inconformidades entre o regulamentado e a prática, conforme referido no Relatório do ROC;

b). A ausência de implementação efetiva de processos de reestruturação já consensualizados (por exemplo, na Divisão de Gestão Urbanística, quer em termos de RH, quer em matérias de sistemas de gestão) é causadora de impactos negativos não despreciables nas contas da Autarquia e continua a causar desmotivação nos trabalhadores municipais;

c). As reconciliações bancárias do exercício de 2024 não estão concluídas. É uma reserva feita pelo Relatório do ROC. Foram identificados por conciliar diversos itens de 2021 a 2024. Estando por concluir a recuperação dos itens por reconciliar de anos anteriores, tal poderá ter consequências/limitações nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 apresentadas, nomeadamente nas rubricas de “Caixa e depósitos”, “Outras contas a pagar” e “Património Líquido”. Esta foi uma das reservas indicadas no Relatório da ROC de 2023 que não foi suprida, totalmente, em 2024.

d). A execução da receita não ultrapassa o limite dos 85% (70,42%), tal como o ano anterior (76,46%). Caso este limite não seja ultrapassado em dois anos consecutivos pode trazer, ao abrigo do artº 56º da Lei 73/2013, consequências financeiras para o Município.

Notas Finais:



Verifica-se um agravamento das contas do município, relativamente ao ano anterior e, também, ao longo do mandato.

Face às necessidades do concelho, o investimento é muito reduzido, conforme referido.

A fragilidade da situação financeira do Município preocupa as Vereadoras eleitas pelo Partido Socialista, devido aos investimentos estratégicos no concelho de Évora que tem de ser concluídos, nomeadamente, o Hospital Central do Alentejo e Évora Capital Europeia da Cultura 2027.

Verifica-se que se mantêm as situações já identificadas no ano anterior, nomeadamente os atrasos na reconciliação bancária, a baixa execução da receita e os problemas ao nível do controlo interno mantêm-se. O atraso verificado na reconciliação bancária é uma reserva apontada no Relatório do ROC (página 50).

As Vereadoras Eleitas pelo Partido Socialista têm assumido, ao longo do mandato autárquico, uma postura responsável e colaborante, no entanto, do ponto de vista financeiro e orçamental há situações que nos preocupam.

São estes os fundamentos que justificam o VOTO CONTRA A PRESENTE PROPOSTA DE APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2024 E A RESPECTIVA APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.

De seguida, a **senhora Vereadora Lurdes Nico** solicitou que a sua intervenção fosse considerada como declaração de voto das eleitas do PS.

**O senhor Vereador Henrique Sim-Sim** fez a seguinte intervenção:

Gostaria de esclarecer a distorção da realidade que a CDU tem vindo a apresentar sobre Évora, e que ainda hoje o fez na apresentação deste Relatório e Contas.

A verdade é que a gestão da CDU tem sido marcada por uma série de falhas e omissões que prejudicam o nosso concelho, e não por um compromisso verdadeiro com o futuro e com o bem-estar dos eborenses.

Primeiro, fala-se no Relatório que este focada em “garantir o essencial da atividade municipal”, mas todos nós sabemos como se encontra o “essencial” da atividade municipal: a limpeza, a conservação dos espaços públicos, as vias rodoviárias, a rede de água, a iluminação, o trânsito, a habitação, o apoio às organizações sociais e desportivas, a promoção da economia, etc., etc.

Claramente que o essencial da atividade municipal não tem sido garantido pela CDU!

Mas também várias medidas integradas nos documentos de 2022, em 2023 e 2024, não foram concretizadas dando alguns exemplos:

- Concretização da Comissão Municipal Do Desporto, o Estudo para Centro de Alto Rendimento Desportivo, a Promover a Marca Évora, Reabilitação de espaços públicos, a remodelação de parques infantis, melhoria nas zonas industriais, destacando a Zona Empresarial de N. Sr.<sup>a</sup> Machede, e dinamização destas zonas, do cluster AED, as obras no Centro de Recolha Oficial de Évora, a Relocalização do parque UHLP da Av. S. João de Deus, o Lar dos Pinheiros, as obras na rede de água de S. Manços ou da Garraia, a iluminação cénica, valorizar o bairro da Malagueira, investir no PACT, dinamizar o Parque Industrial e Aeronáutica, o skatepark continua parado, lançar novo futuro da feira de s. João, etc, etc, etc...

Saudamos o esforço dos trabalhadores em diferentes dimensões, muita atividade que também foi realizada, mas a falta de visão, de orientação, de acompanhamento, por parte do Executivo CDU, assim como a utilização de critérios políticos à frente de critérios técnicos e dos interesses dos Eborenses, levam a que, lamentavelmente, o resultado global não seja aquilo que os Eborenses esperam do seu Município.

A realidade mostra também que a nossa tesouraria está muito fragilizada devido à má gestão do aumento dos custos e à quebra de receitas. Isso refletiu-se no adiamento e na alteração dos investimentos previstos — investimentos esses que a cidade precisa urgentemente para crescer e modernizar-se.



No que toca ao pessoal, assistimos ao maior aumento de trabalhadores desde 2012, num total de 1.357. Isso representa um peso considerável nas despesas correntes, quase 50% das receitas municipais.

O PSD sempre defendeu uma administração pública eficiente, com recursos adequados, e esta expansão do quadro funcional deve ser claramente justificada e orientada para resultados efetivos — o que não tem sido o caso.

Parece-nos que se tem utilizado, muitas vezes, o quadro de pessoal para inscrever novos técnicos na CME apenas pro critérios político-partidários.

A CDU fala de avanços no Plano Local de Habitação e na reabilitação do parque habitacional, mas esquecem-se de dizer que dos 53 milhões de euros já candidatas, só 10 milhões foram efetivamente disponibilizados. É urgente acelerar estes processos e transformar dinheiro em habitação social concreta para combater a pobreza que afeta cerca de 30% da nossa população. Não podemos esperar mais!

No ordenamento do território e urbanismo, os atrasos na revisão do Plano Diretor Municipal e no Plano de Urbanização da cidade demonstram uma falta de planeamento estratégico que retarda o desenvolvimento sustentável da nossa cidade.

Também no Bairro da Malagueira, onde a CDU não cumpriu os prazos previstos para a requalificação das condutas elevadas, as obras arrastam-se, deixando os moradores à espera.

O Plano de Pormenor e Salvaguarda do Centro Histórico continua por concluir, tal como o seu Plano de Emergência do Centro Histórico.

Em relação à economia local, a CDU diz que acolheu novas empresas e avançou com lotes industriais, mas a verdade é que a expansão da Zona Empresarial é lenta e pouco eficaz, e falta uma política ativa para apoiar as micro e pequenas empresas, que são o motor do nosso concelho. A revitalização do Mercado 1º de Maio ainda não conseguiu dar novo fôlego à economia local, e a realocação do Mercado das Corunheiras continua por resolver.

A questão ambiental é outro ponto crítico. O desenvolvimento de megacentrais fotovoltaicas põem em risco a biodiversidade e a paisagem única do nosso território. O PSD defende uma abordagem equilibrada que proteja o ambiente e promova a sustentabilidade, sem comprometer os recursos naturais que são património de todos. Continua a faltar concluir os normativos aprovados por esta Câmara.

A limpeza urbana não foi uma prioridade para a CDU, tendo-se privilegiado a contratação de empresas externas em vez de, por exemplo, a transferência de competências para as juntas de freguesia, o que leva a que a cidade continue muito, muito longe dos níveis mínimos aceitáveis.

Por fim, no que diz respeito à segurança, a CDU falha ao minimizar os problemas sentidos no Centro Histórico e em outras zonas da cidade. A falta de agentes policiais de proximidade, o crescimento dos acampamentos ilegais e a sensação de impunidade são uma preocupação real dos cidadãos.

O PSD exige mais e melhor segurança, com um reforço da polícia local e colaboração efetiva com as forças de segurança. Temos lutado insistentemente pela videovigilância, medida chumbada por todos os senhores vereadores, mas também por mais e melhores condições para os guardas noturnos, pela iluminação de espaços públicos, sem sucesso.

Évora merece uma gestão transparente, eficiente e orientada para resultados. Merece uma Câmara que responda aos desafios reais da cidade e dos seus cidadãos, e não uma que se esconda atrás de discursos vazios, narrativas imaginárias e números que não correspondem à realidade.

Passados 12 anos de governo CDU, a cidade e concelho encontra-se estagnado, e a CDU resume-se a encontrar pretextos e desculpas para a sua incapacidade de concretizar com o que se compromete, vai acompanhando, mal, o que a sociedade civil e o sector económico empreende, não tem uma ação estratégica sobre as organizações não lucrativas dos diferentes sectores – social, desportivo, cultural,...- e vai empurrando os problemas para a frente esperando que, num golpe do acaso, as coisas se resolvam.

**SOBRE AS CONTAS**





Senhor Presidente,

O Relatório de Contas referente ao ano de 2024, elaborado por novo ROC, e depois do Relatório tão penalizador de 2023, revela, mais uma vez, uma gestão municipal muito deficitária. O Relatório de Contas da Câmara Municipal de Évora de 2024 revela várias fragilidades e decisões económicas muito questionáveis.

#### 1. Prejuízo de 4,6 milhões de euros – mais um ano de resultado negativo

A autarquia termina 2024 com um resultado líquido negativo de 4,6 milhões de euros, agravando o prejuízo de 2023 em mais de 1,17 milhões de euros. Esta é a demonstração clara da falta de controlo orçamental e de rigor na gestão.

O município está a gastar sistematicamente mais do que aquilo que consegue gerar, sem que se veja um plano eficaz de recuperação financeira. Demonstra uma gestão orçamental desequilibrada, sem medidas eficazes de contenção ou recuperação económico-financeira.

#### 2. Receitas próprias em queda – sinais preocupantes de estagnação

A quebra de 18,5% nas receitas fiscais e parafiscais, com destaque para uma redução de 43% nos impostos indiretos, é extremamente preocupante. É um espelho do desinvestimento económico e da incapacidade de atrair atividade geradora de receita para o concelho. A Câmara falha assim na dinamização do território e na valorização do seu potencial.

É com enorme preocupação que o PSD constata, mais uma vez, a significativa quebra nas receitas fiscais do nosso município, especialmente nos impostos indiretos, onde o Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis – o IMT – desempenha um papel crucial.

A queda de 43% nesta categoria não é um número isolado.

É o reflexo claro de um mercado imobiliário em retração, de uma economia local que não consegue atrair investimento nem dinamizar o setor da construção e do comércio de imóveis. Esta realidade – em contraciclo com o panorama nacional - traduz-se diretamente nas contas da Câmara Municipal: menos receita significa menos capacidade para investir, menos recursos para melhorar os serviços públicos, e uma dependência crescente de transferências externas, que comprometem a autonomia financeira e a sustentabilidade da nossa cidade.

É urgente que esta Câmara assuma a responsabilidade e implemente medidas concretas para inverter este cenário. Propostas de incentivo à reabilitação urbana, simplificação dos processos administrativos, e uma política ativa de atração de investimento devem ser prioridades máximas. Sem isso, não estaremos apenas a perder receitas — estaremos a hipotecar o futuro económico e social de Évora.

O PSD tem exigido transparência total na monitorização destas receitas e a apresentação de um plano estratégico robusto para revitalizar o mercado imobiliário local e garantir a sustentabilidade financeira do município. Infelizmente, a CDU tem sempre estado do lado oposto

#### 3. Descontrolo nas despesas com pessoal

O Partido Social Democrata não pode deixar de voltar a alertar para aquilo que é, hoje, um dos maiores fatores de risco financeiro do Município de Évora: o crescimento insustentável da despesa com pessoal.

Em 2024, a massa salarial ultrapassou os 30 milhões de euros. Isto representa mais de metade da despesa corrente da autarquia. Só num ano, o aumento foi de 1,4 milhões de euros – e, ao contrário do que seria desejável, não se vê qualquer plano de racionalização, reorganização de serviços ou melhoria de eficiência.

Mais grave: este crescimento tem sido contínuo e descontrolado.

- Em 2021, os encargos com pessoal eram de 19,1 milhões de euros;
- Em 2022, subiram para 23,18 milhões;
- Em 2024, atingem os 28,7 milhões;
- E para 2025, já se antecipa um valor próximo dos 31 milhões de euros.

Estamos a falar de um aumento acumulado de mais 12 milhões de euros por ano, desde o início dos mandatos da CDU.



Este esforço financeiro é incomportável. Não só compromete a sustentabilidade orçamental do Município, como não está a traduzir-se em melhor serviço público à população – o que deveria ser o único critério justificável para tal acréscimo.

Aliás, convém recordar que a própria CDU reconheceu o problema, ao apresentar em 24 de julho de 2024 um Plano de Austeridade que previa precisamente a redução do número de trabalhadores como forma de conter este descontrolo.

Mas, como se vê, entre o discurso e a realidade vai uma distância inaceitável. Os custos continuam a aumentar, os serviços continuam sem reorganização visível, e o Município caminha para uma situação de desequilíbrio estrutural e orçamental

Senhor Presidente,

O PSD já votou contra este caminho em 2023, em 2024 e também em 2025.

Mantém hoje, em coerência e responsabilidade, essa mesma posição. Porque governar não é prometer, nem contratar à vista – é garantir que os recursos públicos são geridos com critério, responsabilidade e visão de futuro.

Évora merece uma gestão com contas certas. Merece estabilidade, e não derrapagens disfarçadas com discursos ideológicos. Merece um Município com capacidade de investir e servir – não uma máquina cada vez mais pesada, opaca e descontrolada.

Évora merece uma cidade renovada, que responda às necessidades dos Eborenses, atuais e futuro. Nos últimos 5 anos a CME teve uma média de investimento na ordem dos 5 milhões de euros/ano, um valor muitíssimo baixo para uma cidade que tem a ambição de Évora, e se considerarmos todos os programas de investimento que temos atualmente, é mesmo muito, muito pouco...

#### 4. Fragilidades graves na Tesouraria – Reconciliações por concluir desde 2021

É hoje evidente, para todos os que analisam com seriedade as contas do Município de Évora, que a situação financeira da autarquia está marcada por fragilidades estruturais graves, falta de transparência e ausência de controlo interno eficaz.

Um dos exemplos mais gritantes é o facto de, desde 2021, continuarem por concluir as reconciliações bancárias do Município. Esta falha motivou uma reserva na Certificação Legal de Contas 2023 e 2024, colocando em causa a fiabilidade dos saldos apresentados.

Como pode a população confiar numa gestão que não sabe, com exatidão, quanto dinheiro tem em caixa? Como se pode aprovar um documento financeiro nestas condições?

Senhoras e Senhores,

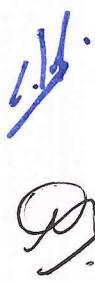
Já em novembro de 2021, o PSD — sozinho, contra resistências de todos os outros partidos — propôs a realização de uma AUDITORIA EXTERNA ÀS CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL, no seguimento do infeliz episódio do desfalque na Tesouraria e de outro conjunto de situações que vinham a surgir. Hoje sabemos que o montante envolvido ronda os 400 mil euros.

A proposta foi aprovada apenas com os votos do PSD, todas as outras forças políticas se abstiveram, mas mesmo assim, não foi nunca executada e hoje, mais que nunca, é imperioso que Fomos acusados de populismo. Mas os sinais estavam lá — e, infelizmente, o tempo deu-nos razão.

Também em 2023, por ocasião da discussão do Plano e Orçamento, o PSD alertou para a TRAJETÓRIA MUITO PREOCUPANTE DAS CONTAS. Falámos da necessidade de:

- Rever as taxas de juro dos empréstimos;
- Adequar o tarifário da água e controlar perdas — que rondam os 25% de água não faturada;
- Atuar sobre os custos crescentes com resíduos urbanos;
- E, mais uma vez, exigir maior escrutínio e rigor na despesa pública.

Votámos contra o Orçamento Municipal da CDU para 2023 — e, mais uma vez, fizemo-lo sozinhos. E votámos também contra em 2024, sozinhos, de novo. E de novo em para 2025.





Em 2024, passados umas semanas após o Orçamento aprovado, a CDU trouxe a esta Câmara uma proposta de contratação de mais um empréstimo bancário — de 3,5 milhões de euros. Alertámos para o risco de agravar ainda mais o esforço de tesouraria, num município que já paga mais de 1 milhão de euros por ano só em juros bancários.

TAMBÉM AÍ FOMOS OS ÚNICOS A DIZER NÃO. E mais uma vez fomos acusados de estar a fazer campanha eleitoral.

Não. O que fizemos — e continuamos a fazer — é cumprir o nosso dever. De responsabilidade. De exigência. De defesa intransigente da transparência e da sustentabilidade financeira do Município de Évora.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores,

O PSD reafirma hoje que o Município não pode continuar neste caminho de endividamento crescente, opacidade nas contas e fuga à responsabilização.

É tempo de exigir coragem política para enfrentar os problemas estruturais da gestão municipal.

É tempo de devolver aos eborenses uma Câmara que saiba gerir, saiba prestar contas e saiba servir.

#### 5. Dívidas e pagamentos em atraso – fornecedores em risco

A situação financeira da Câmara Municipal de Évora deteriorou-se de forma preocupante. O passivo a fornecedores aumentou substancialmente e há pagamentos em atraso, nomeadamente faturas em receção e conferência fora dos prazos legais.

Esta prática, para além de inaceitável do ponto de vista da boa gestão, afeta gravemente o tecido económico local: pequenas empresas, associações e instituições locais que aguardam há meses que a Câmara pague o que deve.

Com responsabilidade e sentido de missão, o PSD votou contra o Orçamento Municipal 2024, alertando para aquilo que já era claro: não é sustentável que 45% da despesa corrente da autarquia esteja comprometida com custos com pessoal.

Na altura, disse — e repito aqui — que a CDU estava a criar as condições para uma tempestade perfeita nas finanças municipais.

Infelizmente, o tempo deu-nos razão. A tempestade chegou.

Chegou no dia 24 de julho de 2024, com a apresentação pública de um Plano de Austeridade por parte da CDU. Um plano que chegou tarde, e que, acabou por nem sequer ser levado a sério por quem o propôs, chutando de novo o problema para a frente que, inevitavelmente, irá impor sacrifícios à cidade, às instituições e ao investimento local, como resultado direto de anos de má gestão.

Mas esta tempestade chega hoje de novo, com o Relatório e Contas de novo arrasador à gestão CDU o qual, muito provavelmente, não será aprovado.

Mas mais grave ainda: esta situação não resulta apenas do descontrolo da despesa — que já seria suficiente motivo de censura.

Resulta também da total incapacidade da CDU para gerar receita de forma estruturada e sustentável. Não há estratégia para atrair investimento. Não há medidas para dinamizar a economia local. Não há liderança.

Enquanto isso, as associações estão sem receber. Os fornecedores estão sem receber.

Os serviços estão sobrecarregados e os procedimentos de contratação, muitas vezes, fazem-se à margem da legalidade, como tantas vezes temos dito.

E o mais básico dos instrumentos de gestão — a contabilidade analítica por centros de custo — continua por implementar. Como se fosse normal gerir um município com centenas de trabalhadores e dezenas de milhões de euros sem saber verdadeiramente onde está a gastar o dinheiro.

Senhor Presidente,

Tudo isto levanta uma questão legítima: O que iremos encontrar quando formos Executivo Municipal?



Que passivo escondido? Que dívidas ocultas? Que compromissos assumidos sem cobertura orçamental? O PSD compromete-se a esclarecer, a responsabilizar — e, acima de tudo, a devolver transparência e confiança à gestão municipal de Évora.

Porque Évora não pode continuar a ser gerida com improviso, falta de rigor e ausência de visão.

#### 6. Sustentabilidade financeira em risco

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Vereadores,

É hoje claro, para todos, que a Câmara Municipal de Évora chegou ao limite da sua sustentabilidade financeira.

A autarquia continua excessivamente dependente de subsídios e transferências correntes, enquanto as receitas próprias estão em queda acentuada e a dívida ronda já os 33 milhões de euros.

Não há qualquer sinal de progresso financeiro sustentável. Não há reforço da autonomia. Não há ambição.

Pelo contrário: as oportunidades de financiamento são desperdiçadas, os fundos não são devidamente acedidos, e a criação de nova receita saudável — pela via do investimento, da inovação e do desenvolvimento económico — é praticamente inexistente.

Para a CDU, parece sempre mais fácil aumentar taxas ou criar uma nova Taxa de Turismo do que fazer o trabalho sério e exigente de captar investimento, apoiar a economia e modernizar a estrutura financeira do Município.

Senhoras e Senhores,

Doze anos depois da falência técnica da Câmara sob gestão do Partido Socialista, e da entrada no PAEL, voltou-se, em 2024 a um Plano de Austeridade, desta vez pelas mãos do Partido Comunista. E agora, uma nova situação de desequilíbrio financeiro e descontrolo das contas.

Uma austeridade que não nasce de um choque externo, mas sim de anos de decisões erradas, de descontrolo na despesa e de ausência de visão estratégica. E como sempre, quem vai pagar esta fatura são os eborenses, o comércio local, o tecido empresarial

Mas há mais: esta crise financeira rebenta num momento absolutamente decisivo para o futuro de Évora.

Num momento em que se discute e avança com:

- A conclusão do Hospital Central do Alentejo;
- A expansão do Polo de Saúde da Universidade de Évora;
- E a preparação de Évora Capital Europeia da Cultura 2027.

Projetos que exigem visão, liderança, financiamento, estabilidade, e que agora estão em risco de verem o seu alcance, impacto e ambição limitados por falta de capacidade financeira da autarquia.

E por isso, que com muita responsabilidade, com exigência, com frontalidade e com espírito de missão e de serviço público, afirmamos o nosso VOTO CONTRA esta prestação de contas.

Acreditamos em Évora. Acreditamos que Évora tem mais futuro. E é por esse futuro que vamos continuar a trabalhar — todos os dias, com seriedade e determinação.

De seguida, o **senhor Vereador Henrique Sim-Sim** solicitou que a sua intervenção fosse considerada como declaração de voto dos eleitos da Coligação Mudar com Confiança.

A **senhora Vereadora Florbela Fernandes** fez a seguinte intervenção:

O Movimento Cuidar de Évora iniciou funções em 2021, pela primeira vez, na Câmara Municipal, através da eleição de uma Vereadora.

Ao longo do mandato o MCE teve sempre uma postura construtiva na oposição e acima de tudo, responsável e realista.





O voto contra por si só, apenas porque quem apresenta as propostas a votação é um adversário político, nunca foi, nem nunca será, o comportamento deste Movimento de cidadãos, no exercício da atividade política.

As eleições de 2021, e as circunstâncias negociais que se seguiram, ditaram uma Câmara constituída por 4 forças políticas, nenhuma maioritária. Esta foi a decisão dos eborenses que sempre respeitámos. Os eborenses decidiram não dar o seu voto de confiança a apenas uma força política. Quiseram que as várias forças contribuíssem para a gestão do território e da Câmara Municipal. Foi isto que fizemos.

Criticámos e votamos contra más opções políticas, noutras abstivemo-nos poucas vezes, e votámos a favor das propostas políticas que entendemos serem úteis e equilibradas para o cumprimento do desígnio de uma gestão municipal justa e exequível em face da situação do Município.

Para além desta postura perante todos os partidos políticos com assento na Câmara Municipal, tivemos também, e sobretudo, uma postura propositiva e indicativa de soluções.

Nunca contribuímos para a ilusão de que poderíamos demitir o executivo municipal, pois sabemos que isso não está nas competências deste órgão municipal. Um executivo municipal só cai, se o Presidente da Câmara e a força política que o sustenta, assim o decidirem. Mais, nunca nos passou pela cabeça, porque nunca nos deparámos com situações grosseiras e/ou ilegais nos documentos provisionais e/ou de prestação de contas da Câmara, todos validados pelas entidades competentes, votar contra esses instrumentos, só porque eram propostos por uma força política que não a nossa! Isso, era contribuir, ainda mais, para a degradação da saúde financeira e de gestão da Câmara Municipal, já por si, muito frágil. A responsabilidade política do MCE, em matéria de orçamentos e planos de atividade, foi sempre, contribuir com propostas e alertas.

Posto isto, o MCE votou favoravelmente, os documentos previsionais do exercício de 3 meses de 2021 e dos exercícios de 2022 e 2023, e absteve-se nos documentos de 2024 e 2025.

No que respeita à prestação de contas, o sentido de voto do MCE acompanhou o das Grandes Opções do Plano, até agora.

Importa, contudo, distinguir, o papel dos documentos previsionais, que nos indicam aquelas que vão ser as opções do Executivo e os recursos que dispõe para a sua execução, revelando-se documentos com impacto na vida dos cidadãos, enquanto que o Relatório de Contas e do Plano de Atividades, não mais são do que a descrição da execução do orçamento e da proposta de Plano de Atividades do ano a que reporta, incluindo o Plano Plurianual de Investimentos. Ou seja, uma radiografia do estado orçamental, financeiro, de gestão e capacidade de execução do Município.

Posto isto, a Prestação de Contas de 2024, é um documento que nos apresenta o diagnóstico sobre a saúde financeira da Câmara Municipal e como para ela concorreu, a gestão do Executivo Municipal CDU.

Votar este documento, técnico, cumprindo ele todo o enquadramento legal que o suporta, não mais é do que validar a qualidade de informação prestada, ou ausência dela, e o seu impacto para o futuro do concelho.

Este mandato é caracterizado por um aumento progressivo dos Orçamentos Municipais: 2021 (€65M100), 2022 (€72M600), 2023 (€83M400) e 2024(€104M700, acabou em dezembro por ser €94M500).

Isto revela que a despesa comprometida pelo Município tem vindo a aumentar sucessivamente.

Com base nesta constatação, podemos logo questionar-nos, sobre o impacto desse aumento de despesa na satisfação das necessidades dos eborenses, e na resolução dos problemas do concelho. Pois o MCE, considera que não existe proporcionalidade entre aquele aumento e o impacto na melhoria das condições de vida dos eborenses.

Mesmo considerando, que uma significativa parte do aumento consagrado nos orçamentos, resultou da transferência de competências nas áreas da educação, saúde e intervenção social, consideramos que o Município não introduziu melhorias, nem de eficiência, nem de qualidade, na prestação desses serviços aos eborenses. Ou seja, não fez a diferença. Não se registaram



melhorias significativas entre uma gestão pelo Estado Central e uma gestão pelo Município. Admitimos apenas, a garantia de alguns direitos consagrados na lei nacional, e que o próprio Estado não cumpria, e que a autarquia passou a assegurar, em matéria de gestão de recursos humanos, com destaque para os planos de formação profissional, seguros profissionais e contratuais.

Voltando à análise da Prestação de Contas, a última deste mandato, observávamos com preocupação o intensificar da situação de grande fragilidade da estrutura financeira e económica da Câmara Municipal.

Resultados líquidos negativos persistentes e, em 2024, aumentam, para mais de 4 milhões de euros. Em suma, continuamos a acumular resultados negativos.

Capacidade de tesouraria efetiva que não ultrapassará os 3 milhões.

Aumento dos prazos de pagamento, superiores a 100 dias, em média.

Aumento da dívida total a fornecedores, que é superior a 16 milhões, dos quais incluímos os empréstimos BEI para pagar 2 acordos com a empresa Águas de Lisboa e Vale do Tejo (6Milhões), mais 6 meses de pagamentos (mais de 3 milhões) em atraso às Águas de Lisboa e Vale do Tejo, em 31 de dezembro de 2024, mais 3M650 de empreitadas e mais de 3Milhões a outros fornecedores. Ou seja, continuamos a acumular dívida.

Não será de estranhar o saldo de gerência para 2025 de €2M570.

Diminuição da capacidade de execução para valores significativamente abaixo do que as orientações para o equilíbrio financeiro e acordo de Saneamento Financeiro ditam. Executámos cerca de 68%, a mais baixa do mandato, quando deveríamos atingir os 85%.

57 milhões de dívida, dos quais a dívida total à banca ronda os 40 Milhões, mais 10 Milhões a fornecedores e outros 10 que faltam perfazem a dívida estrutural de 20 Milhões, o que faz com que a situação económica e financeira continue a ser muito frágil, inviabilizando a capacidade de investimento do Município, por força da ausência de tesouraria.

A receita é iminentemente do OE, existindo uma fraca capacidade de obtenção de receita própria, o que é revelador da deficiente capacidade de licenciamento, sobretudo.

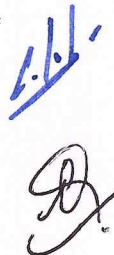
Um orçamento de 2024 de €94M500, do qual se executam €64M850 (despesa paga), indica que cerca de 30M estão comprometidos e não temos capacidade de receita para lhe responder (receita executada cerca de 65M200).

Mais de 90% da receita corrente executada é absorvida pelo funcionamento da Câmara e pagamentos de créditos à banca, sendo que relativamente ao orçamentado (€69M300) e o executado (€53M860), temos um “descoberto” de €15M400. Talvez por isso a dívida global a fornecedores seja de €16M150 (pág. 110 do Relatório)

Se olharmos para a execução da despesa de capital, percebemos, claramente, a ausência de capacidade de tesouraria da Câmara para fazer investimento. Dos 25M200 orçamentados executámos €10M660 dos quais, 4M estão afetos a empréstimos, 5M a obras cofinanciadas, 1M750 destinados a projetos e acordos com outras autarquias e associações de autarquias. Isto revela uma execução de 42%. Mais, se retirarmos o empréstimo de 3M que está contabilizado aqui, a execução das despesas de capital de 2024, seriam as mais baixas do atual mandato.

Por fim, o total de compromissos assumidos em 2024, atingem os 20,6Milhões, dos quais 10,4Milhões estão faturados e aguardavam pagamento em 31 de dezembro de 2024. Pág 94 do relatório

Passados quase 4 exercícios desta gestão municipal, a Câmara continua com o mesmo défice estrutural de sempre; continua a depender quase exclusivamente das transferências do OE, não sendo capaz de estabelecer uma evolução sistemática do aumento da receita própria, o que evidência graves problemas de gestão; continua sem responder às necessidades de habitação dos munícipes, não conseguindo fixar população; continua a não garantir uma resposta eficaz e de qualidade na área da higiene e limpeza urbanas; continua a não responder com eficiência e atempadamente às necessidades das pessoas que a ela recorrem, manifestando uma clara falta de





investimento e de capacidade, para fazer as mudanças estruturais e organizacionais necessárias; e continua sem cuidar da cidade como devia e das nossas aldeias.

Pela positiva salientamos a qualidade dos documentos apresentados, um bom conjunto de documentos para o “passar de pasta” já a pensar no próximo mandato; os pagamentos em dia de todos os empréstimos, ainda que à custa de fornecedores e do investimento municipal, e sem esquecer os mis de 300 mil euros de juros de mora; o facto da Câmara continuar a assumir a isenção do IMI no Centro Histórico, ainda que o Estado Central não lhe devolva essa verba; o facto da redução dos impostos, decidida este mandato, não se ter revelado tão gravosa como se alvitrou, sendo o IMT o imposto que mais impacto negativo teve na receita, com menos 3 milhões, face a 2023, enquanto que o IMI não foi além de um redução de 304 mil euros; o aumento do investimento na área da higiene e limpeza urbanas, pese embora sem o devido reflexo no terreno; a reabilitação da variante do PITE, embora com base num empréstimo bancário, mais um; e ainda o aumento em cerca de 10% das transferências para as famílias.

Posto isto o Movimento Cuidar de Évora, demarca-se destes resultados, que são maus e vão trazer muitos problemas ao novo Executivo Municipal e por conseguinte a todos nós eborenses, e não aprova estes documentos. Contudo, temos consciência que esta decisão pode afetar seriamente o próximo mandato, mas não podemos deixar de o fazer.

Com isto, reafirmamos o que sempre recomendámos, desde a primeira hora:

- É fundamental agir no défice estrutural da Câmara. Agir é cortar na despesa corrente e aumentar as receitas efetivamente cobradas pelo Município. Não existe outra forma. Contudo este Executivo decidiu não o fazer, no presente mandato. Optou por ir à banca, aumentar orçamentos sucessivamente para acomodar compromissos plurianuais, sem acautelar a subida da receita na tesouraria e estrangulando a capacidade de investimento do Município.

- É preciso, é urgente, implementar políticas de gestão e qualidade nos serviços municipais, a começar pelos dirigentes, capacitando-os com ferramentas de gestão, para controlo de despesa e eficiência na sua ação, definir uma estratégia de ação que mobilize a Câmara para o aumento da receita, quer seja através da revisão de regulamentos municipais e introdução de medidas simplex, quer através do aumento da capacidade de fiscalização, quer seja através da nova taxa, a taxa turística e da implementação da contabilidade de gestão conforme recomendação do ROC. É fundamental garantir a conciliação bancária de forma regular e sem atrasos, incluindo o que continua por conciliar entre 2021 e 2024.

De seguida, **a senhora Vereadora Florbela Fernandes** solicitou que a sua intervenção fosse considerada como declaração de voto da eleita do MCE.

#### **Deliberação:**

A Câmara deliberou não aprovar a proposta apresentada pelo senhor Presidente, com 2 votos a favor dos eleitos da CDU, Carlos Pinto Sá e Alexandra Varela, e 5 votos contra, 2 das eleitas do PS, Lurdes Nico e Bárbara Tita, 2 dos eleitos da Coligação Mudar com Confiança, Henrique Sim-Sim e Patricia Raposinho e 1 da eleita do MCE, Florbela Fernandes.

#### **Declaração de Voto dos Eleitos da CDU:**

Os Eleitos pela CDU votam favoravelmente a Prestação de Contas de 2024 com base nos fundamentos abaixo expostos:

1. A atividade municipal em 2024 assumiu como tema central “Comemorar o 50º Aniversário da Revolução de Abril” que foi amplamente cumprido com uma imensa participação popular, quer de instituições quer da população e com notável empenhamento e resposta dos serviços e dos trabalhadores do Município.

Foi criada uma Comissão Organizadora das Comemorações dos 50 Anos do 25 de Abril, aberta à participação de associações e entidades. A Comissão registou a adesão de mais



de 50 entidades e muitas outras desenvolveram atividades comemorativas. Realizaram-se mais de 100 iniciativas ao longo do ano. Destaca-se:

- O espetáculo “Liberdade 25” de Sérgio Godinho e Assessores, dia 24/4, com a Praça do Giraldo completamente cheia. À meia-noite, cantou-se a Grândola Vila Morena com os Cantares de Évora;
- No dia 25 de Abril, o almoço comemorativo na Arena de Évora que contou com 700 participantes, organizado pela Associação Povo Alentejano, com o apoio da CME e de um vasto conjunto de instituições, particulares e empresas a que se seguiu a,
- Sessão Solene Comemorativa do 50º Aniversário do 25 de Abril, no Parque Infantil Almeida Margiochi, contou com intervenções de todas as forças políticas representadas na Assembleia e dos Presidentes da Câmara e da Assembleia Municipal;
- O grupo Vozes de Abril, organizado pela Câmara Municipal e dirigido por Mara, reuniu mais de 100 participantes e brindou-nos com um excelente concerto na noite de 25 de Abril; a iniciativa Vozes de Abril, com 15 grupos de cantares, realizou 30 miniconcertos pela cidade em escolas, locais de trabalho, instituições, praças, jardins, lugares de passagem.

Iniciativas como o Carnaval das Escolas, o Mês da Juventude, a Feira do Livro ou a Feira de S. João tiveram como tema os 50 Anos do 25 de Abril.

2. A atividade e a gestão municipal no ano de 2024 ocorreram num contexto internacional marcado por fatores de instabilidade como:

- a guerra na Ucrânia que prosseguiu sem fim à vista e tem ameaçado escalar com enormes perigos para os Povos da Europa; o prosseguimento da guerra Israel / Palestina, com os atos terroristas e a tomada de reféns civis pelo Hamas, com a catástrofe humanitária que atinge 2 milhões de palestinianos e o genocídio – que já ultrapassa os 53.000 mortos entre crianças, jovens, mulheres e homens – em curso na Faixa de Gaza perpetuado pelo Governo israelita; o Município de Évora afirmou a sua solidariedade ativa com os Povos atingidos, principais vítimas das guerras, defendeu a urgência de fazer o caminho da Paz e não da guerra, com base nos acordos, convenções e resoluções da Organização das Nações Unidas;
- a crise global dos refugiados;
- a evolução negativa da economia europeia com destaque para a crise energética, a falta de matérias primas, a falta de trabalhadores, a redução real dos rendimentos do trabalho e do poder de compra de parte da população.

3. Em Portugal e em Évora, a inflação geral manteve a tendência decrescente, mas muito acima da média geral na habitação, nos produtos alimentares básicos, na energia, na construção civil, em diversas matérias-primas e serviços. Diminuiu ligeiramente a pobreza – situando-se nuns elevados 19,7% estatísticos – e registou-se uma estabilização, num patamar baixo, da situação social de grande parte das famílias.

4. O Município continuou a sofrer um significativo impacto negativo nos investimentos e nos custos. Foi travada, sem a pôr em causa, a trajetória positiva de recuperação económica e financeira, tendo surgido dificuldades de tesouraria que já não eram sentidas há alguns anos.

5. Para além das Comemorações dos 50 Anos da Revolução libertadora de Abril, a atividade municipal em 2024, foi marcada pela prossecução da construção de Évora\_2027, Capital Europeia de Cultura e pela passagem da liderança da Câmara Municipal para a Associação



Évora\_2027, num processo polémico e preocupante que impôs a saída da Equipa de Missão, coordenada por Paula Garcia; pela conclusão do Quadro Financeiro Plurianual da União Europeia conhecido por PT 2020, pela apresentação de candidaturas ao PRR, pelo avanço muito atrasado do PT 2030; por investimentos em áreas carenciadas e sentidas pelas populações como na rede viária, nas escolas, no abastecimento de água e saneamento, na área social, e ainda por um reforço da intensa e diversificada atividade em áreas que vão do Plano Local de Habitação à alteração do PDM e à revisão do Plano de Urbanização da cidade, da cultura e animação sociocultural ao reforço dos apoios às associações, criadores e agentes culturais, do desporto e apoio aos clubes à dinâmica da juventude, da educação à ação social e à saúde, ao investimento e dinamização da economia local e do emprego à promoção nacional e internacional de Évora e do Alentejo.

6. A força de trabalho do Município tem 1357 trabalhadores, um aumento de 19 face ao ano anterior. Cerca de 3%, 40 trabalhadores, estão em funções fora do Município ou com licenças sem vencimento. Comparando com 2013, e tendo em conta a entrada, em 2022 e 2023, de 319 trabalhadores das áreas da educação e da saúde, pela imposição da transferência de competências, o Município regista menos 26 trabalhadores. A massa salarial aumentou menos de 5%. Destaca-se que a maioria dos Serviços está a trabalhar acima dos seus recursos e a garantir, globalmente, respostas de serviço público muito positivas e isso deve-se ao profissionalismo, ao empenhamento e, até, a alguns sacrifícios da grande maioria dos trabalhadores municipais, aos quais agradecemos o desempenho em prol do serviço público.

7. Os principais dados financeiros e económicos são globalmente positivos, ainda que com alguns aspetos negativos:

- A dívida global do Município registou, desde o início do penúltimo mandato (outubro de 2013) até 31/12/2024, uma significativa redução global: menos € 44,9 milhões de euros, menos 47,2 %, sendo agora o valor da dívida global de € 50,3 milhões de euros. Em 2024 face a 2023, a redução global da dívida foi de menos 155.957,21€, menos 0,31%;
- O prazo médio de pagamento a fornecedores era, em 2013, de 755 dias, tendo sido reduzido, até 31/12/2024, em 651 dias, ou seja, menos 86%. Em 2024, face a 2023, houve um aumento de 54 dias, passando de 50 dias para 104 dias. Este aumento reflete o aumento da dívida de curto prazo que foi mais do que compensada pela diminuição da dívida de médio e longo em mais de € 3 milhões de euros; É, também, aquela a razão porque o Município terminou o ano de 2024 com pagamentos em atraso, isto é, dívidas vencidas superiores a 90 dias, em € 2,5 milhões de euros;
- Refere-se as dificuldades de tesouraria, expostas na reunião de CM de 24/7/24, confirmando-se as expectativas negativas referidas e, apesar das medidas de contenção tomadas, o final do ano confirmou dificuldades de tesouraria cuja resolução não é de curto prazo. Optou-se por cumprir o Plano de Saneamento Financeiro (PSF), implicando a afetação de pagamentos de curto prazo a fornecedores. Esta opção traduziu-se por um aumento da dívida a fornecedores em € 3 milhões de euros e uma redução da dívida de longo prazo em montante semelhante, causando as dificuldades de tesouraria sentidas por fornecedores e pelas associações sem fins lucrativos, às quais se entendeu não reduzir os apoios financeiros;
- Nota-se que foram dados importantes passos nas reconciliações bancárias, ainda que insuficientes para a sua completa atualização. Contudo, do que conhecemos, aquela insuficiência – cuja resolução está em curso – não põe em causa a Conta de Gerência;



- Quanto à evolução financeira, o equilíbrio orçamental que em 2013 era negativo em € 9,5 milhões de euros, um enorme desequilíbrio, registou, em 2024, um valor de € 3 milhões de euros positivos, menos € 1,4 milhões do que em 2023. Também o saldo orçamental que em 2013 era negativo em € 7,7 milhões de euros, registou, em 2024, um valor positivo de € 5,9 milhões de euros, menos € 1,3 milhões do que em 2023. Ainda que mantendo valores muito positivos, regista-se as reduções de 2022 para 2024, que decorrem dos impactos negativos da evolução da situação económica e do défice da transferência de competências;
- Quanto à evolução económica, salienta-se que o EBITDA (“Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization”), ou seja, o “resultado antes de depreciações e gastos de financiamento”, é positivo em € 3,6 milhões de euros, ainda que tenha diminuído, de 2023 para 2024, em € 3,9 milhões de euros. Os resultados operacionais que, em 2013, eram negativos em € 11,6 milhões de euros, registaram, em 2024, um valor negativo de € 3 milhões de euros, mais € 1 milhão de euros do que em 2023. Os resultados líquidos do exercício que em 2013 eram negativos em € 12,7 milhões de euros, registaram, em 2024, um valor negativo de € 4,6 milhões de euros, mais € 1,2 milhões do que em 2023. Os resultados continuam a ser muito negativamente afetados pelos custos pagos ao sistema multimunicipal de águas e saneamento, mas também decorrem dos impactos negativos da evolução da situação económica, da transferência de competências e da alteração imposta pelo novo sistema de contabilidade com o aumento das amortizações;
- Quanto à evolução do limite do endividamento que, em 2013, apresentava um enorme excesso de endividamento de € 32,6 milhões de euros, registou, em 2024, uma capacidade de endividamento de € 27,3 milhões de euros, que cresceu, face a 2023, em € 6,8 milhões de euros.

8. A receita total foi de € 66,5 milhões de euros, mais € 2,7 milhões de euros do que em 2023, correspondendo a uma execução de 70%. Esta execução, mais baixa do que o pretendido, decorre, sobretudo, de cerca de € 17 milhões de euros de cabimentos obrigatórios de despesa que passa de ano civil, da quebra de receita fiscal e do défice da transferência de competências ou do adiamento das obras do acesso e rede de água e saneamento por se continuar a aguardar a alteração do Protocolo em vigor e, também, do impacto negativo da evolução da situação económica global.

9. Registam-se, de seguida, alguns dos principais aspetos da gestão municipal em 2024, sublinhando-se que a gestão política do Município exigiu o regular confronto de posições, a disponibilidade das diversas forças políticas para negociações de busca dos consensos possíveis, a concertação de posições finais.

10. Pela sua importância, destaca-se a área da Habitação onde se deu continuidade à concretização da Estratégia Local de Habitação e do Plano Local de Habitação, nomeadamente:

- Regularizações e/ou criação de loteamentos municipais em Graça do Divor, Torre de Coelheiros, Guadalupe e na cidade de Évora;
- Dos € 63 milhões de euros já contratados com o IHRU / Governo, foram apresentadas candidaturas de € 53 milhões de euros, mas apenas foram aprovadas, até final de 2024, € 10 milhões de euros;
- Nos últimos 2 anos, realizados mais de 1.300 atendimentos para o apoio a proprietários para obtenção de benefícios fiscais ou de reabilitação dos prédios; submetidas 91 soluções habitacionais no âmbito do 1º direito | PRR; realizadas 61 fichas de avaliação da conservação; 245 candidaturas elegíveis para a reabilitação da





habitação permanente no âmbito do programa de apoio a uma habitação adequada – 1º Direito;

- O papel da Habévora com a aprovação da candidatura para a reabilitação de 62 fogos no Bairro Gen. Humberto Delgado e as obras, em curso, para a reabilitação de 12 fogos degradados e devolutos na Malagueira no valor de € 1,3 milhões de euros, bem como noutros fogos dispersos;
- O concurso publico para a reabilitação do edifício identificado como Lar dos Pinheiros, para Centro de Acolhimento de Urgência Temporário e Transição, com investimento de mais de € 1,7 milhões de euros.

Com a saída do PAEL, foi iniciada uma trajetória de descida do IMI. Em 2024, o IMI foi reduzido de 0,40% para 0,38%.

11. A Rede Social continuou a desempenhar um papel essencial nas respostas sociais, destacando-se a aplicação do Plano de Desenvolvimento Social 2024-2027, do Plano Integrado de Apoio Social e Cartão Município Solidário, cuja adesão continua abaixo do desejável. Deu-se, também, continuidade ao Programa de Melhoria das Condições de Habitabilidade, para apoiar obras de requalificação de outras habitações próprias ou arrendadas, incluídas ou não no 1º Direito. Destacou a Ação Social Escolar, os transportes e as refeições escolares, cujos apoios foram muito além da lei.

Referiu, ainda, o funcionamento regular dos Centros de Convívio da CME e de S. Miguel de Machede. Destacou as inaugurações dos Centros de Convívio do Bairro de Santo António, um investimento de € 400 mil euros e da Horta das Figueiras, um investimento de cerca de € 200 mil euros bem como a reabilitação, em curso, do Centro de Convívio da Malagueirinha, um investimento de mais de € 100 mil euros.

Releva-se a transferência de competências imposta na área social em que o Município se tem empenhado na elevação das respostas sociais, em parcerias com instituições sociais, com atenção especial às respostas de emergência. Salienta-se, ainda, a aplicação do Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação.

12. Na área da educação, prosseguiu o processo de transferência de competências, alertando-se para o défice, dívida do Governo ao Município, sobretudo por não transferir cerca de 2 meses de salários dos 309 novos trabalhadores recebidos, ascender já a cerca de € 1,7 milhões de euros. Continuaram a ser resolvidos problemas diversos como direitos dos trabalhadores que não eram cumpridos ou a devolução de competências, por delegação, aos diretores dos Agrupamentos.

Na reabilitação e manutenção das escolas, a Câmara Municipal efetuou 79 intervenções por administração direta, num valor de € 300 mil euros; realizou 2 empreitadas e diversas aquisições de equipamentos e serviços com um investimento de € 153 mil euros.

Destaca-se a Carta Educativa, o Plano Educativo Local, o avanço do projeto da Escola André de Gouveia, a aprovação da candidatura da Escola Conde de Vilalva, cujo investimento ultrapassa os € 3,7 milhões de euros.

Salienta-se a importância dos apoios socioeducativos, cerca de € 1 milhão de euros.

13. Na área da Saúde, a Câmara Municipal assegurou a transição da transferência de competências, resolvendo inúmeras situações pendentes, embora seja um processo complexo de adaptação à gestão municipal de procedimentos ou a sua ausência antes



praticados. Quanto ao novo Hospital Central do Alentejo, e após os contactos e negociações com o novo Governo, a Câmara Municipal continuou a aguardar a aprovação pelo Governo da necessária alteração, acordada, ao Protocolo em vigor, assinado em maio de 2023 e que garante o financiamento a 100% do acesso público viário e das redes públicas de abastecimento de água e saneamento.

14. Na área do Desporto, refere-se a continuidade do programa de desporto e do reforço do apoio aos clubes e associações desportivas através da celebração de contratos programa de desenvolvimento desportivo no apoio às atividades que permitiram uma injeção financeira superior a 350 000 €, para além dos diversos apoios logísticos suportados pelo Município de Évora, totalizando aproximadamente 700 000 €. Destaca-se os programas municipais de promoção da prática desportiva para todos, como a Escola Municipal de Atividades Aquáticas, Jogos Tradicionais, Bikévora, Séniores Ativos, Inclusão em Movimento, Festa da Malha, Okup@-te (que também passou a integrar crianças com necessidades educativas específicas), Évora Cidade ao Pé, entre outros. Prosseguiram também as atividades destinadas a crianças em idade pré-escolar e escolar tais como o Programa Educativo de Saúde Alimentar, Jogar +, Serpente Pápa-Léguas, Mini Olimpíadas e Brincar Lá Fora. Finalmente, uma particular referência para a Meia Maratona que continua a crescer e a atrair atletas nacionais e estrangeiros para além da animação cultural e da participação popular.
15. Sublinha-se a prioridade e o reforço de apoio para a Juventude, nomeadamente, continuando a aplicar o Plano Municipal para a Juventude, a incentivar a dinâmica e participação do Conselho Municipal de Juventude, o Mês da Juventude, o importante projeto municipal e em parceria que é a Orquestra Juvenil de Sopros. Salienta-se, ainda, os apoios que atingiram € 163.000 e o apoio às Jornadas Mundiais da Juventude.
16. Na área da Cultura e Património, foi dada continuidade à construção de Évora\_2027, tendo a liderança do processo passado para a Associação Évora\_2027, prosseguiu o Programa de Revitalização do CH e o Programa de Valorização Integrada do Património, o projeto para valorização do Cromeleque dos Almendres e a exigência da salvaguarda da Anta Grande do Zambujeiro.
17. O crescente prestígio internacional de Évora ficou bem patente nas várias solicitações e participações em instituições internacionais em que se destaca a Organização das Cidades Património Mundial, de que o Presidente da Câmara Municipal foi Vice-Presidente, ou a organização Mayors For Peace, que o Município lidera em Portugal.
18. Na área do desenvolvimento económico, continuámos a atrair investimento, a aumentar os postos de trabalho, a gerar mais rendimento e riqueza em Évora. Destaca-se:
  - Na última década a atividade económica em Évora quase duplicou passando de € 460 milhões de euros para € 900 milhões de euros; a balança comercial tem um saldo positivo de € 300 milhões de euros; os postos de trabalho aumentaram mais de 30%; no turismo, as dormidas aumentaram 85%, ultrapassando as 700.000/ano;
  - A abertura do novo Holiday Inn Express, da cadeia Hilton, um investimento de € 16 milhões de euros com a criação de 35 postos de trabalho;
  - A instalação de diversas empresas no PACT e noutras incubadoras;
  - A disponibilização de 330 camas para estudantes pela “Ebora Residences”, na Tapada do Matias;
  - A 9ª edição do ÉvoraWine que continuou a crescer;



- A disponibilização de lotes na Zona Industrial de S. Sebastião da Giesteira;
- O avanço mais lento do que o esperado, através de parceria, da preparação da infraestruturação da Zona Empresarial de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> Machede;
- A preparação da criação do Centro de Acolhimento de empresas no Aeródromo Municipal;
- O avanço do processo do futuro Pavilhão Multiusos;
- A parceria com o PACT com a participação do Presidente da Câmara Municipal no Conselho de Administração.

19. Na área do ordenamento do território e urbanismo, destaca-se os processos de alteração do PDM e de revisão do PUE, ainda que mantendo-se dificuldades e atrasos na modernização da gestão urbanística.

20. Regista-se os problemas de qualificação da rede viária, em que se investiu mais de € 1 milhão de euros, ainda assim, aquém do pretendido. Destaca-se as intervenções de reparação, manutenção e qualificação de vários arruamentos, estradas e caminhos, numa área onde as carências são enormes e o financiamento quase inexistente.

21. Na área do ambiente, destaca-se a prossecução da Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas bem como projetos diversos: a conclusão do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável; a prossecução do POCITYF e do Life Água de Prata; a parceria com a ADENE.

22. Na área do abastecimento de água e saneamento, o destaque vai para a atualização dos projetos e proposta de alteração do Protocolo referente ao novo Hospital Central do Alentejo, mas também para o enorme trabalho de pareceres (380), de inspeções (137), de emissão de certificados (103), de respostas a ocorrências, incluindo ruturas (1112), a preparação de novos projetos. Este trabalho tem vindo a melhorar as redes. mas ainda se sentem problemas como em S. Manços.

23. Refere-se as dificuldades que se continuaram a sentir na área da higiene e limpeza publicas, mas registou avanços na área da limpeza sendo que o problema das ervas teve ligeiras melhorias, mas continua de difícil solução. A Câmara Municipal teve uma enorme atividade nesta área, atestada pelos seguintes números de recolha em 2024:

| RSU       | Recolha Consignada | Monstros não Ferrosos | Papel Cartão | Orgânicos | Resíduos Verdes | Embalagens Madeira |
|-----------|--------------------|-----------------------|--------------|-----------|-----------------|--------------------|
| 25.294,95 | 942,26             | 1.718,3               | 118,92       | 282,08    | 362,36          | 45,58              |

Unidade: tonelada

Aqueles dados incluem a recolha de cerca de 4.000 depósitos ilegais de lixo, situação que se lastima. Prosseguiram outros programas e medidas como a recolha de resíduos orgânicos em 2 zonas.

24. Na área da proteção civil e segurança, salienta-se o reforço do apoio aos Bombeiros Voluntários, que ultrapassou os € 208 mil euros e mais € 96 mil euros na parceria para o Aeródromo e saúda-se o trabalho do Serviço de Proteção Civil Municipal. Salienta-se que a criminalidade em Évora se mantém como uma das mais baixas do país, mas que continuou a exigir acompanhamento e intervenção e saúda-se a cooperação com a PSP, a GNR e outras forças de segurança.



25. Sublinha-se o cumprimento, pela Câmara Municipal, dos compromissos financeiros com as Juntas de Freguesias, que registaram um aumento de 14,8% na descentralização do Município para as Freguesias, igual ao recebido pelo Município do Orçamento de Estado/2024, para além de outros aumentos na delegação de competências. Salienta-se o trabalho conjunto com as Juntas de Freguesia e reconhece-se que, a nível de investimento municipal, não foi possível atingir alguns compromissos com as Juntas de Freguesia.

Em conclusão, e tendo em conta os impactos globais e no concelho dos fenómenos referenciados, consideramos que o Município deu as respostas possíveis à evolução da situação; registou uma ligeira redução nos equilíbrios financeiros e económicos, assegurando, contudo, os equilíbrios estruturais antes alcançados; assegurou um elevado nível de atividade bem como de investimento, contribuindo para melhores condições e qualidade de vida da população e para o desenvolvimento sustentável do concelho.

### **Declaração de Voto das Eleitas do PS:**

As Vereadoras eleitas pelo Partido Socialista começam por reconhecer com apreço e agradecer publicamente todo o trabalho desenvolvido pelos trabalhadores municipais, ao longo de 2024.

Relativamente às matérias em deliberação devemos, desde já, recordar a nossa posição política, em momentos anteriores do atual mandato autárquico:

Declaração de voto nas Opções do Plano e Orçamento do Município para 2023, em 15 de fevereiro de 2023; (*voto de abstenção*)

Declaração de voto na Prestação de Contas do Exercício de 2022, em 26 de abril de 2023; (*voto de abstenção*)

Declaração de voto nas Opções do Plano e Orçamento do Município para o ano de 2024, em 6 de dezembro de 2023; (*voto de abstenção*)

Declaração de voto na Prestação de Contas do Exercício de 2023, em 22 de abril de 2024; (*voto contra*)

Declaração de voto nas Opções do Plano e Orçamento do Município para 2025, em 30 de novembro de 2024; (*voto de abstenção*)

Sintetizamos, de seguida, a nossa posição política de VOTO CONTRA A PRESENTE PROPOSTA DE APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2024 E A RESPECTIVA APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO, apresentados pelo Presidente da Câmara Municipal de Évora, aos restantes membros do Executivo Municipal.

### **I-CONSIDERAÇÕES GERAIS**

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista têm assumido posições de reiterada responsabilidade política e institucional, bem evidentes nos já referidos documentos. Como resposta política da atual gestão comunista, fomos registando preocupantes sinais de incumprimento de quase todos os compromissos relevantes para o desenvolvimento económico e social do concelho de Évora.

Chegados aqui, no último ano do mandato autárquico, não foi concretizada qualquer reforma significativa na Câmara Municipal de Évora.

Continuamos com problemas na contabilidade de custos a funcionar e com outputs válidos para a gestão municipal, apesar dos enormes esforços, dos poucos recursos técnicos disponíveis nas áreas relacionadas com a gestão financeira, de controlo de gestão, contabilidade e gestão patrimonial. Os recursos humanos que estão disponíveis, técnicos e administrativos, estão exaustos e disso deve ser feita devida nota.

Continuamos a ter uma Autarquia com significativas fragilidades na capacidade para arrecadar receitas, nomeadamente ao nível da captação de cofinanciamento de fundos comunitários e nacionais, com perdas de oportunidades de investimento no concelho de Évora.





Évora é um território pouco amigo de quem nele quer investir.

Évora poderia atrair mais projetos económicos de grande dimensão, faltando, em nossa opinião, uma estratégia nessa área.

## II. EM MATÉRIA DE COMPROMISSOS POLÍTICOS ASSUMIDOS COM OS ELEITOS PELO PARTIDO SOCIALISTA

Assumimos uma postura construtiva e apresentámos propostas concretas que pudessem prosseguir os dez grandes desígnios que traçámos para o Concelho de Évora, no programa VALORIZAR ÉVORA, embora não tenham sido concretizadas:

1) Valorizar e requalificar o Património do Centro Histórico de Évora e de todo o concelho: criar um gabinete técnico para o Centro Histórico, libertar as muralhas de Évora de construções e outras ocupações que as ocultam há décadas; executar um programa de renovação de infraestruturas no Centro Histórico; recuperar as iluminações cénicas; intervir, de imediato, na valorização do Rossio de São Brás, entre outras medidas previstas;

2) Implementar de forma rápida a Estratégia Local de Habitação, como instrumento estratégico para resolução dos principais problemas habitacionais dotado de mais de 65 milhões de euros de recursos financeiros, a par da promoção de loteamentos para habitação nas freguesias rurais e da promoção dos processos de recuperação de fogos habitacionais e de serviços no Centro Histórico. É urgente aumentar a capacidade de realização de projetos técnicos para ultrapassar a incapacidade deste Executivo de captar cofinanciamentos comunitários e financiamentos nacionais. A taxa de execução do PLH, nos montantes aprovados, revela-se baixa.

3) Apoiar um forte aumento da competitividade do concelho de Évora, permitindo a captação de novos investimentos, o apoio do tecido económico instalado, a atracção de recursos humanos qualificados e competentes e a criação de um Centro de Acolhimento Empresarial;

4) Melhorar significativamente o Atendimento Municipal;

5) Reforçar o Apoio às Famílias, nomeadamente através do cartão social do Município, de apoios às famílias numerosas, promover programas de atividades de tempos livres para crianças e jovens e incentivar a utilização da rede de transportes públicos e outras formas de mobilidade suave;

6) Valorizar a programação cultural da cidade e do concelho e planear de forma competente a execução de ÉVORA 2027, envolvendo todos os agentes culturais e dinamizando a interação com a Direção Regional de Cultura do Alentejo, a Direção-Geral das Artes e restantes instituições parceiras de “ÉVORA Capital Europeia da Cultura 2027”. Continua a preocupar-nos, nesta área, a existência de alguns agentes culturais que nem condições de espaço têm para desenvolver a sua atividade com a dignidade merecida;

7) Aumentar a participação de todos os munícipes na vida autárquica: criar finalmente o Orçamento Participativo Municipal e o Orçamento Participativo Jovem;

8) Requalificar e modernizar os espaços públicos do concelho para que possam ser vividos pelos munícipes: dar finalmente prioridade à urgente e drástica melhoria da limpeza urbana em todo o concelho, renovar os equipamentos e mobiliário urbano, repor a rede de parques infantis e de parques geriátricos de todo o concelho, prevendo o respetivo plano de manutenção. Todas as crianças do concelho têm direito ao seu parque infantil. Os mais recentes parques infantis da cidade de Évora foram construídos pelas respetivas Juntas de Freguesia

(exemplos da União de Freguesias do Bacelo e Senhora da Saúde e União de Freguesias da Malagueira e Horta das Figueiras).

9) Iniciar, urgentemente, a recuperação estrutural dos pavimentos mais deteriorados de Estradas e Caminhos Municipais, porque o concelho de Évora possui, tristemente, uma das redes de estradas municipais mais deterioradas de Portugal. O investimento feito na rede viária do concelho é, manifestamente, insuficiente e a intervenção realizada decorreu da aprovação de um empréstimo de 3,5 milhões de euros, com uma parte a ser alocada à recuperação da rede viária, que os Vereadores do PS aprovaram devido à urgência da intervenção.



10) Promover a motivação dos trabalhadores municipais, através da valorização das suas competências e adequada coordenação, porque os mesmos são fundamentais para o sucesso da missão da Autarquia.

A prestação de contas não apresenta propostas reformadoras, que ajudem a fazer este caminho de valorização e desenvolvimento económico e social sustentável para todo o Concelho.

### III. ANÁLISE ECONÓMICA-FINANCEIRA E ORÇAMENTAL

#### Análise Orçamental

O Município cumpre a regra do equilíbrio orçamental, apesar de se verificar uma redução no excedente orçamental ao longo do mandato: em 2022 foi de cerca de 8 milhões de euros; 4,4 milhões em 2023 e 3 milhões de euros em 2024.

Relativamente à execução da receita orçamental mantém-se a dificuldade do município em arrecadar receita: em 2024 arrecadou cerca de 66 milhões de euros de receita o que perfaz uma percentagem de 70 % do que estava orçamentado verificando-se, tal como em 2023, o incumprimento (este verifica-se quando, durante dois anos consecutivos, é registada uma taxa de execução da receita prevista inferior a 85 %). Assim, no ano de 2023 já estávamos em incumprimento e, em 2024, continuamos com a agravante da receita executada ser cada vez menor relativamente ao que está orçamentado.

Desde o início do mandato que temos alertado para a sobrevalorização do orçamento da receita que, depois, terá como consequência baixas taxas de execução.

#### Execução orçamental

Na execução orçamental da despesa, a taxa de execução foi relativamente baixa, 68 % do que estava orçamentado, muito por conta das rubricas de aquisição de bens e serviços e transferências correntes, que se deve, também, às dificuldades de tesouraria.

Desde o início do mandato, a despesa total aumentou 12 milhões de euros, em grande parte, devido ao aumento da despesa corrente e não do investimento.

Relativamente ao investimento, tal como aconteceu ao longo do mandato, foi baixo face às necessidades do concelho. O investimento em 2024 foi de 4,7 milhões, estando inicialmente previsto cerca de 17 milhões.

#### Análise Económica-Financeira

A dívida de curto prazo a fornecedores atinge os 10 milhões de euros.

Os indicadores do limite da dívida e da capacidade endividamento encontram-se dentro dos valores expectáveis.

Relativamente ao balanço, muitas das rubricas mantem valores semelhantes ao ano anterior, excetuando as dívidas a fornecedores que aumentaram, substancialmente, situando-se em mais de 6 milhões de euros. O município terminou o ano de 2024 com um passivo de cerca de 73 milhões de euros.

Agravamento dos Resultados Líquidos Negativos: 1,5 milhões em 2022; 3,4 milhões em 2023 e 4,5 milhões em 2024 (+1,1 milhão de euros, 24% face ao ano anterior).

O valor dos recebimentos em atraso, atinge os 6 milhões de euros, dos quais 3,7 milhões dizem respeito a faturas de água, saneamento e resíduos sólidos.

Os pagamentos em atraso dispararam para 2,5 milhões de euros no final do ano e o prazo médio de pagamento aumentou de 22 dias para 104 dias.

### IV. EM MATÉRIAS DE RESERVAS TÉCNICAS DAS QUAIS AS ELEITAS PELO PARTIDO SOCIALISTA PRETENDEM SINALIZAR E DISTANCIAR-SE

Após a leitura dos documentos apresentados, bem como do respetivo relatório de revisão emitido pela SROC (disponibilizado aos Vereadores no dia 27 de maio/vésperas da reunião pública de câmara), destacamos algumas conclusões que nos preocupam e contribuem, de forma decisiva, para o nosso sentido de voto contra a proposta:

a). A falta de controlo interno, um problema grave que faz com que a gestão da CME se apresente com elevado risco de exposição e responsabilidade. Há um regulamento interno, contudo são





identificadas algumas inconformidades entre o regulamentado e a prática, conforme referido no Relatório do ROC;

b). A ausência de implementação efetiva de processos de reestruturação já consensualizados (por exemplo, na Divisão de Gestão Urbanística, quer em termos de RH, quer em matérias de sistemas de gestão) é causadora de impactos negativos não despreciables nas contas da Autarquia e continua a causar desmotivação nos trabalhadores municipais;

c). As reconciliações bancárias do exercício de 2024 não estão concluídas. É uma reserva feita pelo Relatório do ROC. Foram identificados por conciliar diversos itens de 2021 a 2024. Estando por concluir a recuperação dos itens por reconciliar de anos anteriores, tal poderá ter consequências/limitações nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 apresentadas, nomeadamente nas rubricas de “Caixa e depósitos”, “Outras contas a pagar” e “Património Líquido”. Esta foi uma das reservas indicadas no Relatório da ROC de 2023 que não foi suprida, totalmente, em 2024.

d). A execução da receita não ultrapassa o limite dos 85% (70,42%), tal como o ano anterior (76,46%). Caso este limite não seja ultrapassado em dois anos consecutivos pode trazer, ao abrigo do artº 56º da Lei 73/2013, consequências financeiras para o Município.

Notas Finais:

Verifica-se um agravamento das contas do município, relativamente ao ano anterior e, também, ao longo do mandato.

Face às necessidades do concelho, o investimento é muito reduzido, conforme referido.

A fragilidade da situação financeira do Município preocupa as Vereadoras eleitas pelo Partido Socialista, devido aos investimentos estratégicos no concelho de Évora que tem de ser concluídos, nomeadamente, o Hospital Central do Alentejo e Évora Capital Europeia da Cultura 2027.

Verifica-se que se mantêm as situações já identificadas no ano anterior, nomeadamente os atrasos na reconciliação bancária, a baixa execução da receita e os problemas ao nível do controlo interno mantêm-se. O atraso verificado na reconciliação bancária é uma reserva apontada no Relatório do ROC (página 50).

As Vereadoras Eleitas pelo Partido Socialista têm assumido, ao longo do mandato autárquico, uma postura responsável e colaborante, no entanto, do ponto de vista financeiro e orçamental há situações que nos preocupam.

São estes os fundamentos que justificam o VOTO CONTRA A PRESENTE PROPOSTA DE APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2024 E A RESPECTIVA APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.

### **Declaração de Voto dos Eleitos da Coligação Mudar com Confiança:**

Gostaria de esclarecer a distorção da realidade que a CDU tem vindo a apresentar sobre Évora, e que ainda hoje o fez na apresentação deste Relatório e Contas.

A verdade é que a gestão da CDU tem sido marcada por uma série de falhas e omissões que prejudicam o nosso concelho, e não por um compromisso verdadeiro com o futuro e com o bem-estar dos eborenses.

Primeiro, fala-se no Relatório que este focada em “garantir o essencial da atividade municipal”, mas todos nós sabemos como se encontra o “essencial” da atividade municipal: a limpeza, a conservação dos espaços públicos, as vias rodoviárias, a rede de água, a iluminação, o trânsito, a habitação, o apoio às organizações sociais e desportivas, a promoção da economia, etc., etc.

Claramente que o essencial da atividade municipal não tem sido garantido pela CDU!

Mas também várias medidas integradas nos documentos de 2022, em 2023 e 2024, não foram concretizadas dando alguns exemplos:

- Concretização da Comissão Municipal Do Desporto, o Estudo para Centro de Alto Rendimento Desportivo, a Promover a Marca Évora, Reabilitação de espaços públicos, a remodelação de parques infantis, melhoria nas zonas industriais, destacando a Zona Empresarial de N. Sr.ª



Machede, e dinamização destas zonas, do cluster AED, as obras no Centro de Recolha Oficial de Évora, a Relocalização do parque UHLP da Av. S. João de Deus, o Lar dos Pinheiros, as obras na rede de água de S. Manços ou da Garraia, a iluminação cénica, valorizar o bairro da Malagueira, investir no PACT, dinamizar o Parque Industrial e Aeronáutica, o skatepark continua parado, lançar novo futuro da feira de s. João, etc, etc, etc...

Saudamos o esforço dos trabalhadores em diferentes dimensões, muita atividade que também foi realizada, mas as falta de visão, de orientação, de acompanhamento, por parte do Executivo CDU, assim como a utilização de critérios políticos à frente de critérios técnicos e dos os interesses dos Eborenses, levam a que, lamentavelmente, o resultado global não seja aquilo que os Eborenses esperam do seu Município.

A realidade mostra também que a nossa tesouraria está muito fragilizada devido à má gestão do aumento dos custos e à quebra de receitas. Isso refletiu-se no adiamento e na alteração dos investimentos previstos — investimentos esses que a cidade precisa urgentemente para crescer e modernizar-se.

No que toca ao pessoal, assistimos ao maior aumento de trabalhadores desde 2012, num total de 1.357. Isso representa um peso considerável nas despesas correntes, quase 50% das receitas municipais.

O PSD sempre defendeu uma administração pública eficiente, com recursos adequados, e esta expansão do quadro funcional deve ser claramente justificada e orientada para resultados efetivos — o que não tem sido o caso.

Parece-nos que se tem utilizado, muitas vezes, o quadro de pessoal para inscrever novos técnicos na CME apenas pro critérios político-partidários.

A CDU fala de avanços no Plano Local de Habitação e na reabilitação do parque habitacional, mas esquecem-se de dizer que dos 53 milhões de euros já candidatas, só 10 milhões foram efetivamente disponibilizados. É urgente acelerar estes processos e transformar dinheiro em habitação social concreta para combater a pobreza que afeta cerca de 30% da nossa população. Não podemos esperar mais!

No ordenamento do território e urbanismo, os atrasos na revisão do Plano Diretor Municipal e no Plano de Urbanização da cidade demonstram uma falta de planeamento estratégico que retarda o desenvolvimento sustentável da nossa cidade.

Também no Bairro da Malagueira, onde a CDU não cumpriu os prazos previstos para a requalificação das condutas elevadas, as obras arrastam-se, deixando os moradores à espera.

O Plano de Pormenor e Salvaguarda do Centro Histórico continua por concluir, tal como o seu Plano de Emergência do Centro Histórico.

Em relação à economia local, a CDU diz que acolheu novas empresas e avançou com lotes industriais, mas a verdade é que a expansão da Zona Empresarial é lenta e pouco eficaz, e falta uma política ativa para apoiar as micro e pequenas empresas, que são o motor do nosso concelho. A revitalização do Mercado 1º de Maio ainda não conseguiu dar novo fôlego à economia local, e a relocalização do Mercado das Corunheiras continua por resolver.

A questão ambiental é outro ponto crítico. O desenvolvimento de megacentrais fotovoltaicas põem em risco a biodiversidade e a paisagem única do nosso território. O PSD defende uma abordagem equilibrada que proteja o ambiente e promova a sustentabilidade, sem comprometer os recursos naturais que são património de todos. Continua a faltar concluir os normativos aprovados por esta Câmara.

A limpeza urbana não foi uma prioridade para a CDU, tendo-se privilegiado a contratação de empresas externas em vez de, por exemplo, a transferência de competências para as juntas de freguesia, o que leva a que a cidade continue muito, muito longe dos níveis mínimos aceitáveis.

Por fim, no que diz respeito à segurança, a CDU falha ao minimizar os problemas sentidos no Centro Histórico e em outras zonas da cidade. A falta de agentes policiais de proximidade, o crescimento dos acampamentos ilegais e a sensação de impunidade são uma preocupação real dos cidadãos.





O PSD exige mais e melhor segurança, com um reforço da polícia local e colaboração efetiva com as forças de segurança. Temos lutado insistentemente pela videovigilância, medida chumbada por todos os senhores vereadores, mas também por mais e melhores condições para os guardas noturnos, pela iluminação de espaços públicos, sem sucesso.

Évora merece uma gestão transparente, eficiente e orientada para resultados. Merece uma Câmara que responda aos desafios reais da cidade e dos seus cidadãos, e não uma que se esconda atrás de discursos vazios, narrativas imaginárias e números que não correspondem à realidade.

Passados 12 anos de governo CDU, a cidade e concelho encontra-se estagnado, e a CDU resume-se a encontrar pretextos e desculpas para a sua incapacidade de concretizar com o que se compromete, vai acompanhando, mal, o que a sociedade civil e o sector económico empreende, não tem uma ação estratégica sobre as organizações não lucrativas dos diferentes sectores – social, desportivo, cultural,...- e vai empurrando os problemas para a frente esperando que, num golpe do acaso, as coisas se resolvam.

## **SOBRE AS CONTAS**

Senhor Presidente,

O Relatório de Contas referente ao ano de 2024, elaborado por novo ROC, e depois do Relatório tão penalizador de 2023, revela, mais uma vez, uma gestão municipal muito deficitária. O Relatório de Contas da Câmara Municipal de Évora de 2024 revela várias fragilidades e decisões económicas muito questionáveis.

### **1. Prejuízo de 4,6 milhões de euros – mais um ano de resultado negativo**

A autarquia termina 2024 com um resultado líquido negativo de 4,6 milhões de euros, agravando o prejuízo de 2023 em mais de 1,17 milhões de euros. Esta é a demonstração clara da falta de controlo orçamental e de rigor na gestão.

O município está a gastar sistematicamente mais do que aquilo que consegue gerar, sem que se veja um plano eficaz de recuperação financeira. Demonstra uma gestão orçamental desequilibrada, sem medidas eficazes de contenção ou recuperação económico-financeira.

### **2. Receitas próprias em queda – sinais preocupantes de estagnação**

A quebra de 18,5% nas receitas fiscais e parafiscais, com destaque para uma redução de 43% nos impostos indiretos, é extremamente preocupante. É um espelho do desinvestimento económico e da incapacidade de atrair atividade geradora de receita para o concelho. A Câmara falha assim na dinamização do território e na valorização do seu potencial.

É com enorme preocupação que o PSD constata, mais uma vez, a significativa quebra nas receitas fiscais do nosso município, especialmente nos impostos indiretos, onde o Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis – o IMT – desempenha um papel crucial.

A queda de 43% nesta categoria não é um número isolado.

É o reflexo claro de um mercado imobiliário em retração, de uma economia local que não consegue atrair investimento nem dinamizar o setor da construção e do comércio de imóveis. Esta realidade – em contraciclo com o panorama nacional - traduz-se diretamente nas contas da Câmara Municipal: menos receita significa menos capacidade para investir, menos recursos para melhorar os serviços públicos, e uma dependência crescente de transferências externas, que comprometem a autonomia financeira e a sustentabilidade da nossa cidade.

É urgente que esta Câmara assuma a responsabilidade e implemente medidas concretas para inverter este cenário. Propostas de incentivo à reabilitação urbana, simplificação dos processos administrativos, e uma política ativa de atração de investimento devem ser prioridades máximas. Sem isso, não estaremos apenas a perder receitas — estaremos a hipotecar o futuro económico e social de Évora.

O PSD tem exigido transparência total na monitorização destas receitas e a apresentação de um plano estratégico robusto para revitalizar o mercado imobiliário local e garantir a sustentabilidade financeira do município. Infelizmente, a CDU tem sempre estado do lado oposto

### **3. Descontrolo nas despesas com pessoal**



O Partido Social Democrata não pode deixar de voltar a alertar para aquilo que é, hoje, um dos maiores fatores de risco financeiro do Município de Évora: o crescimento insustentável da despesa com pessoal.

Em 2024, a massa salarial ultrapassou os 30 milhões de euros. Isto representa mais de metade da despesa corrente da autarquia. Só num ano, o aumento foi de 1,4 milhões de euros – e, ao contrário do que seria desejável, não se vê qualquer plano de racionalização, reorganização de serviços ou melhoria de eficiência.

Mais grave: este crescimento tem sido contínuo e descontrolado.

- Em 2021, os encargos com pessoal eram de 19,1 milhões de euros;
- Em 2022, subiram para 23,18 milhões;
- Em 2024, atingem os 28,7 milhões;
- E para 2025, já se antecipa um valor próximo dos 31 milhões de euros.

Estamos a falar de um aumento acumulado de mais 12 milhões de euros por ano, desde o início dos mandatos da CDU.

Este esforço financeiro é incomportável. Não só compromete a sustentabilidade orçamental do Município, como não está a traduzir-se em melhor serviço público à população – o que deveria ser o único critério justificável para tal acréscimo.

Aliás, convém recordar que a própria CDU reconheceu o problema, ao apresentar em 24 de julho de 2024 um Plano de Austeridade que previa precisamente a redução do número de trabalhadores como forma de conter este descontrolo.

Mas, como se vê, entre o discurso e a realidade vai uma distância inaceitável. Os custos continuam a aumentar, os serviços continuam sem reorganização visível, e o Município caminha para uma situação de desequilíbrio estrutural e orçamental

Senhor Presidente,

O PSD já votou contra este caminho em 2023, em 2024 e também em 2025.

Mantém hoje, em coerência e responsabilidade, essa mesma posição. Porque governar não é prometer, nem contratar à vista – é garantir que os recursos públicos são geridos com critério, responsabilidade e visão de futuro.

Évora merece uma gestão com contas certas. Merece estabilidade, e não derrapagens disfarçadas com discursos ideológicos. Merece um Município com capacidade de investir e servir – não uma máquina cada vez mais pesada, opaca e descontrolada.

Évora merece uma cidade renovada, que responda às necessidades dos Eborenses, atuais e futuro. Nos últimos 5 anos a CME teve uma média de investimento na ordem dos 5 milhões de euros/ano, um valor muitíssimo baixo para uma cidade que tem a ambição de Évora, e se considerarmos todos os programas de investimento que temos atualmente, é mesmo muito, muito pouco...

#### 4. Fragilidades graves na Tesouraria – Reconciliações por concluir desde 2021

É hoje evidente, para todos os que analisam com seriedade as contas do Município de Évora, que a situação financeira da autarquia está marcada por fragilidades estruturais graves, falta de transparência e ausência de controlo interno eficaz.

Um dos exemplos mais gritantes é o facto de, desde 2021, continuarem por concluir as reconciliações bancárias do Município. Esta falha motivou uma reserva na Certificação Legal de Contas 2023 e 2024, colocando em causa a fiabilidade dos saldos apresentados.

Como pode a população confiar numa gestão que não sabe, com exatidão, quanto dinheiro tem em caixa? Como se pode aprovar um documento financeiro nestas condições?

Senhoras e Senhores,

Já em novembro de 2021, o PSD — sozinho, contra resistências de todos os outros partidos — propôs a realização de uma AUDITORIA EXTERNA ÀS CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL, no seguimento do infeliz episódio do desfalque na Tesouraria e de outro conjunto de situações que vinham a surgir. Hoje sabemos que o montante envolvido ronda os 400 mil euros.



A proposta foi aprovada apenas com os votos do PSD, todos as outras forças políticas se abstiveram, mas mesmo assim, não foi nunca executada e hoje, mais que nunca, é imperioso que Fomos acusados de populismo. Mas os sinais estavam lá — e, infelizmente, o tempo deu-nos razão.

Também em 2023, por ocasião da discussão do Plano e Orçamento, o PSD alertou para a TRAJETÓRIA MUITO PREOCUPANTE DAS CONTAS. Falámos da necessidade de:

- Rever as taxas de juro dos empréstimos;
- Adequar o tarifário da água e controlar perdas — que rondam os 25% de água não faturada;
- Atuar sobre os custos crescentes com resíduos urbanos;
- E, mais uma vez, exigir maior escrutínio e rigor na despesa pública.

Votámos contra o Orçamento Municipal da CDU para 2023 — e, mais uma vez, fizemo-lo sozinhos. E votámos também contra em 2024, sozinhos, de novo. E de novo em para 2025.

Em 2024, passados umas semanas após o Orçamento aprovado, a CDU trouxe a esta Câmara uma proposta de contratação de mais um empréstimo bancário — de 3,5 milhões de euros.

Alertámos para o risco de agravar ainda mais o esforço de tesouraria, num município que já paga mais de 1 milhão de euros por ano só em juros bancários.

TAMBÉM AÍ FOMOS OS ÚNICOS A DIZER NÃO. E mais uma vez fomos acusados de estar a fazer campanha eleitoral.

Não. O que fizemos — e continuamos a fazer — é cumprir o nosso dever. De responsabilidade. De exigência. De defesa intransigente da transparência e da sustentabilidade financeira do Município de Évora.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores,

O PSD reafirma hoje que o Município não pode continuar neste caminho de endividamento crescente, opacidade nas contas e fuga à responsabilização.

É tempo de exigir coragem política para enfrentar os problemas estruturais da gestão municipal.

É tempo de devolver aos eborenses uma Câmara que saiba gerir, saiba prestar contas e saiba servir.

##### 5. Dívidas e pagamentos em atraso – fornecedores em risco

A situação financeira da Câmara Municipal de Évora deteriorou-se de forma preocupante. O passivo a fornecedores aumentou substancialmente e há pagamentos em atraso, nomeadamente faturas em receção e conferência fora dos prazos legais.

Esta prática, para além de inaceitável do ponto de vista da boa gestão, afeta gravemente o tecido económico local: pequenas empresas, associações e instituições locais que aguardam há meses que a Câmara pague o que deve.

Com responsabilidade e sentido de missão, o PSD votou contra o Orçamento Municipal 2024, alertando para aquilo que já era claro: não é sustentável que 45% da despesa corrente da autarquia esteja comprometida com custos com pessoal.

Na altura, disse — e repito aqui — que a CDU estava a criar as condições para uma tempestade perfeita nas finanças municipais.

Infelizmente, o tempo deu-nos razão. A tempestade chegou.

Chegou no dia 24 de julho de 2024, com a apresentação pública de um Plano de Austeridade por parte da CDU. Um plano que chegou tarde, e que, acabou por nem sequer ser levado a sério por quem o propôs, chutando de novo o problema para a frente que, inevitavelmente, irá impor sacrifícios à cidade, às instituições e ao investimento local, como resultado direto de anos de má gestão.

Mas esta tempestade chega hoje de novo, com o Relatório e Contas de novo arrasador à gestão CDU o qual, muito provavelmente, não será aprovado.

Mas mais grave ainda: esta situação não resulta apenas do descontrolo da despesa — que já seria suficiente motivo de censura.



Resulta também da total incapacidade da CDU para gerar receita de forma estruturada e sustentável. Não há estratégia para atrair investimento. Não há medidas para dinamizar a economia local. Não há liderança.

Enquanto isso, as associações estão sem receber. Os fornecedores estão sem receber.

Os serviços estão sobrecarregados e os procedimentos de contratação, muitas vezes, fazem-se à margem da legalidade, como tantas vezes temos dito.

E o mais básico dos instrumentos de gestão — a contabilidade analítica por centros de custo — continua por implementar. Como se fosse normal gerir um município com centenas de trabalhadores e dezenas de milhões de euros sem saber verdadeiramente onde está a gastar o dinheiro.

Senhor Presidente,

Tudo isto levanta uma questão legítima: O que iremos encontrar quando formos Executivo Municipal?

Que passivo escondido? Que dívidas ocultas? Que compromissos assumidos sem cobertura orçamental? O PSD compromete-se a esclarecer, a responsabilizar — e, acima de tudo, a devolver transparência e confiança à gestão municipal de Évora.

Porque Évora não pode continuar a ser gerida com improviso, falta de rigor e ausência de visão.

#### 6. Sustentabilidade financeira em risco

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Vereadores,

É hoje claro, para todos, que a Câmara Municipal de Évora chegou ao limite da sua sustentabilidade financeira.

A autarquia continua excessivamente dependente de subsídios e transferências correntes, enquanto as receitas próprias estão em queda acentuada e a dívida ronda já os 33 milhões de euros.

Não há qualquer sinal de progresso financeiro sustentável. Não há reforço da autonomia. Não há ambição.

Pelo contrário: as oportunidades de financiamento são desperdiçadas, os fundos não são devidamente acedidos, e a criação de nova receita saudável — pela via do investimento, da inovação e do desenvolvimento económico — é praticamente inexistente.

Para a CDU, parece sempre mais fácil aumentar taxas ou criar uma nova Taxa de Turismo do que fazer o trabalho sério e exigente de captar investimento, apoiar a economia e modernizar a estrutura financeira do Município.

Senhoras e Senhores,

Doze anos depois da falência técnica da Câmara sob gestão do Partido Socialista, e da entrada no PAEL, voltou-se, em 2024 a um Plano de Austeridade, desta vez pelas mãos do Partido Comunista. E agora, uma nova situação de desequilíbrio financeiro e descontrolo das contas.

Uma austeridade que não nasce de um choque externo, mas sim de anos de decisões erradas, de descontrolo na despesa e de ausência de visão estratégica. E como sempre, quem vai pagar esta fatura são os eborenses, o comércio local, o tecido empresarial

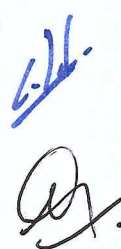
Mas há mais: esta crise financeira rebenta num momento absolutamente decisivo para o futuro de Évora.

Num momento em que se discute e avança com:

- A conclusão do Hospital Central do Alentejo;
- A expansão do Polo de Saúde da Universidade de Évora;
- E a preparação de Évora Capital Europeia da Cultura 2027.

Projetos que exigem visão, liderança, financiamento, estabilidade, e que agora estão em risco de verem o seu alcance, impacto e ambição limitados por falta de capacidade financeira da autarquia.

E por isso, que com muita responsabilidade, com exigência, com frontalidade e com espírito de missão e de serviço público, afirmamos o nosso VOTO CONTRA esta prestação de contas.





Acreditamos em Évora. Acreditamos que Évora tem mais futuro. E é por esse futuro que vamos continuar a trabalhar — todos os dias, com seriedade e determinação.

### **Declaração de Voto da Eleita do MCE:**

O Movimento Cuidar de Évora iniciou funções em 2021, pela primeira vez, na Câmara Municipal, através da eleição de uma Vereadora.

Ao longo do mandato o MCE teve sempre uma postura construtiva na oposição e acima de tudo, responsável e realista.

O voto contra por si só, apenas porque quem apresenta as propostas a votação é um adversário político, nunca foi, nem nunca será, o comportamento deste Movimento de cidadãos, no exercício da atividade política.

As eleições de 2021, e as circunstâncias negociais que se seguiram, ditaram uma Câmara constituída por 4 forças políticas, nenhuma maioritária. Esta foi a decisão dos eborenses que sempre respeitámos. Os eborenses decidiram não dar o seu voto de confiança a apenas uma força política. Quiseram que as várias forças contribuíssem para a gestão do território e da Câmara Municipal. Foi isto que fizemos.

Criticámos e votamos contra más opções políticas, noutras abstivemo-nos poucas vezes, e votámos a favor das propostas políticas que entendemos serem úteis e equilibradas para o cumprimento do desígnio de uma gestão municipal justa e exequível em face da situação do Município.

Para além desta postura perante todos os partidos políticos com assento na Câmara Municipal, tivemos também, e sobretudo, uma postura propositiva e indicativa de soluções.

Nunca contribuímos para a ilusão de que poderíamos demitir o executivo municipal, pois sabemos que isso não está nas competências deste órgão municipal. Um executivo municipal só cai, se o Presidente da Câmara e a força política que o sustenta, assim o decidirem. Mais, nunca nos passou pela cabeça, porque nunca nos deparámos com situações grosseiras e/ou ilegais nos documentos provisionais e/ou de prestação de contas da Câmara, todos validados pelas entidades competentes, votar contra esses instrumentos, só porque eram propostos por uma força política que não a nossa! Isso, era contribuir, ainda mais, para a degradação da saúde financeira e de gestão da Câmara Municipal, já por si, muito frágil. A responsabilidade política do MCE, em matéria de orçamentos e planos de atividade, foi sempre, contribuir com propostas e alertas.

Posto isto, o MCE votou favoravelmente, os documentos previsionais do exercício de 3 meses de 2021 e dos exercícios de 2022 e 2023, e absteve-se nos documentos de 2024 e 2025.

No que respeita à prestação de contas, o sentido de voto do MCE acompanhou o das Grandes Opções do Plano, até agora.

Importa, contudo, distinguir, o papel dos documentos previsionais, que nos indicam aquelas que vão ser as opções do Executivo e os recursos que dispõe para a sua execução, revelando-se documentos com impacto na vida dos cidadãos, enquanto que o Relatório de Contas e do Plano de Atividades, não mais são do que a descrição da execução do orçamento e da proposta de Plano de Atividades do ano a que reporta, incluindo o Plano Plurianual de Investimentos. Ou seja, uma radiografia do estado orçamental, financeiro, de gestão e capacidade de execução do Município.

Posto isto, a Prestação de Contas de 2024, é um documento que nos apresenta o diagnóstico sobre a saúde financeira da Câmara Municipal e como para ela concorreu, a gestão do Executivo Municipal CDU.

Votar este documento, técnico, cumprindo ele todo o enquadramento legal que o suporta, não mais é do que validar a qualidade de informação prestada, ou ausência dela, e o seu impacto para o futuro do concelho.

Este mandato é caracterizado por um aumento progressivo dos Orçamentos Municipais: 2021 (€65M100), 2022 (€72M600), 2023 (€83M400) e 2024(€104M700, acabou em dezembro por ser €94M500).

Isto revela que a despesa comprometida pelo Município tem vindo a aumentar sucessivamente.



Com base nesta constatação, podemos logo questionar-nos, sobre o impacto desse aumento de despesa na satisfação das necessidades dos eborenses, e na resolução dos problemas do concelho. Pois o MCE, considera que não existe proporcionalidade entre aquele aumento e o impacto na melhoria das condições de vida dos eborenses.

Mesmo considerando, que uma significativa parte do aumento consagrado nos orçamentos, resultou da transferência de competências nas áreas da educação, saúde e intervenção social, consideramos que o Município não introduziu melhorias, nem de eficiência, nem de qualidade, na prestação desses serviços aos eborenses. Ou seja, não fez a diferença. Não se registaram melhorias significativas entre uma gestão pelo Estado Central e uma gestão pelo Município. Admitimos apenas, a garantia de alguns direitos consagrados na lei nacional, e que o próprio Estado não cumpria, e que a autarquia passou a assegurar, em matéria de gestão de recursos humanos, com destaque para os planos de formação profissional, seguros profissionais e contratuais.

Voltando à análise da Prestação de Contas, a última deste mandato, observávamos com preocupação o intensificar da situação de grande fragilidade da estrutura financeira e económica da Câmara Municipal.

Resultados líquidos negativos persistentes e, em 2024, aumentam, para mais de 4 milhões de euros. Em suma, continuamos a acumular resultados negativos.

Capacidade de tesouraria efetiva que não ultrapassará os 3 milhões.

Aumento dos prazos de pagamento, superiores a 100 dias, em média.

Aumento da dívida total a fornecedores, que é superior a 16 milhões, dos quais incluímos os empréstimos BEI para pagar 2 acordos com a empresa Águas de Lisboa e Vale do Tejo (6Milhões), mais 6 meses de pagamentos (mais de 3 milhões) em atraso às Águas de Lisboa e Vale do Tejo, em 31 de dezembro de 2024, mais 3M650 de empreitadas e mais de 3Milhões a outros fornecedores. Ou seja, continuamos a acumular dívida.

Não será de estranhar o saldo de gerência para 2025 de €2M570.

Diminuição da capacidade de execução para valores significativamente abaixo do que as orientações para o equilíbrio financeiro e acordo de Saneamento Financeiro ditam. Executámos cerca de 68%, a mais baixa do mandato, quando deveríamos atingir os 85%.

57 milhões de dívida, dos quais a dívida total à banca ronda os 40 Milhões, mais 10 Milhões a fornecedores e outros 10 que faltam perfazem a dívida estrutural de 20 Milhões, o que faz com que a situação económica e financeira continue a ser muito frágil, inviabilizando a capacidade de investimento do Município, por força da ausência de tesouraria.

A receita é iminentemente do OE, existindo uma fraca capacidade de obtenção de receita própria, o que é revelador da deficiente capacidade de licenciamento, sobretudo.

Um orçamento de 2024 de €94M500, do qual se executam €64M850 (despesa paga), indica que cerca de 30M estão comprometidos e não temos capacidade de receita para lhe responder (receita executada cerca de 65M200).

Mais de 90% da receita corrente executada é absorvida pelo funcionamento da Câmara e pagamentos de créditos à banca, sendo que relativamente ao orçamentado (€69M300) e o executado (€53M860), temos um “descoberto” de €15M400. Talvez por isso a dívida global a fornecedores seja de €16M150 (pág. 110 do Relatório)

Se olharmos para a execução da despesa de capital, percebemos, claramente, a ausência de capacidade de tesouraria da Câmara para fazer investimento. Dos 25M200 orçamentados executámos €10M660 dos quais, 4M estão afetos a empréstimos, 5M a obras cofinanciadas, 1M750 destinados a projetos e acordos com outras autarquias e associações de autarquias. Isto revela uma execução de 42%. Mais, se retirarmos o empréstimo de 3M que está contabilizado aqui, a execução das despesas de capital de 2024, seriam as mais baixas do atual mandato.

Por fim, o total de compromissos assumidos em 2024, atingem os 20,6Milhões, dos quais 10,4Milhões estão faturados e aguardavam pagamento em 31 de dezembro de 2024. Pág 94 do relatório





Passados quase 4 exercícios desta gestão municipal, a Câmara continua com o mesmo défice estrutural de sempre; continua a depender quase exclusivamente das transferências do OE, não sendo capaz de estabelecer uma evolução sistemática do aumento da receita própria, o que evidência graves problemas de gestão; continua sem responder às necessidades de habitação dos munícipes, não conseguindo fixar população; continua a não garantir uma resposta eficaz e de qualidade na área da higiene e limpeza urbanas; continua a não responder com eficiência e atempadamente às necessidades das pessoas que a ela recorrem, manifestando uma clara falta de investimento e de capacidade, para fazer as mudanças estruturais e organizacionais necessárias; e continua sem cuidar da cidade como devia e das nossas aldeias.

Pela positiva salientamos a qualidade dos documentos apresentados, um bom conjunto de documentos para o “passar de pasta” já a pensar no próximo mandato; os pagamentos em dia de todos os empréstimos, ainda que à custa de fornecedores e do investimento municipal, e sem esquecer os mis de 300 mil euros de juros de mora; o facto da Câmara continuar a assumir a isenção do IMI no Centro Histórico, ainda que o Estado Central não lhe devolva essa verba; o facto da redução dos impostos, decidida este mandato, não se ter revelado tão gravosa como se alvitrou, sendo o IMT o imposto que mais impacto negativo teve na receita, com menos 3 milhões, face a 2023, enquanto que o IMI não foi além de um redução de 304 mil euros; o aumento do investimento na área da higiene e limpeza urbanas, pese embora sem o devido reflexo no terreno; a reabilitação da variante do PITE, embora com base num empréstimo bancário, mais um; e ainda o aumento em cerca de 10% das transferências para as famílias.

Posto isto o Movimento Cuidar de Évora, demarca-se destes resultados, que são maus e vão trazer muitos problemas ao novo Executivo Municipal e por conseguinte a todos nós eborenses, e não aprova estes documentos. Contudo, temos consciência que esta decisão pode afetar seriamente o próximo mandato, mas não podemos deixar de o fazer.

Com isto, reafirmamos o que sempre recomendámos, desde a primeira hora:

- É fundamental agir no défice estrutural da Câmara. Agir é cortar na despesa corrente e aumentar as receitas efetivamente cobradas pelo Município. Não existe outra forma. Contudo este Executivo decidiu não o fazer, no presente mandato. Optou por ir à banca, aumentar orçamentos sucessivamente para acomodar compromissos plurianuais, sem acautelar a subida da receita na tesouraria e estrangulando a capacidade de investimento do Município.

- É preciso, é urgente, implementar políticas de gestão e qualidade nos serviços municipais, a começar pelos dirigentes, capacitando-os com ferramentas de gestão, para controlo de despesa e eficiência na sua ação, definir uma estratégia de ação que mobilize a Câmara para o aumento da receita, quer seja através da revisão de regulamentos municipais e introdução de medidas simplex, quer através do aumento da capacidade de fiscalização, quer seja através da nova taxa, a taxa turística e da implementação da contabilidade de gestão conforme recomendação do ROC. É fundamental garantir a conciliação bancária de forma regular e sem atrasos, incluindo o que continua por conciliar entre 2021 e 2024

## **1.2. Alteração Orçamental Modificativa**

**O senhor Presidente** apresentou a seguinte proposta:

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, autorizar a submissão à Assembleia Municipal para apreciação e aprovação da 1.ª Alteração Orçamental Modificativa – 2025.

Considerando que:

- a) A Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2025, estabelece no artigo 145.º “Integração do saldo de execução orçamental” que após a aprovação do mapa Demonstração do Desempenho Orçamental, pode ser incorporado, por recurso a uma revisão orçamental, antes da aprovação dos documentos de prestação de contas, o saldo de gerência da execução orçamental;



b) Compete à Câmara Municipal, nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar os documentos de prestação de contas, onde se inclui o referido mapa, a submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal;

c) O saldo da gerência da execução orçamental do ano de 2024 é de €1.997.374,95;

d) No âmbito do projeto Évora 2027, selecionados diversos projetos estruturantes para execução no âmbito deste desígnio, foi assegurado o financiamento através do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) no montante total de 7.470.000€ para os projetos a executar nos anos económicos de 2025 e 2026;

e) Há a necessidade de considerar a despesa e receita, correspondentes a estes projetos, no Orçamento Municipal:

| Projetos                                                                                                    | 2025          | 2026          |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------|---------------|
| Reabilitação de Edifícios Municipais (antigos Celeiros da EPAC, Arquivo Fotográfico, Convento dos Remédios) | €1.716.040,00 | €2.574.060,00 |
| Requalificação do Rossio de São Brás                                                                        | €940.000,00   | €1.410.000,00 |
| Aquisição de Equipamentos para os Espaços Culturais                                                         | €829.900,00   | €0,00         |
| TOTAL                                                                                                       | €3.485.940,00 | €3.984.060,00 |
|                                                                                                             | €7.470.000,00 |               |

f) Compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proceder à aprovação da alteração modificativa orçamental.

Face ao que precede, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, proponho que a Câmara Municipal delibere aprovar a submissão à Assembleia Municipal para apreciação e aprovação do Mapa de Demonstração do Desempenho Orçamental do Exercício de 2024, anexo à presente proposta, onde se demonstra o apuramento do saldo de gerência da execução orçamental de 2024, aprovação da 1.ª Alteração Orçamental Modificativa – 2025, para integração do saldo de gerência do exercício de 2024 e considerar os projetos estruturantes no âmbito do projeto Évora 2027, financiados pelo PRR.

#### **Deliberação:**

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Presidente e submeter a mesma, também, para deliberação da Assembleia Municipal.

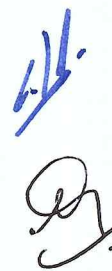
### **1.3. Alteração Orçamental Permutativa**

**O senhor Presidente** apresentou a seguinte proposta:

Propõe-se, ratificar a 3.ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa, 2ª Alteração Permutativa ao Plano de Atividades e 3.ª Alteração Permutativa ao Plano de Investimentos, de 2025.

Considerando que:

1. As alterações orçamentais, constituem um instrumento de gestão orçamental, que permite a adequação do orçamento à execução orçamental, ocorrendo a despesas inadiáveis, não previsíveis ou insuficientemente dotadas, ou receitas imprevistas;
2. A alteração orçamental permutativa, procede à alteração da composição do orçamento de receita ou de despesa do Município, mantendo constante o seu montante global;
3. O Município de Évora, baseado no critério de economia, eficácia, eficiência e qualidade, promove decisões necessárias à gestão rigorosa das despesas públicas locais, reorientando através das alterações orçamentais, as dotações disponíveis, de forma a permitir uma melhor otimização e satisfação das necessidades coletivas, com o menor custo financeiro;





4. Nos termos do estabelecido pelo ponto 3. da NCP 26 do SNC-AP, as alterações orçamentais, constituem um instrumento de gestão orçamental, que permite a adequação do orçamento, à execução orçamental, ocorrendo a despesas inadiáveis não previsíveis ou insuficientemente dotadas, ou receitas imprevistas;

5. As alterações orçamentais, encontram-se regulamentadas na Norma de Contabilidade Pública 26 (NCP 26) do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) e no ponto 8.3.1 (não revogado) do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais;

6. A presente proposta de modificação dos documentos previsionais, assenta fundamentalmente no reajustamento de estimativas de projetos inscritos nas Grandes Opções do Plano e em rubricas orçamentais da despesa, de forma a permitir cobertura orçamental, para a assunção de compromissos essenciais ao funcionamento e implementação de projetos/ações que o Município se propõe a executar, no âmbito das suas competências;

7. A aprovação das alterações orçamentais, constitui competência da Câmara Municipal, nos termos previstos na alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

Face ao exposto, propõe-se que a Câmara Municipal de Évora, delibere:

Ratificar a 3.ª alteração permutativa ao Orçamento da Despesa, a 2.ª alteração permutativa do Plano de Atividades e 3.ª alteração do Plano de Investimentos, do presente ano (documentos em anexo), nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

#### **Deliberação:**

A Câmara deliberou, por maioria, com a abstenção dos Vereadores da Coligação Mudar com Confiança, ratificar o despacho do senhor Presidente.

### **1.4. Informação Económica e Financeira**

**O senhor Presidente** deu conhecimento, ao Executivo, do seguinte:

Pagamentos efetuados, no período de 08 a 21 de maio do corrente ano.

No período referido, foram efetuados pagamentos no valor de 1.562.218,57 € (líquido 1.562.218,57€), conforme lista que se anexa.

**A Câmara tomou conhecimento.**

## **2. – ADMINISTRAÇÃO GERAL E PESSOAL**

### **2.1. Concurso Público para Concessão do Direito de Exploração de Bar e Quiosques Municipais.**

**O senhor Presidente** apresentou a seguinte proposta:

Propõe-se a aprovação do procedimento de concurso público, bem como as peças do procedimento e nomeação da respetiva Comissão, referente à concessão do direito de exploração dos estabelecimentos propriedade do Município de Évora (bar esplanada das piscinas, quiosque Jardim do Paraíso e quiosque das Corunheiras).

Considerando que:

1. O Município é legítimo proprietário dos espaços a serem concedidos para exploração, nomeadamente o bar esplanada das piscinas, quiosque Jardim do Paraíso e quiosque das Corunheiras;
2. Houve manifestação de interesse de munícipes, para concessão do direito de exploração do bar das piscinas e dos quiosques do Jardim do Paraíso e Corunheiras;
3. O valor mensal de arrendamento de cada quiosque foi calculado de acordo com a fórmula aprovada em Reunião Pública de Câmara de 13/03/2013 (anexo I);



4. As esplanadas ficam sujeitas a licenciamento e ao pagamento da respetiva taxa, conforme Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Évora (RTTORME);
5. As disposições legais constantes da alínea b) do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, reconhecem aos municípios autonomia financeira, a qual assenta, nomeadamente, no poder dos seus órgãos gerirem o seu próprio património, bem como aquele que lhes for afeto, conjugada com a alínea g) do n.º 1 do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que confere à Câmara Municipal a competência para onerar bens imóveis de valor até 1000 vezes a remuneração mínima mensal garantida (RMMG).
6. Remeter a presente proposta à Assembleia Municipal, nos termos da alínea p) do n.º 1 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que confere à Assembleia Municipal a competência de apreciação a autorizar a câmara municipal a celebrar contratos de concessão e fixar as respetivas condições gerais.

Face ao exposto e vislumbrando-se interesse do Município de Évora em dinamizar o Centro Histórico e rentabilizar os seus espaços comerciais, propõe-se que a Câmara Municipal delibere:

1. Remeter à Assembleia Municipal, para autorizar a concessão dos espaços disponíveis e respetivas esplanadas, através de procedimento de concurso público;
2. Aprovar as peças constituintes do concurso público, nomeadamente, Edital, Programa do Procedimento e Caderno de Encargos;
3. Aprovar a constituição da Comissão que irá acompanhar o procedimento:
  - a. Presidente – Vera Bailote, Chefe da Divisão de Administração Geral e Financeira;
  - b. 1º vogal – Jorge Vicente, Técnico Superior da Divisão de Juventude e Desporto;
  - c. 2º vogal – David Loios, Assistente Operacional da Divisão de Administração Geral e Financeira, Serviço de Património;
  - d. Vogal suplente – Teresa Engana, Chefe da Divisão de Juventude e Desporto;
  - e. Vogal Suplente – Neuza Mira Técnica Superior da Divisão de Administração Geral e Financeira.

#### **Deliberação:**

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Presidente e submeter a mesma para deliberação da Assembleia Municipal.

## **2.2 - Acumulação de Funções Privadas | Carina Manuela Fanha Nunes.**

O senhor Presidente deu conhecimento ao Executivo que, ao abrigo do n.º 2, alínea a) do art.º 35º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi autorizado à trabalhadora Carina Manuela Fanha Nunes, por seu despacho datado de 14/05/2025, a acumulação de funções privadas para “Festas infantis, vigilância de crianças”, em diversos locais, e com o horário pós-laboral e fins de semana, com remuneração mensal variável. A presente acumulação foi deferida por um período de 1 ano. Findo esse prazo, a mesma ficará sem efeito. Qualquer alteração dos elementos constantes e subjacentes à autorização concedida, implicam novo pedido e nova avaliação.

**A Câmara tomou conhecimento.**

## **III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO**

Verificaram-se as seguintes intervenções:

Esteve presente o senhor Paulo Direito que, em primeiro lugar, agradeceu, todo o apoio prestado no âmbito da elaboração das obras na Praça das Corunheiras, no Bacelo.

Em seguida, referiu-se a um assunto que tinha colocado no ano anterior, em julho, relacionado com a alteração de lojas para habitação. Recordou que, nessa altura, o senhor Presidente lhe tinha transmitido que trataria pessoalmente do assunto, mas, até ao momento, ainda não obteve





qualquer resposta ou desenvolvimento. Acrescentou que, a 19 de janeiro, apresentou um requerimento formal à Câmara Municipal de Évora sobre o mesmo tema e lamentou que, até à data, também não tenha obtido qualquer resposta. Solicitou, por isso, esclarecimentos sobre a viabilidade do processo e se existe ou não possibilidade de avanço.

**O senhor Presidente** começou por cumprimentar o senhor Paulo e, relativamente à questão da transformação das lojas em habitação, esclareceu que a situação se revelou mais complexa do que inicialmente previsto, uma vez que exigia uma análise do loteamento desde a sua origem, no sentido de verificar que adaptações seriam necessárias para cumprir os requisitos legais. Reconheceu que, embora os serviços tenham ficado encarregues de lhe fornecer essa informação, acabou por perder o seguimento da questão e não acompanhou devidamente o seu desenvolvimento.

Informou, no entanto, que já solicitou novamente esses dados e acredita que, dado o tempo decorrido, a informação deverá já estar disponível. Reafirmou o interesse da Câmara Municipal em permitir a transformação das lojas em habitação, desde que seja legalmente possível, sublinhando que tal é desejável por razões óbvias. Indicou ainda que a principal dificuldade residia nas exigências legais relacionadas com a composição das habitações, que têm de cumprir determinados requisitos técnicos. Por fim, comprometeu-se a apurar a situação e a facultar brevemente a informação em falta sobre a possibilidade de transformação das lojas em habitação.

Acrescentou que este é um processo inserido num loteamento, o que implica regras específicas. Explicou que uma coisa é afirmar, em princípio, que a transformação de lojas em habitação pode ser viável, outra, bem diferente, é garantir essa possibilidade de forma concreta, dado que existem normas definidas no próprio loteamento que determinam as áreas destinadas a habitação e as áreas destinadas a serviços.

Referiu que foi precisamente por essa razão que solicitou aos serviços a recolha de toda a informação necessária, de modo a poder prestar uma resposta clara e fundamentada por escrito. Pediu desculpa por não ter respondido atempadamente à solicitação, assumiu a falha e comprometeu-se a verificar o ponto de situação para poder dar uma resposta célere.

Esteve ainda presente **o senhor Luís Barroso** que interveio para expor duas situações relacionadas com o Bairro do Granito. Em primeiro lugar, referiu que, desde o mês de fevereiro, tem estado em contacto com a Câmara Municipal relativamente à limpeza das ruas, com especial destaque para a Rua Alfredo Henrique da Silva, onde a vegetação atinge quase um metro de altura. Indicou que lhe foi transmitido que uma empresa externa estaria responsável pelo serviço e que a situação estaria resolvida até ao final de março, o que, até à data, final de maio, ainda não aconteceu.

Em segundo lugar, mencionou a existência de uma viatura abandonada há cerca de cinco anos no cruzamento entre a Rua Alfredo Henrique da Silva e a Rua Mestre José Pegado. Disse ter contactado a Câmara Municipal, onde lhe foi informado que o carro se encontra "sinalizado", mas confessou desconhecer o que esse termo significa em termos práticos. Uma funcionária esclareceu-lhe que o processo é moroso, o que o levou a solicitar formalmente que a situação seja revista e resolvida, sublinhando que já verificou que a viatura não pertence a nenhum morador da zona, sendo propriedade de uma pessoa de fora do concelho de Évora.

**O senhor Presidente** cumprimentou o senhor Luís e aludiu que a questão da limpeza das ruas já havia sido abordada anteriormente na reunião, tendo sido explicado o planeamento existente para as intervenções no espaço público.

Reforçou que não é possível proceder à limpeza de todas as ruas em simultâneo, pelo que foi definido um percurso para as brigadas de limpeza cobrirem progressivamente toda a cidade.



Assumi não ter presente, naquele momento, a calendarização específica para o Bairro do Granito, mas comprometeu-se a verificar essa informação e a dar um esclarecimento concreto quanto à intervenção prevista naquela zona.

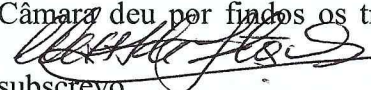
Relativamente às viaturas abandonadas, confirmou que é, de facto, competência da Câmara proceder à sua remoção, mas explicou que o processo legal é moroso e complexo. Indicou que, numa primeira fase, é necessário identificar o proprietário do veículo, o que implica o recurso a bases de dados nacionais, e, numa segunda fase, proceder à sua notificação formal. Sublinhou que se trata de procedimentos obrigatórios que levam tempo a concretizar.

Para além da burocracia, apontou ainda a limitação de meios da autarquia para remover um número elevado de viaturas abandonadas que existem espalhadas pela cidade. Acrescentou que o espaço disponível para armazenar temporariamente os veículos retirados é reduzido, o que exige uma gestão cuidadosa com as empresas responsáveis pelo desmantelamento dos mesmos. Finalizou pedindo ao senhor Luís Barroso que deixasse a localização exata do veículo em causa, de modo a ser verificada a sua situação específica.

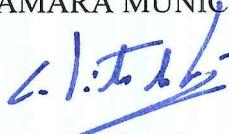
**IV – APROVAÇÃO EM MINUTA:** A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta todas as deliberações da Ordem do Dia da presente ata, nos termos do n.º 3 do art.º 57º do Anexo I à Lei n.º 75 / 2013, de 12 de setembro.

#### **V – PERÍODO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO**

Verificou-se que ninguém compareceu para este ponto da Ordem do Dia.

Terminada a reunião pelas vinte e uma horas e cinquenta e cinco minutos o senhor Presidente da Câmara deu por findos os trabalhos dos quais, para constar, se redigiu a presente ata que eu  Coordenadora de Unidade de Administração Geral redigi e subscrevo.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA

  
(Carlos Pinto de Sá)